

ANAIS DO IX ENEI
ENCONTRO NACIONAL DOS
ESTUDANTES INDÍGENAS

ANCESTRALIDADE CONTEMPORANEIDADE



ANAIS DO IX ENEI
ENCONTRO NACIONAL DOS
ESTUDANTES INDÍGENAS

ANCESTRALIDADE CONTEMPORANEIDADE



Realização



Apoio



CAMPINAS, 2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Anais do IX Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas [recurso eletrônico]:
Ancestralidade e Contemporaneidade. Organização: Arlindo Baré Alemão; Letícia
Barbosa; Luzia Sigoli Fernandes Costa; Geovane Pankararu Diogenes da Silva;
Leandro Karaí Mirim Pires Gonçalves; Chantal Medaets; Marcela Maria Pankararu
Torres; Kellen Natalice Vilharva — Santana de Parnaíba, SP: Vasto, 2023 [2022].
PDF. 186 p : 21x27 cm

Vários autores.

ISBN: 978-85-93921-03-2

1. Ensino Superior. 2. Artigos - Coletâneas. 3. Educação Indígena. I. Alemão,
Arlindo Baré (org.). II. Barbosa, Letícia (org.). III. Costa, Luzia Sigoli Fernandes
(org.). IV. Diogenes da Silva, Geovane Pankararu (org.). V. Gonçalves, Leandro
Karaí Mirim Pires (org.). VI. Medaets, Chantal (org.). VII. Torres, Marcela Maria
Pankararu (org.). VIII. Vilharva, Kellen Natalice (org.). IX. Anais do IX Encontro
Nacional dos Estudantes Indígenas.

CDD: 378

Esse material foi produzido com recursos do Edital CAPES/ PAEP

Auxílio no. 88881.682234/2022-01

Com o apoio do(a)

Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Centro de Antropologia de Processos Educativos - Ceape/ Unicamp

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP, através do projeto Indígenas
no Ensino Superior (auxílio n. 2018-25259-0)

Ficha técnica do evento

Comissão Organizadora do IX ENEI: Arlindo Baré (Comissão financeira); Leandro Karáí Mirim Pires Gonçalves (Comissão de comunicação); Iaponã Guajajara (Comissão de Logística); Kellen Natalice Vilharva (Comissão Científica); Marcela Maria Pankararu Torres (Comissão de Cultura) e Geovane Diógenes da Silva Pankararu (Secretaria).

Comissão de Comunicação: Leandro Karáí Mirim Pires Gonçalves (indígena Guarani, mestrando em Psicologia Experimental, USP); Marcela Maria Pankararu Torres (indígena Pankararu, graduanda em Ciências Sociais, Unicamp); Amanda Vitória da Silva (indígena Pankará, graduanda em Gerontologia, UFSCAR); Ayla Samila Ferreira Tapajós (mestranda de Ciências Humanas e Sociais, Unicamp); Vera Lúcia Aguiar Moura Tukano (indígena Tukano, graduanda em História, Unicamp); Anápuaka Muniz Tupinambá Hã hã hãe (indígena Tupinambá, graduando em Jornalismo, Faculdade Católica Paulista); Fetxawewe Tapuya Guajajara Verissimo (indígena Guajajara, graduando em Ciências Sociais, UnB); Andrewz Wuyk Mendes (indígena Tikuna, graduando em Engenharia Elétrica, Unicamp); Natan Hebert Macedo (indígena Pataxó, graduando em Direito, UNIP); Isabella Kariri (Ciência Política, UNIRIO); Rodrigo Barbosa Duarte; Makko Jaguaribaras; Alfredo Morel Júnior; Marina Rabelo Custódio; Sofia Bonuccelli Heringer Lisboa; Suellen Ribeiro Góis Pataxó HãHãHãe Kiriri-Sapuyá (graduanda de Fisioterapia FacSul UNIME e Enfermagem); Bianca Freitas dos Santos; Vitória Jemima de Sá Cavalcante; Vanessa Neres; Bruno Pitaguary; Janilson Silva dos Anjos; Levi Oliveira dos Santos Abade (IFB).

Comissão de Logística: Iaponã Guajajara (indígena Guajajara, graduando em Ciências Sociais, Unicamp); Érica Soares Assis (mestranda em Clínica Médica, Unicamp); Sheldon Yupuri Barreto Gonçalves (indígena Tukano, graduando em engenharia elétrica, Unicamp); Thamyres Lima (indígena Xucuru, graduanda em Ciências Biológicas, Unicamp); Regilanne Pereira Guajajara Airopokre (indígena Guajajara, graduanda em Psicologia, Unifesspa); Adilce J. Veiga Ferraz (indígena Kotiria, graduanda em Ciências do Esporte, Unicamp); Luma Cristinne Fernandes Monteiro (indígena Baré, graduanda em Engenharia de Produção, FCA/Unicamp), Francilaine Paz Sampaio (indígena Tukano, graduanda em Pedagogia, Unicamp); Kátia Paz Sampaio (indígena Tukano, graduanda em Pedagogia, Unicamp), Lilian Roizman (graduado em Economia, Unicamp); Carolina de Lima Gallina (graduanda em Ciências Sociais, Unicamp); Marcela Moreira (professora de Sociologia na Rede Estadual e presidenta PSOL Campinas); João Florentino da Silva (indígena Baniwa, graduando em Economia, Unicamp).

Comissão Científica: Kellen Natalice Vilharva (indígena Guarani Kaiowá, doutoranda em Clínica Médica, Unicamp); Chantal Medaets (docente da Faculdade de Educação, Unicamp); Vanessa Carneiro Borges (graduanda em Terapia Ocupacional, UFSCar); Thamyres Lima (indígena Xucuru, graduanda em Ciências Biológicas, Unicamp); Letícia Barbosa (graduanda em Geografia PUCAMP e IG, Unicamp); Edilene Alves da Silva (mestranda em Educação, Unicamp); Luzia Sigoli Fernandes Costa (docente do Departamento de Ciência da Informação, UFSCar); Elis Alberta Ribeiro dos Santos (mestra em Antropologia Social, UFRGS); Geovane Diógenes da Silva (indígena Pankararu, graduando em Letras Português e Inglês, UFSCar); Aline Ngrenhtabare Kaxiriana Lopes Kayapó (indígena Kayapó, pesquisadora de Direito); Arlete M. Pinheiro Schubert (indígena Tupibambá); Diwarian Tupinikim (indígena Tupinikin, graduando em Artes Cênicas, Unicamp);

Geovane Baniwa (indígena Baniwa, graduando em Ciências Sociais, Unicamp); Olívia Pires Coleho (indígena Kambeba, doutoranda em Educação, Unicamp); Marília Tariana (indígena Tariana, graduanda em Pedagogia, Unicamp); Vanessa Dessana (indígena Dessana, graduanda em História, Unicamp); Yasmim Mota Duarte (indígena Tukano, graduanda em Pedagogia, Unicamp); Franciele Tukano (indígena Tukano, graduanda em Engenharia de Alimentos, Unicamp); Vera Lúcia Tukano (indígena Tukano, graduanda em História, Unicamp); Denilson Baré (indígena Baré, graduando em Pedagogia, Unicamp); Vanessa Dessana (indígena Dessana, graduanda em História, Unicamp).

Comissão Financeira: Arlindo Baré (indígena Baré, graduando em Engenharia Elétrica, Unicamp); Érica Soares Assis (mestranda em Clínica Médica, Unicamp); Chantal Medaets (Docente da Faculdade de Educação, Unicamp).

Comissão de Cultura: Marcela Maria Torres Nonato (indígena Pankararu, graduanda em Ciências sociais, Unicamp); Diwarian Tupinikim (indígena Tupinikim, graduando em Artes Cênicas, Unicamp); Maria Auxiliadora Francisco Brazão (indígena Baniwa, graduanda em Letras, UFSCar); Jéssica Beatriz Bourreau (graduanda em Pedagogia, Unicamp); Tatiane Prado Arantes (indígena Tukano, graduanda em Economia, Unicamp); Vanessa da Silva Lopes (indígena Baré, graduando em Administração Pública, Unicamp); Ramoel Massi Mariano (indígena Terena, graduando em Artes Cênicas, Unicamp); Raquel de Cássia Rodrigues Ramos (indígena Kubeo, graduanda em Teatro, UFRGS); Paulo Jeremias Aires (indígena Akroá-gamella, graduando em Arquitetura e Urbanismo, Unicamp); Micheli Ricardo Paiva (indígena Baniwa, graduanda em Geologia, Unicamp); Nath Cordeiro (indígena em retomada, graduanda em Arquitetura e Urbanismo, Unicamp).

Secretaria: Geovane Diógenes da Silva (indígena Pankararu, graduando em Letras Português e Inglês, UFSCar); Omar Lopes da Silva, Baré (indígena Baré, graduando em Ciências Biológicas, Licenciatura, UFSCar); Roseli Batalha Braga (indígena Omágua/Kambeba, graduanda em Licenciatura em Química, UFSCar); Maria Auxiliadora Francisco Brazão (indígena Baniwa, graduanda em Letras, UFSCar); Marília Pôkwyj Ribeiro de Sousa Krahô (indígena Krahô, graduanda em Engenharia Florestal, UFT); Nicoli Olímpio da Silva (indígena Baniwa, graduanda em Pedagogia, Unicamp); Milena Peixoto de Lima (indígena Baré, graduanda em Nutrição, Unicamp); Yasmim Mota Duarte (indígena Tukano, graduanda em Pedagogia, Unicamp); Adilce J. Veiga Ferraz (indígena Kotiria, graduanda em Ciências do Esporte, Unicamp).

Equipe de Relatoria: Suliete Gervásio Monteiro (indígena Baré, doutoranda em Direitos Humanos, UnB), Giselle Soares (doutoranda em Política Científica e Tecnológica, DPCT, Unicamp)

Colaboradores: Cristina Alejandra Larraín Manzo (mestranda DPCT, Unicamp); Iraima Andreina Lugo Montilla (doutora DPCT, Unicamp); Aymê Jilvana Castro Fergueira (mestranda em História, UFPA); Nataly Cubides Zuñiga (doutoranda DPCT, Unicamp); Jéssica Cristina de Souza (mestranda DPCT, Unicamp); Amanda Fernanda Bodo (graduanda em Filosofia, Unicamp); Cecília Pereira Ciochetti (graduanda em Ciências Sociais, Unicamp); Jeremias Aires (indígena Akroá Gamella, graduando em Arquitetura e Urbanismo, Unicamp); Fernanda Alves Gonçalves (graduando em Arquitetura e Urbanismo, Unicamp); Laura Maria Rampim (graduanda em História da América Latina, Unila); Luciene Valério Rodrigues (indígena Kanamary, graduanda em Administração Pública, Unicamp); Yanara de Oliveira Trindade (indígena Baré, graduanda em Ciências Biológicas, Unicamp); Kátia Paz Sampaio (indígena Tukano, graduanda em Pedagogia, Unicamp); Luiz

Fernando Ribeiro de Sales (doutorando em Geografia, Unicamp); Francilaine Paz Sampaio (indígena Tukano, graduanda em Pedagogia, Unicamp); Tel Guajajara (indígena Guajajara, estudante de Direito, UFPA).

Arte e desenho no Teatro Arena da Unicamp: Jhon Alexandre Dias (indígena Dessana, graduando em Letras, Unicamp); Márcio da Silva Saldanha (indígena Kubeo, graduando em Pedagogia, Unicamp); Valdeson Miranda Delgado (indígena Baré, graduando em Licenciatura em Química e Física, Unicamp); Lucas Quirino Pinto (indígena Tikuna, graduando em Ciências Sociais, Unicamp); João Florentino da Silva (indígena Baniwa, graduando em Economia, Unicamp); Daniela Patrícia Villegas Barboza (indígena Tucano, graduanda em Estudos Literários, Unicamp); Cleiton Melgueiro da Silva (indígena Baré, graduando em Licenciatura em Matemática, Unicamp); Clebiton de Souza Ferreira (indígena Tikuna graduando em Educação Física, Unicamp); Fábio César Luiz da Silva (indígena Baniwa, graduando em Enfermagem, Unicamp) Eyder Gomes Lopes (indígena Kubeo, graduando em Midialogia, Unicamp).

Parceiros: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, via edital CAPES/PAEP); Gabinete do Reitor (Unicamp); Instituto de Computação (Unicamp); Faculdade de Ciências Médicas (Unicamp); Instituto de Estudos da Linguagem (Unicamp); Associação dos Docentes da Unicamp (Adunicamp); Comissão Assessora para a Inclusão Acadêmica e Participação dos Povos Indígenas (Caiapi/Unicamp); Instituto Alok; Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIM), FioCruz; Systemiq; SOS Universidade Pública; Ponto Certo Brindes, AYA Initiative; Andes Sindicato Nacional; Diretoria de Cultura da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da Unicamp (Dcult); Centro de Antropologia de Processos Educativos (Ceape/Unicamp); Campus Sustentável, Unicamp; Associação Docente da USP; Secretaria Municipal de Educação de Campinas; Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO); Centro de Culturas Indígenas UFSCAR; EasyWatt; Rede Indígena do Instituto de Psicologia da USP; Dra. Sol Soluções em Energia.

Autoria das fotografias: Equipe de comunicação do IX ENEI

Apresentação _ 14**Área temática 1 _ 20****Educação, interculturalidade e autodeterminação indígena****Saúde, doença e cuidado na perspectiva dos acadêmicos indígenas do povo Baniwa ingressantes nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Campinas _ 21**

Maria Luiza Garnelo Pereira, Geovane Figueiredo da Silva

A (in)visibilização dos estudantes indígenas na Universidade Federal do Paraná_ 22

Jucelaine da Costa Antunes, Rafael Mauricio Castanho

Yenipawa: traços que escrevem uma história, traços que fortalecem uma identidade _ 23

Ilza Emília Araújo, José Wilson da Rocha Sampaio, Guilherme Antunes de Oliveira, Marlete Costa Dias

A invisibilidade dos estudantes indígenas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro _ 25

Francine Cristina de Menezes Nunes, Kelly Cristina Russo de Souza

Professor tutor/orientador de indígena no Ensino Superior: entre expectativas e práticas _ 27

Odione Brasão Penha, Aline Louisy Goulart Portella, Dra. Francine Rocha, Dra. Norma da Luz Ferrarin

Um índio de verdade na minha classe? O indígena em contexto escolar branco e urbano _ 29

Luciana Miranda Gomes de Queiroz

Egressos do PET indígena ações em saúde: diversidade e interculturalidade na universidade _ 30

Vanessa Carneiro Borges, Amanda Vitoria da Silva, Denis Delgado da Silva, Istefano Santxiê dos Santos, Vanusa Vieira Gomes, Willian Fernandes Luna

As línguas falarão as interpretações das linguagens da terra _ 32

Ingrid Ribeiro Olanda Bonifacio, Singrat Ribeiro de Olanda Bonifacio, Letícia Fraga

Mediando a inclusão étnica e racial na UFPR : narrativas e embates de um universitário Pankararu na busca pelo direito de reopção do curso de direito para o de medicina _ 33

Geovan José Dos Santos, Francine Rocha, Norma da Luz Ferrarini

O processo de adaptação dos estudantes indígenas no curso de Ciência da Computação na Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA _ 35

Ellen Vanessa, Iolandino X Wai Wai, Priscila Martins, Rêndrica Marque

Educação física e cultura indígena no currículo da Licenciatura em Educação Física da UEFS: contribuições e possibilidades _ 36

Patrícia do Nascimento Xavier; Paulo José Riela Tranzilo

Política de ingresso para permanência dos povos indígenas no Ensino Superior no Brasil _ 37

Carlos Almir Gojje Goitoto

Indígena no contexto universitário do povo Tumbalalá no curso de Licenciatura em Educação Física da UEFS: estratégias para construção de sua trajetória e permanência no Ensino Superior _ 38

Patrícia do Nascimento Xavier

Ocupações indígenas nos Submédio e Baixo São Francisco: intersecções entre Arqueologia e Antropologia _ 40

Kaetê Spessotto Okano

Experiências como pesquisador e ser Avá-Guarani no processo luta e resistência entre Tekohá e universidade _ 42

Rodrigo Luis

Monitoria acadêmica na disciplina Laboratório de textos arqueológico e antropológico _ 44

Rosiene de Souza Cruz, Gabriela Prestes Carneiro

A saúde mental indígena no Brasil _ 46

Luar Sateré-Mawé

Esboço sociolinguístico dos indígenas do Baixo Tapajós, oriundos do PSEI/UFOPA _ 47

Ana Cláudia Santos da Silva, Denize de Sousa Carneiro

O ensino de Física a partir das narrativas, contos e histórias dos indígenas Potiguara da Paraíba _ 48

Severino do Ramo Fernandes da Silva Neto

Intercientificidade a partir da ótica de indígenas discentes da Unb _ 50

Lucas Ycard da Costa Duarth Comapa, Iury da Costa Felipe

O registro audiovisual da festa de Nossa Senhora dos Navegantes a partir da família de dona Rosilda e dona Rosane _ 52

Aguynaiary Pontes Pessoa Gomes

Mari Masia, Mari Maca, Mari Dihtero _ 53

Flavio Pereira Ferraz

IX ENEI – Encontro Nacional de Estudantes Indígenas nutrindo raízes: uma autoetnografia performática sobre a metodologia-pedagogia do co-labor _ 55

João Florentino da Silva, Tatiane Prado Arantes, Érica Soares Assis, Nelson Filice de Barros

O ciclo intercultural de iniciação acadêmica de estudantes indígenas da UEL: fortalecendo a presença indígena na universidade _ 57

Wagner Roberto do Amaral

A conscientização ambiental indígena no contexto do direito ambiental _ 58

Yoon Ladica

Mapeamento histórico do perfil dos indígenas no curso de Medicina da UFSCar _ 59

Vandicley Pereira Bezerra, Leonnardo de Souza Melo Ferreira, Willian Fernandes Luna

Neabi “Mãe Fausta”: espaço de diálogos e acolhimento _ 61

Tatiane Motta da Costa e Silva, Renata Colbeich da Silva, Diego de Matos Noronha

Educação amorosa de aproximação: metodologia epistemológica didático-pedagógica libertadora _ 63

Michael J. Q. de Oliveira Baré

Línguas e etnias dos estudantes indígenas da UFSCar: um estudo preliminar _ 64

Kuhupi Waura, Luzia Sigoli Fernandes Costa, Omar Lopes da Silva, Thais Juliana Palomino

As rodas de conversa sobre saúde indígena durante a pandemia: o encontro remoto como espaço de diálogo _ 66

Raniel Martinha de Souza, Denis Delgado da Silva, Claudiana Brazão Lopes, Larissa Eduarda Freire da Silva, Willian Fernandes Luna

Relato da experiência na elaboração da cartilha de combate ao racismo e à discriminação contra indígenas nas escolas públicas da rede urbana de Santarém/PA _ 68

Terezinha do Socorro Lira Pereira, Rui Massato Harayama, Pedro Cohco Wai Wai, Cezar Henrique Assunção Teixeira Nobre, Alcindo Moisés Pinho de Sousa, Luanna Cardoso Oliveira, Solange Maria de Almeida da Silva, Maíke Joel Vieira da Silva

Psicologia transcultural, cultural e indígena: diferentes sentidos do conhecer na pesquisa psicológica _ 70

Tácio Sales Carvalho

Racismo anti-indígena: um estudo psicossocial sobre a universidade/colonialidade no Brasil _ 71

Iclícia Viana

Os profissionais indígenas e a carta de anuência para seleção nas escolas estaduais indígenas do Norte do Paraná _ 73

Isabela de Barros Vilas Boas

Educação escolar indígena _ 74

Julian Monike Scolaro, Cristiane Aparecida Ribeiro Bueno, Gisele Aparecida Dossena, Marco Antonio Batista Carvalho

Territórios etnoeducacionais indígenas: a contribuição da psicologia escolar para a educação indígena diferenciada _ 76

Angelina dos Santos Silva, João Gabriel Modesto, Patrícia Carla Silva do Vale Zucoloto

Síntese do estado atual da documentação da língua Wai Wai (Karib) _ 78

Dalva Wapuri Wai Wai

Representação visual de grupos étnico-raciais em livros didáticos de Geografia – Ensino Fundamental II _ 79

Alecsandro J.P. Ratts, Evelin Cristina Araújo

Registros históricos dos Encontros Nacionais de Estudantes Indígenas (ENEIS) como contribuições para a permanência de sua memória _ 81

Jocimara Braz de Araújo, Luzia Sigoli Fernandes Costa, Thais Juliana Palomino

As perspectivas do movimento estudantil indígena na Universidade Federal de Minas Gerais _ 83

Anaine Anikualo Taukane, Andrea Siqueira Carvalho

Os indígenas contra o etnocentrismo: a construção do preconceito contra povos originários no Brasil e seus reflexos coloniais na atualidade _ 85

Luciana Beatriz de Araújo Colombo, Francine Rocha, Ana Carolina Lopes Venâncio, Ricardo Prestes Pazello

Relato de experiência: práticas da discente indígena vivenciadas no PIBID da Matemática em escolas de Santarém (PA) _ 87

Jociane de Vasconcelos Farias, Marcos Gervânio de Azevedo Melo

Diálogo com estudantes indígenas evadidos da UFPR: abandonaram ou foram abandonados? _ 89

Aline Louisy Goulart Portella, Rafael Mauricio Castanho

Mediação: diferenças em conflito – um projeto de letramento acadêmico que indianiza o Ensino Superior _ 90

Thaísa Kauany Goulart Portella, Ayla Krig Si Wollinger Fernandes, Dra. Francine Rocha, Dra. Norma da Luz Ferrarini

Área temática 2 _ 92**Mídias digitais, comunicação e resistência indígena**

Encontro de saberes no formato virtual: do possível ao inovador _ 93

Vanessa Carneiro Borges, Larissa Campagna Martini, Willian Fernandes Luna, Amanda Vitória da Silva

Produção audiovisual como estratégia para quebra de estereótipos indígenas na saúde indígena: os vídeos do “Você Sabia?” _ 95

Pedro Manoel da Silva Santos, Gabriele Helena de Oliveira, Amanda Vitória da Silva, Joelson Antonio de Jesus, Willian Fernandes Luna

PODIndí: a construção de um podcast sobre a saúde dos povos indígenas _ 97

Gabriele Helena de Oliveira, Pedro Manoel da Silva Santos, Wesley Junio de Jesus Silva, Willian Fernandes Luna

Políticas linguísticas por meio dos processos de formação das novas palavras do povo Apyãwa _ 99

Waraxowo'i Mauricio Tapirapé

INFORMASUS: Vivências indígenas para além da saúde na pandemia _ 100

Guanilce Falcão Soares, Rosania Ferreira de Lima, Larissa Campagna Martini, Willian Fernandes Luna

Comunicação indígena e educação em saúde no contexto da COVID-19: estratégias de luta _ 102

Fetxawewe Tapuya Guajajara Verissimo

Projeto de documentação da língua Baniwa-Koripako: uma proposta de dicionário digital multimídia _ 104

Artur Garcia Gonçalves

Universitários indígenas na web _ 105

Eli Éder Norato, Marcos de Aguiar Primo, Arieli Gonsalves dos Santos Knop

Etnomultimídia indígena: marcas históricas de uma demarcação etnocomunicacional cidadã e descolonizadora no Brasil _ 106

Raquel Gomes Carneiro, Alberto Efendy Maldonado

Educomunicação Guarani: prática de troca entre a sabedoria originária e as novas mídias _ 108

Gilmar Tupa Re Sapy Chamorro, Laura Fortes, Mário Ramão Villalva

Área temática 3 _ 110**Artes, literatura indígena e insubmissão**

Artistas Puri contemporâneos em luta pelo fortalecimento da identidade indígena _ 111

Beatriz de Oliveira Fidelis, Andréa Siqueira Carvalho

Coleção Retomadas e traduções para línguas indígenas _ 112

Rosilene Gynprag Abreu, Letícia Fraga

Respeito, cuidado e proteção do território segundo a cosmologia Yanomami _ 113

Suliete Gervásio Monteiro

Naiá, “a mais bela flor das águas”: representação do feminino indígena romantizado na lenda da vitória-régia _ 114

Izabel Cristine Silva dos Santos

VI Porã: um projeto de leitura de autores(as) indígenas _ 115

Júlia Isabela de Souza, Lígia Paula Couto

Área temática 4 _ 116**A colonização, evangelização, e a insubmissão como resistência indígena**

A colonização e evangelização entre os Magüta de Me'cürane _ 117

Iury da Costa Felipe

Entre o arame farpado e a bala: conflitos territoriais e assassinatos de indígenas na Bahia e no Pará de 2003 a 2020 _ 119

Daniel da Silva Cunha, Nayra Paye Pereira Kaxuyana

Área temática 5 _ 121**Organizações políticas de indígenas mulheres/diversidade, resistência e protagonismo**

A violência contra a mulher indígena Kaingang no Rio Grande do Sul: Reflexões preliminares acerca das formas de manifestação da violência e as possibilidades de enfrentamento e resistência indígena _ 122

Solange dos Santos Silva, Eduarda Rosa da Silva, Simone Laranjeira, Viviane Belini Lopes, Silvana Moreira Claudino

Políticas públicas para a comunidade indígena: um movimento feminino em prol da dignidade da mulher indígena _ 123

Jocemir Falcão de Mello

Políticas públicas, avanços e retrocessos: um estudo de caso da T. I. Munduruku Takuara, Belterra - PA, pautando a questão social - econômica - territorial _ 124

Diana Souza Cruz, Márcio Júnior Benassuly Barros

A incorporação da temática da questão indígena e possibilidades de contribuições às políticas públicas _ 126

Naihara Gomes de Oliveira

A experiência do plano de gestão territorial e ambiental do povo indígena Munduruku do Planalto Santareno _ 128

Rosimary de Souza Cruz, Judith Costa Vieira

O protagonismo e os desafios da mulher Kanhgág da terra indígena**Rio das Cobras - PR _ 130**

Danieli Finhgre Félix

O Carimbó como prática associada a emergência étnica, manutenção dos costumes e tradições e emancipação das mulheres no Baixo Tapajós _ 132

Ana Raquel Alves de Sousa

Reescrevendo histórias e inscrevendo-se no território acadêmico: as indígenas mulheres frente à violência nas universidades brasileiras _ 134

Nanah Sanches Vieira, Tânia Mara Campos de Almeida, Alessandra Severino da Silva Manchinery, Bruna dos Santos Almeida, Débora Arruda

Mulheres Avá-Guarani no oeste do Paraná: a Educação Superior Indígena enquanto espaço de resistência _ 135

Gilza F. Souza F. Pereira

Movimentos socioterritoriais de luta pelas florestas brasileiras: expressões da resistência indígena identificadas no DATALUTA Floresta _ 136

Bruna Gonçalves Costa

Área temática 6 _ 138**Saúde: avanços e retrocessos no acesso à saúde indígena**

Saúde bucal do povo Pankararu de Pernambuco _ 139

Aline de Oliveira Taukane, Andréa Siqueira Carvalho

Raiz, casca e folhas: medicina tradicional Anacé na Reserva Indígena Tabá dos Anacé em Caucaia-CE-Brasil e ciência autorizada _ 140

Rute Morais Souza, Raquel da Silva Alves, Hector Rocha Isaías

Plantas e práticas medicinais indígenas _ 141

Alessandra Sussulini, Emerson Andrade Ferreira dos Santos, Luzia Sigoli Fernandes Costa, Marcondy Mauricio de Souza, Rejane Nunes de Carvalho, Rosângela Batalha Braga, Roseli Batalha Braga, Renata Sebastiani, Shelley de Jesus B. Gonçalves

Saúde, doença e seus determinantes na perspectiva do povo Pankararu: um diálogo entre cosmologia, ciências e formação médica _ 143

Geovan José dos Santos, Francine Rocha

Visões anatômicas: escritas e leituras artísticas nas áreas da saúde _ 145

Mateus Henrique Matias Claudino, Nívia Anaja Gonçalves Carneiro, Thaiane Raulino Sampaio

Ayurí _ 146

David Venancio Cardoso, Sheldon Yupuri Barreto Gonçalves, Luciene Valério Rodrigues, Tatiane Prado Arantes, Vanessa da Silva Lopes, Yurica Oliveira Galvão da Silva, Thaysa Falcão Soares Ramoel Massi Mariano, Yanapa M. Kuikuro, Érica Soares Assis, Nelson Filice de Barros

Uso das plantas medicinais pelo povo Javaé durante a pandemia da covid-19 _ 148José Mário Idiolumari Javaé
Paulo André Ixati Oliveira Karajá
Rosemary Negreiros de Araújo**Estudantes indígenas da UFSCAR e os impactos da covid-19 em suas comunidades _ 150**Eliane Claudio Guilherme
Gilmara dos Santos Gonçalves
Vitória Manoela de Oliveira Melo**Universidade e diversidade: a potencialidade do PETI indígena da UFMG na transversalidade dos saberes _ 152**Lívia de Souza Pancrácio de Errico
Otávio Júnior da Costa
Werly Pinheiro de Abreu

Desafios e persistências de estudantes indígenas na universidade: impactos sobre a saúde mental _ 154

Flávio da Silva Santos

Projeto LENTES: um olhar da juventude indígena sobre pandemia de COVID-19 _ 155

Ivanízia Ruiz Guimarães

A morte, silenciosa do espírito, na construção do Estado Nação Brasil: etnocídio e genocídio nas raízes do Brasil_ 156

Viktória Satiro de Sousa Martins

Desigualdade de acesso na saúde: uma reflexão acerca do subsistema de atenção à saúde indígena SASI/SUS na pandemia do COVID-19_ 157

Sarlene Moreira da Silca

O impacto da pandemia da COVID-19 nos territórios indígenas_ 159

Igor No Sá Inácio, Madalena Kuitá

Hospitalizações de crianças indígenas por causas evitáveis no estado de Roraima_ 160

Jainne Gomes de Melo

Avanços e desafios na implantação da medicina tradicional indígena durante a pandemia de COVID-19 _ 161

Gabriel de Braga Lima

O levantamento do atendimento odontológico do povo Pankararu: a estrutura do serviço básico de saúde _ 162

Guilherme Manoel Silva Oliveira, Andréa Siqueira Carvalho

Perfil epidemiológico dos indígenas acolhidos pelo telessaúde do Ambulatório de Saúde Indígena do Hospital Universitário de Brasília em tempos de COVID-19 _ 163

Alisson Cleomar dos Santos

Área temática 7 _165**Terra nossa casa, nossa mãe: retomada e soberania alimentar nos territórios originários**

Uso de plantas não convencionais na alimentação do povo Terena _ 166

Arioaldo Massi, Renata Sebastiani

Análise físico-química da composição nutricional do fuá e do emi, alimentos típicos da culinária do povo Kaingang pertencentes à terra indígena Nonoi - RS _ 167

Gislaine Vieira da Silva

Avaliação histórica dos impactos ambientais e culturais para o povo Tumbalalá em decorrência do desmatamento no território _ 168

Maria Aparecida da Cruz Xavier

Caminhando de mãos dadas: as técnicas de caça dos territórios indígenas e quilombolas do Baixo Amazonas _ 170

Gabriela Monique Godinho Sousa, Elaine dos Santos Pinto, Myrian Sá Leitão-Barboza, Gabriela Prestes Carneiro

Mangueirinha: a reserva das araucárias no mundo _ 171

Ariel Cipriano

Noções de territorialidade, identidade e pertencimento para os indígenas Tumbalalá _ 172

Açucena Marinheiro da Silva, Fabiana dos Santos, Marijane dos Santos

Área temática 8 _ 174**Diásporas indígenas: Mobilizações e deslocamentos pelo Brasil e pelo mundo**

Mapeamento dos povos indígenas que viveram e vivem no interior paulista _ 175

Aline Hipananiro Apolinário José, João Paulo Ribeiro, José Lotúmolo Júnior, Luciana Maria dos Santos, Luzia Sigoli Fernandes Costa, Marta Marubo Comapa

Povos originários: entre a diáspora e a identidade social _ 177

Yuri da Silva Aguiar, Janayna Victória Araújo dos Santos Silva

Madrinha Alice e os Kajé: diáspora indígena no sertão da Bahia _ 179

Edelvito Almeida do Nascimento, Marcello Moreira

“Índio” no contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro: Michael Baré, sua trajetória como artesão indígena, ex-morador em situação de rua até a universidade _ 181

Michael J. Q. de Oliveira Baré

Ava Aty (assembléias) articulação e resistências dos Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso do Sul _ 182

Gileandro Barbosa Pedro

IX ENEI – Encontro Nacional de Estudantes Indígenas e Rituais de Resistência: ser indígena na universidade _ 184

Luciene Valério Rodrigues, Tatiane Prado Arantes, Vanessa da Silva Lopes, Yurica Oliveira Galvão da Silva, Érica Soares Assis, Nelson Filice de Barros

O caminho de volta da universidade à comunidade: uma reflexão sobre a etnoparticipação e o etnojornalismo no projeto Nhandereko Eg Kanhró _ 186

Yago Junio dos Santos Queiroz

Apresentação



De 25 a 28 de julho de 2022 ocorreu na Universidade Estadual de Campinas o IX ENEI – Encontro Nacional dos Estudantes Indígenas. O evento recebeu 2.403 inscrições de participantes e estimamos que aproximadamente dois mil estudantes, majoritariamente indígenas, de todas as regiões do país, estiveram presentes. Foram realizadas mesas redondas, fóruns, minicursos, plenárias, atividades culturais e oito simpósios temáticos, durante os quais foram apresentadas as pesquisas cujos resumos reunimos nessa publicação de Anais do evento.


O Encontro Nacional de Estudantes Indígenas é um espaço que visa reunir estudantes indígenas do Ensino Superior, cursando Graduação e Pós-graduação, de todo o Brasil, proporcionando troca de saberes, discussão e socialização de vivências e experiências nas universidades, nos territórios e nos movimentos. O espaço do encontro conta também com diferentes interlocutores: anciões, conhecedores e ativistas indígenas, pesquisadoras(es) indígenas e não-indígenas, indigenistas e aliadas(os). Em todos os ENEIs tem sido aceitos trabalhos de pesquisadores/as indígenas e de não indígenas. Nos resumos dos trabalhos, indicamos para cada autor ou autora se se trata de uma pessoa indígena, e nesse caso de qual etnia, ou se trata-se de um/a pesquisador/a não indígena.

O ENEI tornou-se referência de reflexão e mobilização coletiva no cenário nacional, no contexto do Ensino Superior e da Educação Intercultural. O evento promove a constituição de redes e alianças nas mais diversas frentes de atuação e demonstra sua potência para o exercício de temas relevantes à universidade e à

sociedade, tais como a interculturalidade, a ecologia dos saberes, a descolonização dos paradigmas de produção do conhecimento predominantes, o fortalecimento das tradições indígenas e a defesa de seus direitos. O evento colabora para a qualificação acadêmica de estudantes indígenas e para sua atuação como sujeitos históricos e protagonistas junto aos seus coletivos, sendo um espaço de socialização de pesquisas e reflexões sobre as problemáticas que afetam suas vidas. Constitui-se como um momento especial para a formação política, intelectual e espiritual dos indígenas estudantes de Ensino Superior, proporcionando a interação de estudantes de diversas universidades e cursos.


A primeira edição do ENEI ocorreu em 2013, com o tema *Metas e Desafios no caminho do Ensino Superior*, realizado por iniciativa dos indígenas estudantes da UFSCar, universidade que nos sete anos anteriores consolidou uma política de ações afirmativas para os povos indígenas baseada em vestibular diferenciado, que atendesse às demandas e às especificidades dos povos e da educação indígena prevista pela Constituição brasileira. Desde então estamos debatendo e articulando as pautas no que diz respeito ao acesso e à permanência dos indígenas estudantes nas universidades. O acesso indígena à universidade proporcionou reflexões renovadas sobre a terra, a floresta, as águas, a palavra e o silêncio dos mais velhos, a escuta. Os encontros têm alimentado esse entrelaçamento.






O tema deste IX ENEI é *Ancestralidade e Contemporaneidade*. Ele orienta nossas ações e reflexões contemporâneas a considerar experiências e conhecimentos que nossos ancestrais e anciões compuseram, ritualizando o passado, transformando o presente e criando futuros. A proposta do encontro foi de constituir, através de uma abordagem crítico-epistemológica, um panorama do momento que vivenciamos, no qual é possível atuar criativamente. O tema ainda traz como princípio evidenciar o protagonismo dos estudantes indígenas no contexto acadêmico, valorizando as histórias e os saberes a partir das suas cosmovisões. Dessa forma, buscamos demarcar espaços no Ensino Superior, na perspectiva de descolonizar o conhecimento produzido sobre povos indígenas e apresentar conhecimentos produzidos com povos indígenas.

Nesta edição contamos com a presença, como convidados, de pesquisadoras, pesquisadores e lideranças indígenas, assim como de pesquisadoras e pesquisadores não indígenas que atuam com temáticas de interesse para o ENEI que fizeram falas nos fóruns, mini-simpósios e plenárias. Queremos registrar aqui nosso agradecimento a essas pessoas: Aline Ngrehtabare Kaxiriana Lopes Kayapó (Aline Lopes Pereira, indígena Kayapó, advogada, pesquisadora em Direito e fundadora da rede de mulheres indígenas Waricunas), Alva Rosa Tukano (Alva Rosa Lana Vieira, professora e líder do povo Tukano, primeira mulher indígena a obter o título de doutorado pela Universidade Federal do Amazonas), Álvaro Gonzaga (indígena Guarani Kaiowá, Livre Docente em Filosofia do Direito Pela PUC/SP, assessor jurídico para a criação da União Plurinacional de Estudantes Indígenas - UPEI), Álvaro Tukano (Álvaro Sampaio, liderança Tukano, um dos fundadores da União Nacional Indígena - UNI), Anapuaka Muniz Tupinambá (comunicador e fundador da primeira rádio indígena do país, a Rádio Yandê), Aparecida Benites Kaiowá (historiadora, uma das fundadoras da Associação dos Jovens Guarani Kaiowá em Ação - JIGA), Barbara Flores (integrante do movimento de mulheres indígenas Wayracunas), Baulina Baniwa (mestranda no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UnB), Cacique Ramon Tupinambá (liderança do território Tupinambá de Olivença, BA), Célia Xacriabá (em 2022 candidata a Deputada Federal, atualmente Deputada eleita), Chirley Pankará (em 2022, co-deputada estadual pela Bancada Ativista do PSOL, mestra em Educação pela PUC/SP e doutoranda em Antropologia na USP), Cristine Takuá (indígena Maxakali, membra fundadora do Fórum de Articulação dos Professores Indígenas do Estado de São Paulo - Fapisp), Danilo Guimarães (professor Instituto de Psicologia da USP), Danúsia Arantes (diretora da empresa Dra. Sol Soluções em Energia), Darlene Taukane (indígena Kura-Bakairi, MT, mestra em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso e funcionária da Fundação Nacional do Índio - FUNAI, atuando na assessoria da



educação escolar indígena no Mato Grosso), Davi Guarani (liderança Guarani da Terra Indígena do Jaraguá - SP), Samara Pataxó (advogada, doutoranda e mestra em Direito pela Universidade de Brasília), Edson Kayapó (Edson Machado de Brito, indígena do povo Mebengokré, doutor pelo Programa Pós-graduação em Educação na PUC-SP, professor do Instituto Federal da Bahia - IFBA), Eliel Benites (indígena Guarani-Kaiowá, doutor em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados e atualmente diretor do Departamento de Línguas e Memória do Ministério dos Povos Indígenas), Geni Nuñez (indígena Guarani, psicóloga e escritora, doutora no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina, membro da Articulação Brasileira de Indígenas Psicólogos/as - ABIPSI), Germano Lima (indígena Guarani-Kaiowá, geógrafo pela UFMS), Jânio Kaiowá (liderança jovem da associação Aty Guasu, MS), João Ernesto de Carvalho (professor de Ciências Farmacêuticas, Unicamp), João Paulo Tukano (João Paulo Barreto, primeiro indígena a defender doutorado em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas, prêmio de melhor tese da área pela Capes), Julie Dorrico (indígena Maxacali, escritora e doutora em Teoria de Literatura na PUC-RS), Luciana Guarani Mbya (Coletivo Etnocidade e chef), Luciano Ariabo Kezo (indígena do povo Balatiponé, licenciado em Letras na Universidade Federal de São Carlos, escritor e artista plástico), Márcia Mura (Márcia Maciel, indígena Mura, doutora em História Social pela Universidade de São Paulo e pesquisadora do Núcleo de Estudos em História Oral - NEHO/USP), Nadia Akawã Tupinambá (liderança indígena da Aldeia Tukum - Território Tupinambá de Olivença, BA, licenciada em Artes e Linguagens e Licenciatura Intercultural em Educação Escolar Indígena pela Universidade do Estado da Bahia).

Natanael Vilharva Caceres (mestre em história oral-UFGD, Guarani Ñandeva, liderança da Aty Guasu), Nayra Paye Kaxuina Pereira (indígena dos povos Kaxuyana e Tiriyo, PA/AP, graduanda em Geografia pela Universidade de Brasília e Presidente da Associação dos Acadêmicos Indígenas da Universidade de Brasília - AAIUnB), Nita Tuxá (psicóloga e assistente social), Paulo Abati (médico infectologista da UNICAMP e especialista na saúde indígena), Pedro Peruzzo (professor de Direito da PUC-Campinas, pesquisador em Direitos Humanos), Porã Potiguara (Tanielson Silva, indígena Potiguara, engenheiro florestal pela Universidade de Brasília), Rafael Kotchetkoff Carneio (pesquisador do Projeto Campus Sustentável, Unicamp), Sarlene Macuxi (conselheira estadual de saúde pelo Conselho Indígena de Roraima), Sônia Guajajara (em 2022 pré-candidata a deputada federal, coordenadora executiva da articulação dos povos indígenas do Brasil, atualmente Ministra do Ministério dos Povos Indígenas), Tatiane Martins (indígena Kaiowá, assistente social e mestre da medicina tradicional indígena),



Thiago Thobias (atuou no Ministério da Educação como diretor de Educação do Campo, Indígena e para as relações étnico raciais), Ubiraci Pataxó (graduado em Ciências da Natureza e em Matemática na Universidade Federal de São Carlos, mestre de saberes tradicionais, atua como educador, palestrante, instrutor de cursos, terapeuta), Valdelice Veron (porta Voz da Associação Atyguasu, grande assembleia do povo Kaiowá e Guarani, liderança das retomadas de terra tradicionais Guarani Kaiowá), Washington Roberto Rodrigues da Silva (membro da Diretoria de Planejamento Integrado (DEPI/ Unicamp), coordenador de Gestão Ambiental e Resíduos), Zair Henrique Santos (indígena do povo Arapium, Baixo Tapajós, Professor de Letras da Universidade Federal do Oeste do Pará).


Quanto a artistas ou grupos artísticos desejamos agradecer a presença de DJ Erik Terena, Djuena Tikuna, BRO's MC's, Teatro indígena PKR, DJ Alok, Sioduhi (estilista tikuna), Michel Baré.

Os resumos das pesquisas foram apresentados em oito simpósios temáticos, que foram os seguintes 1) Educação, interculturalidade e autodeterminação indígena, 2) Mídias digitais, comunicação e resistência indígena, 3) Artes, literatura indígena e insubmissão, 4) A colonização, evangelização, e a insubmissão como resistência indígena, 5) Organizações políticas de indígenas mulheres/diversidade, resistência e protagonismo, 6) Saúde: avanços e retrocessos no acesso à saúde indígena, 7) Terra nossa casa, nossa mãe: retomada e soberania alimentar nos territórios originários, 8) Diásporas indígenas: mobilizações e deslocamentos pelo Brasil e pelo mundo.

Desejamos uma excelente leitura e vida longa ao ENEI!

Comissão Científica do IX ENEI





Área temática 1: Educação, interculturalidade e autodeterminação indígena.

Saúde, doença e cuidado na perspectiva dos acadêmicos indígenas do povo Baniwa ingressantes nos cursos de graduação da Universidade Estadual de Campinas

Maria Luiza Garnelo Pereira¹
Geovane Figueiredo da Silva²

O cuidado de saúde para populações indígenas têm algumas especificidades e está previsto nos serviços de saúde indígena no Brasil. No entanto, esse cuidado de saúde é uma realidade distante que pode ser evidenciada pela lacuna existente na construção dos conhecimentos acerca da saúde indígena que segue excluindo a pluralidade dos saberes. O objetivo desta pesquisa é compreender os sentidos atribuídos à saúde-doença-cuidado pelos estudantes indígenas do povo Baniwa ingressantes do vestibular indígena da Unicamp. Será adotada metodologia qualitativa e a técnica de produção e análise do material produzido em encontros coletivos será apoiada no arcabouço teórico dos estudos decoloniais e dos estudos culturais. A construção de diálogos que incluam e componham com as perspectivas dos estudantes do povo Baniwa será possível vislumbrar um enriquecimento do conhecimento e das práticas clínicas em saúde. As narrativas construídas, coletiva ou individualmente, sobre os sentidos atribuídos ao processo saúde-doença-cuidado pretendem ser um conhecimento entre o pesquisador e os participantes, uma vez que o pesquisador do projeto também é pertencente à etnia Baniwa.

Palavras-chave: Saúde. Avanços e retrocessos no acesso à saúde indígena.

¹ Bacharel em Medicina pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Pesquisadora não indígena. E-mail: luiza.garnelo@fiocruz.br. Manaus-AM.

² Graduando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Povo Baniwa. E-mail: dasilvageovane73@gmail.com. Campinas-SP.

A (in)visibilização dos estudantes indígenas na Universidade Federal do Paraná

Jucelaine da Costa Antunes³
Rafael Mauricio Castanho⁴

A presença de estudantes indígenas nas universidades públicas têm crescido nos últimos anos, impulsionada por políticas de ações afirmativas destinadas aos povos indígenas. É comum que essas universidades promovam ações dando visibilidade a essas políticas, muitas vezes buscando promover uma “propaganda de inclusão” nessas instituições. Porém, na prática, muitas vezes o que ocorre é o oposto e as causas, demandas e identidades indígenas são silenciadas e invisibilizadas. Nesse sentido, colocamos as seguintes questões: como ocorrem esses processos de (in)visibilização? Em que momentos e de que formas a universidade atua para dar visibilidade ou não às questões indígenas? O objetivo geral desta pesquisa é analisar de que formas ocorrem os processos de (in)visibilização dos estudantes indígenas da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Para isso, elencamos os seguintes objetivos específicos: investigar se os estudantes indígenas da UFPR sentem-se reconhecidos e valorizados nas suas culturas e identidades; compreender as estratégias e ações institucionais direcionadas aos estudantes indígenas da UFPR; problematizar de que formas e em quais momentos as questões indígenas ganham visibilidade ou não no contexto universitário. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os estudantes indígenas matriculados nos cursos superiores da UFPR, a fim de compreender em que momentos esses estudantes percebem que a sua identidade indígena ganha visibilidade nas ações institucionais e em que momentos essa identidade deixa de ser reconhecida pela universidade. A presente pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento. Os resultados esperados são: apresentar uma discussão sobre como (e se) a UFPR valoriza e dá visibilidade para as questões indígenas, que momentos as questões indígenas são tornadas visíveis para o restante da comunidade acadêmica e, por outro lado, em que momentos e de que formas essas questões e causas indígenas são silenciadas e apagadas do debate institucional. Espera-se, ainda, ressaltar a importância das ações institucionais voltadas a dar visibilidade e valorização às culturas e identidades indígenas, ampliando o potencial político e acadêmico desses estudantes para a transformação da universidade no sentido de uma educação superior pluriétnica e inclusiva.

Palavras-chave: Educação superior indígena. Identidade indígena. Cultura indígena. Visibilidade. Invisibilidade.

³ Acadêmica de Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Povo Kaingang. E-mail: jucelaine.c.antunes@gmail.com. Curitiba – PR.

⁴ Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador não indígena. E-mail: rafaelmauriciocastanho@gmail.com. Curitiba – PR.

Yenipawa: traços que escrevem uma história, traços que fortalecem uma identidade

Ilza Emília Araújo⁵

José Wilson da Rocha Sampaio⁶

Guilherme Antunes de Oliveira⁷

Marlete Costa Dias⁸

O tema deste trabalho focaliza a preservação do meio ambiente na aldeia Alter do Chão, a partir da reafirmação das tradições da população indígena Borari, buscando responder a um dos impactos socioambientais enfrentados atualmente por essa comunidade. O presente trabalho visa, portanto, a conscientização dos habitantes locais por meio da educação socioambiental, incentivando a prática do reflorestamento de espécies nativas, a partir do cultivo e plantação do jenipapo – yenipawa, na língua geral amazônica (nheengatu). O povo Borari tem como território originário a região situada à margem direita do baixo rio Tapajós, com jurisdição do município de Santarém, estado do Pará. Esse território – a Terra Indígena Borari, Alter do Chão – encontra-se em fase de identificação para demarcação, contabilizando cerca de 400 famílias indígenas. Internacionalmente conhecida por sua paisagem natural, Alter do Chão tem assistido a um processo desenfreado de urbanização e especulação imobiliária com a construção de casas, balneários e hotéis e, conseqüentemente, ao desmatamento de espécies da vegetação nativa, como os jenipapeiros – gerando forte impacto não somente ao ambiente local mas também à cultura do povo Borari. Propõe-se, assim, uma iniciativa de reflorestamento com a reposição dos jenipapeiros para os seus lugares de origem. Com as atividades educativas e de reflorestamento nativo, pretende-se promover a conscientização dos moradores de Alter do Chão sobre a importância da preservação ambiental e, ao mesmo tempo, o fortalecimento das práticas culturais do povo Borari – que, inclusive, utiliza o insumo da fruta do jenipapeiro para confecção de seus grafismos (corporais, em tecidos ou em cerâmica), além de sua folha e sua raiz como recursos alimentares e práticas medicinais. Através de uma educação orientada para a sustentabilidade, tem-se, portanto, como objetivo deste trabalho a reflexão sobre os impactos da urbanização desenfreada, o incentivo ao reflorestamento a partir do cultivo e

⁵ Acadêmica indígena do povo Tupinambá. Graduanda do Curso de Bacharelado em Arqueologia, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: ilza.araujostm@gmail.com. Santarém-PA.

⁶ Acadêmico indígena do povo Borari. Graduando do Curso de Bacharelado em Arqueologia, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: josewillon.1997@gmail.com. Santarém-PA.

⁷ Doutor em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP); professor substituto do Curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Pesquisador não indígena. E-mail: guilhantun@gmail.com. Santarém-PA.

⁸ Acadêmica indígena do povo Borari. Graduanda do Curso de Bacharelado em Antropologia, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: marletecosta142@gmail.com. Santarém-PA.

plantação do Jenipapo, além do fortalecimento da cultura local, através de um maior acesso à seiva, à fruta e às raízes do jenipapo, que é a base de diversas práticas tradicionais do povo Borari. Quanto à metodologia, visando alcançar cerca de 300 pessoas da comunidade, propõe-se a realização de atividades práticas, tais como: rodas de conversa sobre a história de Alter do Chão a partir de relatos de seus moradores mais antigos; oficinas sobre reflorestamento a partir do cultivo e plantação de jenipapeiros, visando o aprendizado do cultivo de mudas de jenipapo e a facilitação do acesso à seiva, à fruta e às raízes do jenipapo, base de diversas práticas tradicionais do povo Borari. Entre os resultados esperados, a revitalização das áreas degradadas traria um importante benefício ambiental à comunidade, visando a qualidade de vida na aldeia, que sofre com os impactos do desmatamento. Isso também diminuiria o deslocamento para outros lugares em busca dos insumos do jenipapo, fortalecendo um vínculo coletivo na defesa do meio ambiente e também das tradições e da memória do povo Borari. Com este trabalho, pretende-se por fim, demonstrar como a preservação ambiental de Alter do Chão está intrinsecamente relacionada à preservação das próprias tradições do povo Borari.

Palavras-chave: Amazônia. Borari. Educação socioambiental. Jenipapo. Reflorestamento.

A invisibilidade dos estudantes indígenas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Francine Cristina de Menezes Nunes⁹

Kelly Cristina Russo de Souza¹⁰

Este trabalho, ainda em andamento, consiste em investigar o acesso e a permanência dos estudantes indígenas na Universidade no Estado do Rio de Janeiro - UERJ, buscando compreender o processo de invisibilidade que estes estudantes sofrem ao entrarem na universidade. Com isso, a investigação contará com os seguintes questionamentos que ajudarão a nortear o processo da pesquisa: Há um silenciamento dos estudantes indígenas nas cidades e universidades? Quais são os desafios que os universitários indígenas encontram? Os indígenas sofrem algum tipo de preconceito ao entrar nas universidades? Nesta pesquisa utilizaremos alguns conceitos-chave: modernidade/colonialidade (Mignolo, 1998); interculturalidade (Walsh, 2019); identidade e diferença (Hall, 2006 e o conceito de diáspora (Hall, 2003) para compreender a situação de indígenas em seus diferentes territórios. A pesquisa tem como objetivo procurar compreender as dinâmicas de resistência e de sociabilidade dos universitários indígenas, em contexto urbano e universitário, para a manutenção de suas identidades étnicas. Pontuar as dificuldades que os estudantes indígenas encontram ao entrar na universidade e todo o processo de invisibilidade, o racismo estrutural e institucional a que são submetidos. Para a realização da pesquisa, apresentaremos uma revisão de literatura sobre os temas mais recorrentes no debate sobre ação afirmativa e cotas para indígenas no Brasil; um levantamento estatístico sobre estudantes indígenas cotistas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro; e procuraremos destacar quais são os atuais desafios e conflitos que estes estudantes encontram para o acesso às universidades em relação ao eixo 1, que trata sobre educação, interculturalidade e autodeterminação indígena. Neste momento da pesquisa, está sendo realizado um levantamento em setores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, a fim de conseguir dados que comprovem quantos estudantes indígenas há na UERJ, quem são estes estudantes, quantos entraram pelo sistema de cotas e quantos conseguiram terminar a graduação. O tema a invisibilidade dos estudantes Indígenas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, traz

⁹ Graduada em História, licenciatura pela Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), mestranda em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. Pesquisadora não indígena. E-mail: francine_100mn@hotmail.com. Duque de Caxias - RJ.

¹⁰ Doutora em Educação Brasileira pela PUC - Rio, mestre em Ciências Sociais e Educação, pela FLACSO-AR; pós-doutorado em Antropologia Social, pelo PPGAS-Museu Nacional e em Educação e Interculturalidade, pelo Centro de Estudos sobre Etnicidade e Educação da Universidade de Montreal, professora adjunta do Departamento de Formação de Professores da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ). Na FEBF, integra o Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. Pesquisadora não indígena. E-mail: kellyrussobr@gmail.com. Duque de Caxias - RJ.

uma série de questões em relação aos universitários e a própria universidade, como a exclusão da identidade desses estudantes e o racismo institucional imposto por meio da ocultação de dados da instituição.

Palavras-chave: Universitário indígena. Ações afirmativas. Invisibilidade. Racismo estrutural. Racismo institucional.

Professor tutor/orientador de indígena no Ensino Superior: entre expectativas e práticas

Odione Brasão Penha¹¹

Aline Louisy Goulart Portella¹²

Dra. Francine Rocha¹³

Dra. Norma da Luz Ferrarin¹⁴

Introdução: A Universidade Federal do Paraná - UFPR aprovou em 2004 a Resolução 37/04-COUN, que visa auxiliar e garantir a permanência dos estudantes abrangidos nesse Plano de Inclusão Racial e Social, que atualmente oferece dez vagas suplementares anuais exclusivamente para indígenas brasileiros. Dentre as ações previstas especificamente para o componente indígena dessa normativa, há a obrigatoriedade de designação de um professor orientador para cada estudante indígena desde o ingresso na UFPR até a conclusão do curso. Essa pesquisa investiga como um professor universitário entende seu papel de orientador de estudante indígena e como essa função é desenvolvida na prática, no diálogo com as expectativas e necessidades dos estudantes indígenas. Por questões culturais perpassadas pelo respeito aos mais experientes, o papel do professor orientador tem relevância especial para a efetivação da inclusão de estudantes indígenas nesse nível de ensino. A premissa desse trabalho é que, se houver apoio institucional e pedagógico suficiente e adequado às demandas destes alunos, poderá ampliar-se a permanência e o sucesso desse grupo no Ensino Superior, o que passa pela figura do professor tutor/orientador. **Objetivos:** O objetivo desse trabalho, portanto, é discutir a configuração do exercício da função de professor orientador de indígenas na UFPR. **Metodologia:** A metodologia é qualitativa do tipo pesquisa participante e os procedimentos envolveram a realização de entrevistas semiestruturadas presenciais e através de videochamadas. Essas entrevistas foram gravadas em vídeo no caso dos professores indicados pelos estudantes indígenas egressos como exitosos. As entrevistas dos demais professores foram gravadas em áudio. Todas foram transcritas. Também foi realizada uma roda de conversa com estudantes indígenas para levantamento de suas expectativas em relação aos professores orientadores. **Resultados:** Os resultados produzidos até o momento indicam que os professores orientadores de estudantes indígenas considerados por eles como exitosos estão preocupados com aspectos que suplantam a transmissão de conhecimento técnico: ficou evidenciado em suas narrativas uma preocupação com a formação cidadã de seus alunos indígenas e

¹¹ Acadêmico de Fisioterapia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Povo Tariano. E-mail: tariano27@gmail.com. Curitiba -PR.

¹² Acadêmico de Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Povo Guarani Nhandewa. E-mail: louisy.aline@gmail.com. Curitiba - PR.

¹³ Diretora Técnica do Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora não indígena. E-mail: rocha.francine@gmail.com. Curitiba - PR.

¹⁴ Docente titular da Graduação e da Pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora não indígena. E-mail: normadaluzf@gmail.com. Curitiba - PR.

não-indígenas, sendo a inclusão parte desse processo. Por outro lado, também tem ficado demonstrado que tais professores desenvolvem um olhar atento e uma intervenção direta em contextos conflituosos, agindo tanto preventiva como remediativamente. De uma forma geral, os professores entrevistados reconhecem sentirem-se despreparados e desamparados institucionalmente para o desempenho da função junto às especificidades que os indígenas aportam. Por outro lado, há uma confluência entre as perspectivas dos professores exitosos e as expectativas dos estudantes, especialmente no que diz respeito ao fato de que as maiores dificuldades se dão no campo da “inclusão humana”, dos relacionamentos com os agentes e regras institucionais. **Conclusão:** Conclui-se que geralmente não há preparo dos docentes para esse cargo atribuído, a maioria dos professores são simplesmente informados pela coordenação. Muitos deles nunca tiveram contato com causas indígenas em sua formação pessoal/profissional e simplesmente consideram-se de mãos atadas em relação ao que podem e devem fazer. A Resolução está presente na Universidade na teoria, de certa forma ela também cumpre o que diz (designa o professor tutor), mas isso não é o suficiente para ocorrer a inclusão na prática.

Palavras-chave: Professor orientador. Indígenas no Ensino Superior. Tutoria. Políticas afirmativas.

Um índio de verdade na minha classe? O indígena em contexto escolar branco e urbano

Luciana Miranda Gomes de Queiroz¹⁵

Introdução: Tendo em vista o histórico etnocida vivido no Brasil, indígenas que precisam se deslocar para centros urbanos se veem cotidianamente contestados sobre sua identidade. As escolas, que deveriam ser espaços de acolhimento e de inclusão, na verdade, têm piorado o cenário do preconceito. Sabendo dos conflitos que permeiam a questão, e as problemáticas que envolvem a educação tradicional aos moldes colonialistas, o presente trabalho coloca em pauta a questão da invisibilidade do sujeito indígena dentro do contexto urbano escolar. **Objetivos:** Investigar como a instituição escolar urbana lida com os estudantes indígenas inseridos nela, traçando as estruturas dos direitos dos povos indígenas à educação, discorrendo sobre termos relevantes relativos à inclusão, analisando as ações da comunidade escolar para contemplar as especificidades dos estudantes indígenas. **Metodologia:** Foi realizada uma pesquisa explicativa-exploratória tendo como referência a experiência do estágio obrigatório na Escola Classe 312 Norte. **Resultados:** Notou-se que em Brasília, assim como no país em geral, ainda temos muito o que evoluir na questão indígena como um todo, especialmente com as novas políticas anti-indigenistas em vigor. Os indígenas constantemente se deparam com profissionais despreparados, sem formação específica, que muitas vezes propagam preconceitos ao invés de trazer esclarecimento e ainda evidenciam a mentalidade colonizadora ao vetar, por exemplo, o uso da língua materna (indígena). **Considerações finais:** Apesar da conquista de direitos a uma educação específica e diferenciada, ainda falta muito para o usufruto de tais direitos, a escola tradicional também não está preparada para atender estudantes de uma forma inclusiva que aceite a diversidade. A pesquisa abriu caminho para outras questões mais complexas no campo do Indigenismo, Direito e da Educação, sendo necessário mais estudos e intervenções em prol de um ensino melhor, que contemplem, por exemplo, a Lei 11.645/20108 (26A da LDB).

Palavras-chave: Indígena em contexto urbano. Escola. Preconceito. Invisibilidade.

¹⁵ Graduanda em Educação Física, habilitação em Licenciatura pela Universidade de Brasília (UnB); Graduada em Pedagogia pela Universidade de Brasília (UnB). Pesquisadora não indígena. E-mail: lulumirandaqueiroz@gmail.com. Brasília - DF.

Egressos do PET indígena ações em saúde: diversidade e interculturalidade na universidade

Vanessa Carneiro Borges¹⁶

Amanda Vitoria da Silva¹⁷

Denis Delgado da Silva¹⁸

Istefano Santxiê dos Santos¹⁹

Vanusa Vieira Gomes²⁰

Willian Fernandes Luna²¹

Introdução: A partir do século XXI, ações afirmativas buscaram propiciar processos diferenciados para ingresso de indígenas no Ensino Superior, como na Universidade Federal de São Carlos, a partir de 2008. Assim, a instituição tornou-se uma das primeiras universidades do Brasil a acolher a diversidade cultural e linguística dos Povos Originários. Em 2010 surgiu o Programa de Educação Tutorial (PET) Indígena - Ações em Saúde, buscando formar agentes capazes de colaborar na melhoria das condições da saúde indígena, nas comunidades populares e na valorização das práticas tradicionais de saúde indígena. O grupo possui 12 bolsistas e 6 voluntários. Vários foram os indígenas que já passaram pelo grupo, todavia seu perfil e experiências ainda não foram investigadas. **Objetivos:** Conhecer o perfil dos estudantes egressos do PET Indígena - Ações em Saúde e como avaliam sua participação no grupo. **Metodologia:** Pesquisa exploratória de abordagem quanti-qualitativa. Realizou-se mapeamento dos egressos e estes foram convidados à pesquisa. Os que aceitaram responderam a um questionário. Pesquisa aprovada pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. **Resultados:** Entre 2010 a 2020, foram 44 integrantes, com 1 estudante de Ciências da Computação, Engenharia de Materiais, Ciências Biológicas, Engenharia Física, Imagem e Som, Linguística e Biblioteconomia e Ciência da Informação; 2 de Educação Especial e Terapia Ocupacional; 3 de Pedagogia, Fisioterapia e Gerontologia; 4 de Psicologia e Educação Física; 5 de Enfermagem e 8 de Medicina. Dos 32 egressos do PET, 24 responderam ao questionário. A idade de ingresso variou de 24 a 47 anos; 10 se

¹⁶ Acadêmica de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Povo Tukano. E-mail: borgesvanessa444@gmail.com. São Carlos - SP.

¹⁷ Acadêmica de Gerontologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Povo Pankará. E-mail: amandavitoria@estudante.ufscar.br. São Carlos - SP.

¹⁸ Acadêmico de Enfermagem da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Povo Baré. E-mail: denis.delgado@estudante.ufscar.br. São Carlos - SP.

¹⁹ Acadêmico de Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Povo Atikum. E-mail: istefanosantos9@gmail.com. São Carlos - SP.

²⁰ Acadêmica de Educação Física da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Povo Tupinikim. E-mail: nusavg@gmail.com. São Carlos - SP.

²¹ Médico de Família e Comunidade, docente do curso de Medicina, tutor do Grupo PET Indígena Ações em Saúde da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Pesquisador não indígena. E-mail: willianluna@ufscar.br. São Carlos - SP.

identificaram do gênero feminino e 14 do masculino. Houve 1 do povo Arapasso, Dessana, Kaxinawa, Pankará, Omágua, Piratapuia, Tariana, Yepá Mahu e Tupinikim; 2 Atikum-Umä, Balatiponé-Umutina, Pankararu; 7 Terena; 1 se declarou pertencente aos povos Baniwa e Tariana. Quanto à região de origem, 9 do Norte; 9 Centro-Oeste; 4 Nordeste e 2 Sudeste. O tempo de permanência no grupo variou de 5 meses a 9 anos, com uma média de 3,5 anos. Concluíram o curso 11. Sobre a ocupação atual, 1 estava desempregado, 12 trabalham na área de formação e 11 ainda estão na graduação. Na avaliação das atividades do PET, atribuíram nota de 1 a 5, sendo que 15 responderam 5 (ótima), 5 responderam 4 (boa), 4 responderam 3 (regular). Não houve notas 1 e 2. A partir de respostas abertas relacionadas à observação para o melhor funcionamento do grupo, foram sugeridas atividades práticas, participação e construção compartilhada, bem-estar e cuidados com os petianos. **Considerações Finais:** Percebe-se que foi bastante diverso o grupo de integrantes egressos do PET Indígena - Ações em Saúde, tanto em idades, povos e cursos de graduação. Reconheceu-se que o período de permanência no grupo foi grande, demonstrando que sua participação favoreceu seu desempenho na universidade. O grupo é reconhecido pelos seus egressos como um espaço de construção de novos saberes, principalmente relacionados à saúde, mas também abrangendo outros campos do saber. A partir dos diversos encontros gerados pelo grupo, identifica-se um caminho de construção intercultural com possibilidades de elaboração de caminhos impensados antes do ingresso de indígenas na universidade.

Palavras-chave: Saúde dos Povos Indígenas. Educação Escolar Indígena. Indígenas. Ensino Superior. Interculturalidade.

As línguas falarão as interpretações das linguagens da terra

Ingrid Ribeiro Olanda Bonifacio²²

Singrat Ribeiro de Olanda Bonifacio²³

Letícia Fraga²⁴

Introdução: O estudo considera a existência não material de uma linguagem viva e enérgica, a linguagem da Terra, e investiga como essa linguagem interage com os indígenas nos variados contextos socioespaciais em que estes estão inseridos, onde há uma busca em constatar que há uma língua entre nós, além de se sobrepôr às ideologias invasoras. Tem como objetivo identificar a linguagem da terra e demonstrar como o indígena pode transpô-la em língua para que haja uma disseminação do pensamento da terra como ciências e analisar e sentir a frequência e energia da terra como linguagem, transcrevendo as sensações e sentimentos como língua. A linguagem ancestral é acessada de diversas maneiras e suas vertentes são força e encantaria da Terra. Todos que possuem essa afluência são precursores da retomada da ciência ancestral que, viva, reformula uma ciência eurocentrada e pré-moldada em que os indígenas, junto com toda a natureza, são narradores e escritores desse meio e usarão as línguas, invasoras ou não, como meio de ramificação da ciência e linguagem da Terra. As metodologias do trabalho serão fundamentadas na fenomenologia, que é a análise e descrição da sociedade a partir das variadas realidades, pensamentos e comunicações do que é observado e vivido, colocando o pesquisador não somente como espectador, mas como integrante do meio, fazendo a pesquisa se desenvolver de forma gradual e integrada. Essa abordagem é necessária para descrever processos, individuais e coletivos, da existência de uma linguagem energética entre os indígenas e a Terra ou dos indígenas como Terra, em que a ancestralidade se afirma, reafirma e fortifica-se sobrepondo pilares do colonialismo e neocolonialismo, e espaços prefixados para a permanência ou brotamento indígena. A realização da pesquisa possibilita ressignificar conceitos, de linguagem e ciência, e indivíduos, uma vez que pauta seus objetivos na retomada da linguagem da Terra e apropriação da língua como extensão dos saberes ancestrais.

Palavras-chave: Linguagem da Terra. Saber ancestral. Ciência viva.

²² Mestranda de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisadora não indígena. E-mail: indbonifacio@gmail.com. Ponta Grossa – PR.

²³ Acadêmica de Letras Espanhol da Universidade Federal do Ceará (UFC). Não informou o pertencimento étnico. E-mail: singratribeiro@gmail.com. Fortaleza – CE.

²⁴ Professora do curso de Letras da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisadora não indígena. E-mail: leticiafraga@gmail.com. Ponta Grossa – PR.

Mediando a inclusão étnica e racial na UFPR: narrativas e embates de um universitário Pankararu na busca pelo direito de reopção do curso de direito para o de medicina

Geovan José Dos Santos²⁵

Francine Rocha²⁶

Norma da Luz Ferrarini²⁷

Introdução: Pensar na presença de alunos indígenas nas universidades brasileiras em pleno século XXI era até pouco tempo utopia. Categorias sócio-historicamente excluídas, têm atualmente ganhado destaque nas universidades por força de leis como a 12.711/12 - “Lei das Cotas”. Entretanto, houve universidades federais precursoras nesse debate e iniciativa, como a Universidade Federal do Paraná - UFPR, que em 2005 passou disponibilizar vagas específicas para estudantes indígenas em caráter suplementar definido pela Resolução 37/04 do Conselho Universitário. **Objetivos:** Registrar e analisar ações concretas de enfrentamentos de um aluno indígena da etnia Pankararu que ingressou no curso de Direito na UFPR através do vestibular indígena no ano de 2017, mas que almejava e conseguiu reopção para curso de Medicina em 2018. **Metodologia:** A metodologia é qualitativa de desenho “estudo de caso”, fundamentado em fontes primárias acessadas pela auto-etnografia do autor principal, o que inclui os processos jurídicos-administrativos relativos aos eventos focados na pesquisa. **Resultado:** A pesquisa encontra-se finalizada. No transcorrer das narrativas dos eventos que culminaram na conquista da reopção para o curso almejado, é possível identificar que a UFPR dificultou o exercício do direito do estudante indígena à reopção, ao ignorar o próprio cumprimento normativo da Resolução 37/04, no que tange à necessidade de “flexibilização das normas institucionais aos adentrados indígenas” nela previsto inclusive quanto ao quesito reopção de curso, pois o cita. Os dados relatados evidenciaram que a referida Resolução não está sendo aplicada totalmente na prática. Tal constatação decorre dos mecanismos de restrição ao acesso dos indígenas aos cursos de Medicina

²⁵ Acadêmico de Medicina na Universidade Federal do Paraná (UFPR), bolsista no Projeto “MediAção: Diferenças e Conflitos - interações étnico-raciais”, convênio Fundação Araucária/UFPR. Povo Pankararu. E-mail: geovann.santos90@gmail.

²⁶ Doutora em Educação, pesquisadora da área de Educação Indígena, coordenadora do Projeto “MediAção: Diferenças e Conflitos - interações étnico-raciais” e diretora técnica do Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora não indígena. E-mail: francine.rocha@ufr.br.

²⁷ Docente titular da Graduação e da Pós-graduação em Psicologia da UFPR, coordenadora do Projeto “MediAção: Diferenças e Conflitos - interações étnico-raciais” e Diretora acadêmica do Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora não indígena. E-mail: normadaluz@ufpr.br.

ofertados, forçando-os a optarem por outros cursos no momento da matrícula. Essa não efetivação da institucionalização da Resolução ficou inquestionavelmente evidenciada quando a Procuradoria Federal na Universidade Federal do Paraná sinalizou que não deveria haver qualquer discriminação, expressa em rodízio de cursos do Setor de Saúde da UFPR na oferta de vagas no Vestibular dos Povos Indígenas do Paraná, e que as ações desenvolvidas na solicitação de reopção tinham respaldo no próprio documento aprovado pelo Conselho Universitário em 2004. Mesmo diante desse parecer da Procuradoria Federal, o Setor de Saúde continuou negando a opção, forçando o estudante a recorrer e vencer a causa no âmbito do CEPE - Conselho de Ensino e Pesquisa da UFPR. O relato apresentado é um importante indicador das fortes resistências, pois a conquista da reopção pelo autor principal não implicou em garantia do mesmo direito a outros estudantes com o mesmo pleito. Praticando-se a “equidade do caso a caso” não se efetiva uma política inclusiva. Conclusão: Para podermos garantir o êxito dos estudantes indígenas nas universidades brasileiras são requeridas políticas públicas específicas, desde as voltadas para o acesso como para a permanência, o que contempla o acesso aos cursos escolhidos pelos próprios estudantes, os quais ecoam em suas escolhas individuais sempre a coletividade de suas próprias origens, mas também dos demais povos indígenas brasileiros. Infelizmente isso requer muitos esforços, tanto para a aplicabilidade das normas já existentes, como para ampliar o respeito e o reconhecimento aos direitos educacionais dos povos indígenas. Portanto, há muito a conquistar para que a universidade brasileira se torne um território indígena.

Palavras-chave: Direitos indígenas. Ensino Superior. Interculturalidade. Povo Pankararu

O processo de adaptação dos estudantes indígenas no curso de Ciência da Computação na Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

Ellen Vanessa²⁸

Iolandino X Wai Wai²⁹

Priscila Martins³⁰

Rêndrica Marques³¹

Introdução: A chegada na universidade muitas vezes é um momento de mudanças e surpresas na vida dos estudantes, o que pode gerar certa dificuldade de adaptação seja em razão do ambiente desconhecido ou pela própria iniciação na jornada acadêmica. **Objetivos:** Durante nossos estudos para a realização da pesquisa sobre a situação indígena em nossa universidade, foram analisadas as obras de autores que argumentam e discutem sobre a realidade dos indígenas no ensino superior. **Metodologia:** Através do diálogo com colegas indígenas durante o primeiro semestre, percebemos a necessidade de um grupo social colaborativo entre indígenas e não-indígenas na tentativa de identificar quais suas principais dificuldades no decorrer da vida acadêmica, assim como buscar possíveis soluções por meio da contribuição de ambas as partes. **Resultados:** Após reuniões com os membros da equipe para análise das respostas obtidas com o questionário, percebemos que a classe indígena encara obstáculos na comunicação com o uso do português, pois muitos não estão acostumados com o idioma, principalmente em relação a leituras de livros específicos e técnicos. A maioria dos participantes têm boa compreensão oral, porém seus níveis de escrita e leitura, itens fundamentais na condução do aprendizado, não estão satisfatórios segundo os mesmos. Além disso, 50% considerou que sua expressão oral está regular e somente 10% consideraram sua condição excelente na fala. **Conclusão ou Considerações Finais:** Ao discutirmos sobre o que foi descoberto com a pesquisa, chegamos a conclusão que este trabalho enriqueceu nosso conhecimento a respeito de como o aluno indígena enfrenta a jornada acadêmica. Comparamos com as nossas dificuldades encontradas nesse período de chegada a universidade e percebemos que os estudantes indígenas têm problemas bem mais complexos que os nossos particularmente.

Palavras-chave: Educação indígena. Permanência. Obstáculos na universidade.

²⁸ Acadêmica da Ciência da Computação pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Não informou o pertencimento étnico. E-mail: ellen988@gmail.com. Santarém-PA.

²⁹ Acadêmico de Ciência da Computação pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Povo Wai Wai. E-mail: iolandino.waiwai95@gmail.com. Santarém-PA.

³⁰ Acadêmica de Ciência da Computação pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Pesquisadora não indígena. E-mail: Pricila.caetno@discente.ufopa.edu.br. Santarém-PA.

³¹ Acadêmica de Interdisciplinar em Saúde pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Não informou o pertencimento étnico. E-mail: rendrica.margues18@gmail.com. Santarém-PA.

Educação física e cultura indígena no currículo da Licenciatura em Educação Física da UEFS: contribuições e possibilidades

Patrícia do Nascimento Xavier³²

Paulo José Riela Tranzilo³³

Introdução: Este projeto trata-se de uma investigação acerca das contribuições da cultura indígena para a dinâmica curricular do curso de Licenciatura em Educação Física (EF) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). **Objetivos:** tem como objetivo compreender e apresentar as contribuições e possibilidades que a cultura indígena oferece para a dinâmica curricular do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana. **Metodologia:** Como autora, indígena e estudante do curso em questão, ao ingressar nele percebi uma determinada escassez referente aos conhecimentos da cultura indígena na matriz do currículo número 528, contendo apenas um componente curricular intitulado Estudo das Manifestações Culturais, ofertada no 5º semestre totalizando 60h de carga horária que nos aproxima de alguns aspectos da cultura indígena como, por exemplo, os sentidos e significados dos jogos e brincadeiras indígenas na EF. Ainda assim, considero muito pouco quando se trata de uma cultura tão rica e que participa de forma muito significativa na formação do povo brasileiro. **Considerações Finais:** Assim, este projeto é de extrema relevância, considerando o momento atual em que estamos vivendo, em que nós indígenas além de lutar contra a pandemia causada pela covid-19, ainda temos que lutar contra o retrocesso e a negação dos nossos direitos básicos de sobrevivência. Além de buscar compreender e apresentar contribuições e possibilidades acerca da cultura indígena para a dinâmica curricular do curso de licenciatura em Educação Física da UEFS.

Palavras-chave: Educação Física. Cultura Indígena. Currículo.

³² Acadêmica de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Pesquisadora não indígena. E-mail: patitumabalala@gmail.com. Feira de Santana- BA.

³³ Docente de Licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Pesquisador não indígena. E-mail: paulotranzilo.@uefs.br. Feira de Santana- BA.

Política de ingresso para permanência dos povos indígenas no Ensino Superior no Brasil

Carlos Almir Gojje Goitoto³⁴

Introdução: O censo escolar do Ministério da Educação do ano de 2018 destacou que foram computados um total de 57.706 estudantes indígenas matriculados no Ensino Superior. Um forte crescimento comparado ao ano de 2010, quando eram 7.256 indígenas. No estado do Paraná, a partir do ano de 2001, como marco na história do estado, foi aprovada a Lei estadual 13.134/2001 pela assembleia legislativa, garantindo a reserva de vagas específicas para os estudantes indígenas nas universidades públicas do estado e, no mesmo ano, foi realizado o primeiro Vestibular dos Povos Indígenas no Paraná.

Objetivo: Se trata de um relato de um estudante indígena que tem vivenciado a oportunidade de usufruir da implantação desta lei e foi aprovado neste vestibular para cursar a Graduação na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Paraná.

Metodologia: Se baseia em um estudo de caso inicial para abordar essa experiência.

Resultados: Destacamos proporcionar autonomia aos estudantes indígenas que adentram as universidades públicas, que é de fundamental importância e que esta tenha por premissa o respeito à cultura, às crenças e às singularidades típicas de suas comunidades. Pois não basta criar apenas políticas de ações afirmativas para a promoção e o ingresso dos povos indígenas na universidade, é preciso desenvolver fatores, meios e ações para a permanência e conclusão dos cursos. As universidades precisam articular ações com viés da interculturalidade pautadas na diversidade acadêmica, levando em conta, acima de tudo, o respeito às mais variadas crenças, tradições, gênero e religião. Uma vez estando dentro do espaço acadêmico, eles não deixam para trás suas raízes, suas identidades étnicorraciais. Ao adentrarem no espaço universitário, floresce o sentimento de agregar e/ou somar ao diploma as suas tradições.

Considerações finais: Para concluir, têm sido frequentes os ataques que os povos indígenas vêm enfrentando direta e indiretamente do governo brasileiro. Desta maneira, a educação indígena dentro dos diferentes espaços universitários no contexto paranaense precisa ser discutida e perpassa pela necessidade de saber qual a motivação de estar dentro do espaço acadêmico sem afetar na cultura e na tradição de cada povo originário e, também, avaliar se esta política poderia ser ampliada para nível federal.

Palavras-chave: Ensino superior. Lei 13.134/2001. Educação indígena.

³⁴ Acadêmico de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Povo Kaingang. E-mail: c.goitoto@gmail.com. Ponta Grossa – PR.

Indígena no contexto universitário do povo Tumbalalá no curso de Licenciatura em Educação Física da UEFS: estratégias para construção de sua trajetória e permanência no Ensino Superior

Patrícia do Nascimento Xavier³⁵

Introdução: Este relato trata dos aspectos da vida de uma estudante indígena do povo Tumbalalá, em contexto universitário cursando Licenciatura em Educação Física na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Estratégias e dificuldades encontradas para construção de sua trajetória e permanência no ensino superior. **Objetivos:** explicar as estratégias e dificuldades que a estudante indígena da UEFS desenvolveu ao longo do seu percurso formativo para conseguir permanecer no Ensino Superior, expor a importância e relevância de ocupar espaços políticos e formativos dentro dos diversos espaços acadêmicos. **Metodologia:** com base nas observações, leituras, vivências, experiências, interações e diversas trocas ao longo dessa trajetória é que a autora de forma crítica e reflexiva constrói esse conhecimento a fim de valorizar as diversas manifestações deste itinerário. **Resultados:** os estudantes indígenas continuam a sofrer com ataques diários dentro da universidade, desde a oferecer a mão de obra barata em estágio não obrigatório em escola de brancos como uma das estratégias utilizadas para ganhar dinheiro para permanecer na universidade, nesses espaços somos violentados ao se identificar como indígena, por não carregar em nosso corpo uma aparência fenotípica enraizada na sociedade civil desde da colonização. Ocupar esses espaços foi de suma importância, uma vez que utilizei das ferramentas pedagógicas para ensinar aos brancos como eu e meus ancestrais foram massacrados, como estamos sendo massacrados, minha ocupação nesse espaço criou possibilidades de desconstrução e valorização da voz do meu povo já que a universidade e escolas não estão cumprindo com seu papel. Ocupar os espaços políticos proporcionando a construção de debates, reflexão críticas e construção de conhecimento partindo do principal autores da história e mais próximo e coerente com nossa realidade. **Considerações finais:** A partir da minha presença, evidencia-se que nesse espaço atualmente já é possível construir diálogos, debates que permitem nos posicionar e pensar em nossa própria inclusão, que por muito tempo foi negada nesses espaços e nos dias atuais não é diferente, mas agora podemos nos

³⁵ Graduanda em Licenciatura em Educação Física, pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); bolsista do Centro de Memória dos Povos Indígenas do Nordeste pelo Mais Futuro- UEFS. Pesquisadora não indígena. E-mail: patitumbalala@gmail.com. Feira de Santana- BA

movimentar nesse meio e ocupar esses espaços levando conhecimentos sobre os povos indígenas, desconstruindo as diversas manifestações de preconceito que se levantam contra nós.

Palavras-chave: Indígena em contexto universitário. Povo Tumbalalá. Resistência indígena. Educação Física.

Ocupações indígenas nos Submédio e Baixo São Francisco: intersecções entre Arqueologia e Antropologia

Kaetê Spessotto Okano³⁶

Introdução: Apesar de as disciplinas de Antropologia e Arqueologia terem se institucionalizado em um mesmo departamento nos Estados Unidos, no Brasil o mesmo não ocorreu, tornando seus profissionais e suas pesquisas distantes. Essa distância faz-se mais marcante na área da Arqueologia, mesmo que pesquisas demonstrem o potencial de articulação de produções arqueológicas e reivindicações políticas territoriais e identitárias por comunidades relacionadas. Para além disso, a inserção da História Indígena na História do Nordeste brasileiro é recente, e inaugurada, por Carlos Estevão, justamente através de uma evidência arqueológica - o Ossuário da Gruta dos Padres. (Petrolândia, PE). Desta forma, no que tange às ocupações indígenas no Nordeste, identifica-se lacunas em ambas as áreas. **Objetivos:** Nosso objetivo, portanto, foi de aproximá-las, explorando a relação entre o conhecimento sobre ocupações pré-coloniais na região e os atuais territórios reivindicados por povos indígenas. **Metodologia:** esse foi um trabalho de mapeamento e análise bibliográfico. Realizamos uma busca por palavras-chaves em três fontes: o Banco de Dados CAPES; o acervo da SciELO e uma revista especializada da região - a Revista Clio Arqueológica, vinculada à Universidade Federal de Pernambuco. A escolha das palavras-chaves se orientou por três eixos temáticos: Arqueologia no Nordeste; Arqueologia Engajada e Arqueologia e História Indígena, buscando principalmente a intersecção entre os dois últimos blocos. **Resultados:** temos a interpretação do nosso mapeamento e da leitura qualitativa do bloco de História Indígena dentro das publicações da Revista Clio nos últimos 10 anos. Ainda que a produtividade arqueológica sobre o Nordeste e pelo Nordeste seja expressiva, não podemos dizer o mesmo sobre o bloco de História Indígena. Encontramos, também, poucas publicações engajadas dentro da temática. Quanto à Revista CLIO, nota-se uma predominância da região nordeste tanto como temática quanto filiação institucional. O envolvimento com povos indígenas é apenas de interesse direto ou indireto. Há indícios de outros envolvimento, sem torná-lo explícito. **Considerações Finais:** Nossa hipótese explicativa para a pouca articulação entre Arqueologia e História Indígena é, acompanha a noção de cisão acadêmica entre as populações contemporâneas e o passado indígena, manifesta não só com o uso do termo pré-história, mas também em trabalhos referentes aos séculos XVI e XVIII. Sobre isso, uma interpretação compartilhada é a de que a impossibilidade de resgatar a matriz étnica e cultural de populações que foram tratadas de forma genérica pelos documentos oficiais seria a responsável pelo desinteresse de historiadores em

³⁶ Bacharel em Ciências Sociais - Antropologia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e Licenciando em Ciências Sociais na mesma instituição. Povo Muirapinima. E-mail: kae.um.ete@gmail.com. Campinas - SP.

trabalhar a temática. Quanto aos trabalhos engajados, dificuldades teórico-metodológicas; a constituição das vertentes críticas a partir de influência de outras Ciências Humanas (Antropologia, História, Sociologia, Geografia); e o interesse por grupos normalmente tratados pela Antropologia, pode fazer com que essas produções se definam dentro de disciplinas correlatas e não como Arqueologia. Por último, a ausência de declaração sobre a relação entre a pesquisa e povos indígenas pode demonstrar baixa relevância desse status para a pesquisa ou desinteresse em considerá-lo de relevância.

Palavras-chave: Arqueologia no Nordeste. Arqueologia Engajada. Povos indígenas do Nordeste. Antropologia da Ciência. História Indígena.

Experiências como pesquisador e ser Avá-Guarani no processo luta e resistência entre Tekohá e universidade

Rodrigo Luis³⁷

Este trabalho apresenta um relato de experiência de um pesquisador indígena, Avá-Guarani, sobre a luta e demarcação de terras tradicionalmente ocupadas. A pesquisa é vinculada ao projeto “Conflitos e resistências para a conquista e demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani”, financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES). A pesquisa tem importância fundamental para mostrar a resistência do povo Avá-Guarani do oeste do Paraná em busca da demarcação de suas terras, em um contexto em que esses indígenas são silenciados e esquecidos. Objetivo desse trabalho é evidenciar a luta dos Avá-Guarani no processo de demarcação de suas terras tradicionais e mostrar esfera de resistência na região oeste do Paraná, principalmente, do povo Avá-guarani, que é originário e pertencente desse lugar, a partir da visão de um acadêmico Avá-Guarani. A pesquisa de campo serviu como suporte metodológico, em que um indígena analisa seu próprio povo, no processo de resistência e luta em seus tekohá (aldeia). O procedimento pautou-se em gravações de vídeos e áudios, em que os caciques e principais lideranças das aldeias colocaram seus pontos de vista sobre o preconceito, estereótipos, culturas e modos de viver dos Guarani, além dos desafios enfrentados tanto na terra demarcada, quanto na não demarcada. Compreende, dessa forma, a importância da educação escolar indígena e demarcação de suas terras para buscar a manutenção da língua materna e evitar a perda da cultura. A pesquisa também contempla a análise da importância para os mais velhos em passar a sua história para os jovens, sendo a questão do resgate cultural e do próprio fortalecimento do Nhandereko Guarani (modo de ser Guarani), pois, a cultura está sendo ameaçada, devido, principalmente, à ideologia cristã, que tem sido imposta dentro do tekoha por não índios. Os cheramoî (pajés/rezadores) fizeram muitas críticas sobre a juventude indígena, porque os mais jovens não estão valorizando mais a cultura, a dança, reza e língua materna e isso se faz preocupante para a nação Guarani. Para além desse contexto e demandas, este trabalho também relata a luta dos indígenas Avá-guarani entre tekohá e universidade, mostrando a realidade do seu povo e dando visibilidade, pois a universidade é uma ferramenta de luta. Como resultados, tem-se a tradução e análise, numa perspectiva de

³⁷ Estudante Avá-Guarani no curso de Medicina da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Foi bolsista de iniciação científica pela CAPES no projeto “Conflitos e Resistências para a Conquista e Demarcação de Terras Indígenas no Oeste do Paraná: os caminhos e as expressões do fortalecimento das lideranças e da cultura Guarani (UEL, UEM, UNICENTRO e USP/ESALQ). Povo Guarani. E-mail: rodrigo.luis0708@gmail.com. Londrina - PR.

um pesquisador indígena, de inúmeros depoimentos em língua Guarani, em que os entrevistados puderam mostrar e expor a realidade vivida por eles, em terras de intenso conflito e disputa, quebrando, especialmente, a ordem de um discurso não indígena sobre os indígenas. Esta pesquisa permitiu, portanto, a vivência de momentos de aprendizagem com os caciques e lideranças, abrindo caminhos para uma nova produção de material didático, que contemple, de forma genuína, a visão, vivência e resistência dos povos indígenas Avá- Guarani do oeste do Paraná.

Palavras-chave: Povos Avá-Guarani. Oeste do Paraná. Pesquisador indígena. Memórias Avá-Guarani. Resistências indígenas.

Monitoria acadêmica na disciplina Laboratório de textos arqueológico e antropológico

Rosiene de Souza Cruz³⁸

Gabriela Prestes Carneiro³⁹

Introdução: Este estudo tem como ênfase expor minha experiência acadêmica enquanto monitora indígena na disciplina Laboratório de Texto Arqueológico e Antropológico na Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA. A monitoria acadêmica realizada no âmbito superior é uma modalidade de ensino e aprendizagem que proporciona uma formação integrada ao discente, pois sua prática estabelece uma cooperação mútua e um vínculo entre o discente-monitor e também entre monitor e orientador promovendo as atividades técnicas e didáticas. **Objetivo:** O presente trabalho tem como objetivo geral relatar a experiência no componente curricular Laboratório de Textos Arqueológico e Antropológico, oferecido nos cursos de Antropologia e Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará. Trata-se de um trabalho qualitativo, em que utilizamos nossas próprias memórias em relação à sala de aula, às nossas posturas e as adotadas pelos alunos. **Metodologia:** Essa disciplina é ofertada para os cursos de Arqueologia e Antropologia com intuito de proporcionar atendimento remoto e presencial para os discentes sanarem dúvidas relacionadas às demais disciplinas mediante ao semestre letivo. Para isso acontecer, a universidade publica um edital para selecionar dois monitores para acompanhar os alunos, juntamente com dois professores. Os monitores selecionados cumprem uma carga horária de 20h semanais, sendo as aulas terça-feira e quinta-feira, a aula de terça e presencial no laboratório e a de quinta é remota através do Google Meet. A monitoria acadêmica está em desenvolvimento para que seja ofertada em todos os semestres no decorrer dos anos. **Resultados:** A partir das reuniões mensais é possível destacar o quão essa disciplina é importante para os discentes indígenas e quilombolas, pois além de sanar dúvidas em relação aos trabalhos acadêmicos, como, desenvolver resenhas, preparar seminários, ler e interpretar textos, a mesma oferece oportunidades de encontros entre os próprios indígenas e quilombolas. As atividades realizadas obtêm resultados positivos, o que induz a dar seguimento com a mesma. **Considerações finais:** Como monitor o aluno aprende muito através da relação interpessoal de troca de saberes. E também desenvolve vínculos com os alunos, aumentando seu círculo de amizades no âmbito acadêmico, fator este que é de extrema importância para o bem-estar e progresso do monitor. É de fundamental relevância discutir sobre a atividade de monitoria acadêmica no ensino superior, tendo em vista a

³⁸ Graduanda no Curso de Bacharelado em Arqueologia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Povo Munduruku. E-mail: www.21.rosy@gmail.com. Santarém-PA.

³⁹ Arqueóloga e docente do curso de Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Povo Guarani. E-mail: gabi_prestes@hotmail.com. Santarém-PA.

sua importância para o crescimento pessoal, acadêmico e profissional do monitor para o desenvolvimento de novas perspectivas.

Palavras-chave: Monitoria. Indígenas e Quilombolas. Laboratório de Textos.

A saúde mental indígena no Brasil

Luar Sateré-Mawé⁴⁰

O presente trabalho teve como objetivo realizar um breve relato sobre o tema saúde mental em contexto indígena. Mostra um breve histórico da saúde mental no Brasil e a dificuldade do governo brasileiro, desde o início do século passado, em lidar com a multiculturalidade dos Povos Indígenas, não encontrando bases políticas, nem apoio da sociedade envolvente, nem também das instituições de pesquisa. A falta de conhecimento para lidar com essas pessoas fez com o governo brasileiro, por diversas vezes, promovesse o etnocídio, uma vez que a postura política no trato com os indígenas sempre foi de assimilação e integração ao único modo de vida considerado válido pela sociedade nacional. Sob a égide de uma Carta Constitucional cidadã, que garante a universalidade da saúde ao povo brasileiro, conclui-se que as instabilidades políticas obstam a prestação de serviço de saúde de qualidade aos Povos Indígenas, carecendo de uma reflexão epistemológica para fundamentar a necessidade de uma atuação profissional aberta ao dialogismo, a fim de compartilhar saberes advindos de referenciais originalmente tão distintos, mas que podem se complementar mutuamente.

Palavras-chave: Saúde mental. Indígenas. Multiculturalidade.

⁴⁰ Acadêmico de Psicologia Experimental na Universidade de São Paulo (USP). Povo Sateré-mawé. E-mail: luarsatere@usp.br

Esboço sociolinguístico dos indígenas do Baixo Tapajós, oriundos do PSEI/UFOPA

Ana Claudia Santos da Silva⁴¹

Denize de Sousa Carneiro⁴²

Resumo: Este trabalho tem o propósito de apresentar os resultados de uma pesquisa que teve como objetivo analisar a situação sociolinguística dos indígenas da região do Baixo Tapajós, oriundos do Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI), da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), focalizando, principalmente, o nível de bilinguismo, o valor funcional das línguas faladas pelos membros dos grupos étnicos, assim como a sua atitude linguística. O índice de sucesso acadêmico é considerado baixo (PROGES/UFOPA, 2018). Dentre outras razões, atribuiu-se a esse desafio lacunas no ensino básico e problemas de comunicação em português, porém não havia pesquisas específicas para verificação desses dados. Como podemos observar, embora se atribua a dificuldade de comunicação em português como um fator que impacta negativamente no desempenho acadêmico dos indígenas na UFOPA, os resultados desta pesquisa mostram que isso não parece ser o principal problema, pois todos são falantes do português.

Palavras-chave: Indígenas no Ensino Superior. Permanência. Protagonismo. Fortalecimento étnico.

⁴¹ Graduanda em Zootecnia na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Pesquisadora não indígena. E-mail: silva.ana98zoo@gmail.com

⁴² Professora de Letras na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Pesquisadora não indígena. E-mail: denize.carneiro@ufopa.com

O ensino de Física a partir das narrativas, contos e histórias dos indígenas Potiguara da Paraíba

Severino do Ramo Fernandes da Silva Neto⁴³

Introdução: A cultura dos povos indígenas, em especial a do povo Potiguara da Paraíba, e suas relações com a natureza têm uma rica conexão com as Ciências. Porém, são pouco exploradas devido à ausência de materiais específicos e até mesmo de uma formação interdisciplinar. **Objetivo:** Com o intuito de repensar e contextualizar o Ensino de Física, objetivamos construir um diálogo entre os conhecimentos do povo Potiguara a partir de suas narrativas, contos e histórias e os conhecimentos científicos trabalhados no Ensino de Física. **Metodologia:** Considerando a lacuna para a efetivação da Educação Escolar Indígena nas aldeias Potiguara, elaboramos um capítulo de livro didático para o Ensino Médio, adotando como ponto de partida a narrativa Potiguara do Pai do Mangue. Assim, buscamos resgatar e valorizar a cultura Potiguara, bem como, estabelecer um diálogo entre os conhecimentos indígenas e a Física. Isso foi possível mediante interpretações de narrativas e conversas entre os moradores das aldeias, que foram importantes para a efetivação da nossa pesquisa. Após a narrativa ser apresentada, problematizamos a situação, criando questionamentos fundamentados na narrativa apresentada, conforme o método Paulo Freire. Para isso, estabelecemos as perguntas: “Por que a canoa baixou quando o Pai do Mangue subiu?” “Por que a canoa flutua no rio? Ou “Por que a canoa não afunda?” A partir disso, foram introduzidos conceitos como densidade, massa, volume e empuxo. Outro questionamento realizado foi: como os indígenas pescavam? Como possíveis respostas, surgem: (i) usando o covão, armadilha feita com palha do dendezeiro e amarração feita com cipó; e (ii) pescavam com lanças e arco e flecha à beira do rio. Da primeira resposta, abordamos os conceitos de massa, densidade e volume; já para a segunda, trabalhamos os conceitos da óptica, como índice de refração e reflexão da luz. Este capítulo rompe com várias visões “tradicionais”. **Resultado:** Primeiro que o foco está na descrição dos fenômenos, e diretamente relacionados ao contexto do estudante e do professor, o que os diferencia dos livros didáticos adotados de norte a sul do país que reproduzem apenas um cenário: aquele das editoras. Segundo, ao associarmos o conteúdo ao fenômeno e não à grade curricular, mostramos o caráter não analítico dos conhecimentos científicos e a possibilidade de fazer relações interdisciplinares. Terceiro, que as estimativas e cálculos matemáticos, até mesmo as equações, são deduzidas como um possível modelo para explicar o fenômeno, e que foram assumidas posteriormente, não são “leis” que a natureza segue.

⁴³ Mestre em Ensino de Física. Escola Estadual Indígena de Ensino Fundamental e Médio Pedro Poti. Povo Potiguara. E-mail: netopotiguarafisica@gmail.com. Baía da Traição – PB.

Considerações finais: Mesmo o indígena não sabendo das leis da Física, ele consegue pescar porque conhece a natureza. Há uma intimidade e uma relação particular entre os povos indígenas e a natureza. Existindo as leis da Física ou não, a natureza segue seu fluxo natural e que as coisas não dependem de lei alguma para sua ocorrência. Afinal, eles já ocupavam rios e mares muito antes dos filósofos naturais quererem, com suas leis da Física, ordenarem a natureza.

Palavras-chave: Ensino de Física. Potiguara. Material didático. Educação escolar indígena.

Intercientificidade a partir da ótica de indígenas discentes da Unb

Lucas Ycard da Costa Duarth Comapa.⁴⁴

Iury da Costa Felipe.⁴⁵

Introdução: Diante da grande inserção de estudantes indígenas nas universidades nos últimos anos, muito devido à promulgação da Lei de Cotas Nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. A exposição direta da visão dos indígenas discentes que frequentam o ambiente acadêmico se faz necessária, pois estes integram na sociedade, através da universidade, os saberes de seus povos, complementando e enriquecendo a academia com sua trajetória, relatos e experiências singulares, mesmo diante de inúmeras dificuldades. Estas contribuições e as dificuldades de se manter na academia está relacionada a importância dos direitos dos povos indígenas, de também poder frequentar espaços acadêmicos.

Objetivo: Induzir a construção e troca de saberes com mais simetria, equidade e singularidade. Visando desta forma, um melhor intercâmbio de pluralidade social e cultural que as Universidades nacionais dispõem, para que assim, o impacto sociocultural seja amenizado com os estudantes, já que a cada ano a universidade conta com mais calouros provenientes de Comunidades Indígenas. **Metodologia:** Através de encontros virtuais a exposição dos discentes indígenas do povo Marubo e Tikuna, do curso de Direito e Antropologia Social, promoveu a reflexão a partir das ciências e epistemologias indígenas, em conjunto com suas experiências e aprendizados dentro do espaço universitário e ambientes urbanos. Sabe-se que a ciência é a reunião de saberes adquiridos e validados pela experiência e reflexão, fazendo com que o reconhecimento e respeito aos povos indígenas, seus saberes e a todo seu modo de vida que inclui o respeito à natureza é essencial. Porém mesmo após a colonização ainda persiste a ideia de que permeia a subjugação dos povos indígenas como inferiores. **Resultados:** Devido à constante negação e ataque a direitos originários previstos constitucionalmente, cabe à ciência contemporânea ser o espaço pelo qual, através do aprendizado mútuo dos povos indígenas com a sociedade ocidental, ambas esferas de conhecimentos que se conectam e integram a diversidade dentro das universidades, portanto se identificou a necessidade de progressão dos direitos humanos e direitos indígenas, o que contribui para a revisão da progressiva destruição ambiental que se faz cada vez mais recorrente e escancarada, prejudicando a vida de populações indígenas e não indígenas. Portanto a Intercientificidade exposta por esta ótica propiciou o encontro de saberes complementares quando se pensa em um mundo de respeito e equidade. **Considerações**

⁴⁴ Acadêmico de Direito da Universidade de Brasília (UnB). Povo Marubo. E-mail: ycard17@gmail.com Brasília - DF.

⁴⁵ Acadêmico de Doutorado em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB). Povo Tikuna. E-mail: iuryfelipe.unb15@gmail.com. Brasília - DF.

Finais: O desconhecimento da realidade dos povos indígenas repercute em mais preconceitos e violências intermináveis, o que prova a necessidade deste espaço de fala e escuta a partir das vozes indígenas, como uma exposição intercientífica, interdisciplinar e interétnica, que abrange temas que tange a todos, partindo de uma perspectiva ancestral, uma ótica a ser compreendida para chegarmos à uma consciência mais ampla de toda a complexidade que é a vida, que é a Terra.

Palavras-chave: Intercientificidade. Interdisciplinar. Interétnico. Indígenas.

O registro audiovisual da festa de Nossa Senhora dos Navegantes a partir da família de dona Rosilda e dona Rosane

Aguynaiary Pontes Pessoa Gomes⁴⁶

Este trabalho foi produzido através de estudos e registros etnográficos audiovisuais da consagrada festa de Nossa Senhora dos Navegantes, santa padroeira da comunidade indígena Coqueirinho do Norte, localizada na cidade de Marcação-PB. O ensaio aqui salientado teve como objetivo usar métodos da Antropologia Visual, e Social, desenvolvendo pesquisas bibliográficas contando com registros etnográficos deste grupo familiar, com enfoque na participação na festividade e memórias narradas por esses personagens. Dona Rosilda, Rosane e sua família, são nativas e devotas da Santa Padroeira Nossa Senhora dos Navegantes da comunidade de Coqueirinho do Norte, e colaboram diretamente para que a festa católica aconteça todos os anos. A celebração se realiza sempre no segundo ou no terceiro final de semana de todo mês de dezembro. Aqui foi assistido e registrado todo o trajeto e a atuação dessa família na festividade. Inspirado pela etnobiografia (GONÇALVES, 2008), o trabalho continuou desenvolvendo registros audiovisuais, acrescentando a “teoria dos esboços” de (FRANCE, 1998) podendo posteriormente produzir a “observação diferida”, isto é, analisar em um segundo momento sob as perspectivas antropológicas as imagens registradas durante o evento.

Palavras-chave: Etnobiografia. Festa popular. Devoção.

⁴⁶ Graduando em antropologia – Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Povo Potiguar. E-mail: guigapotiguara@gmail.com.

Mari Masia, Mari Maca, Mari Dihtero

Flavio Pereira Ferraz⁴⁷

Introdução: Esta pesquisa apresenta a visão de um indígena nascido na cidade de São Gabriel da Cachoeira, a partir das mudanças sócio-culturais devido ao crescimento demográfico e geográfico da cidade, onde os grupos indígenas no contexto urbano de São Gabriel da Cachoeira (AM) exercem suas atividades políticas, econômicas, sociais, culturais e educacionais. O contexto urbano de São Gabriel da Cachoeira localiza-se entre as Terras Indígenas do Médio e Alto Rio Negro, mais precisamente no extremo norte do Brasil. **Objetivos:** O objetivo geral foi de apresentar o processo histórico do crescimento urbano de São Gabriel da Cachoeira (AM), observando as continuidades e transformações das práticas sócio-culturais dos grupos indígenas na cidade e suas relações com os sistemas produtivos tradicionais característicos das Terras Indígenas da região. Também traçou-se os seguintes objetivos específicos: mapear os grupos indígenas residentes na cidade e sua distribuição geográfica na zona urbana; e identificar iniciativas de auto-organização e autodeterminação dos indígenas na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM). **Metodologia:** Para a obtenção dos dados da pesquisa fez-se o uso de livros e artigos sobre o tema pesquisado, a amostra da pesquisa foram os pais ou responsáveis dos estudantes da Escola Municipal Indígena localizada na zona urbana com quem foi aplicado um questionário com a finalidade de análise destes dados relativos a grupos indígenas, suas respectivas atividades ocupacionais, produtivas e comerciais. A pesquisa teve características de cunho exploratório e descritivo, pois a partir do levantamento bibliográfico e documental, os dados foram organizados e analisados para fundamentar a pesquisa fazendo uso da estatística descritiva dos dados coletados junto às famílias dos estudantes da Escola Municipal Indígena Dom Miguel Alagña. Com a abordagem quantitativa e qualitativa desta pesquisa ofereceram-se elementos que contribuíram para que se conheça e reconheça (dar visibilidade) os grupos indígenas residentes em São Gabriel da Cachoeira, sua autodeterminação, organização sociocultural e econômica na zona urbana. **Resultados:** Desta forma observou-se as iniciativas de auto-organização e autodeterminação como efeitos de inserção sociocultural e econômica em manter a rede de relações sociais entre parentes indígenas na zona urbana de São Gabriel da Cachoeira. **Considerações Finais:** Portanto, a pesquisa contribui para o início de uma discussão sobre os indígenas no contexto urbano de São Gabriel da Cachoeira. Praticamente todas as etnias que vivem e convivem neste ambiente urbano,

⁴⁷ Bacharel em Ciência Política e Ciências Econômicas pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Mestrado Profissional em Desenvolvimento

Sustentável com Área de Concentração em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais pela Universidade de Brasília (UnB) e professor municipal de Ensino Fundamental I na Escola Municipal Indígena Dom Miguel Alagña. Povo Wanano. E-mail: kotyria76@gmail.com. São Gabriel da Cachoeira - AM.

principalmente nos bairros recentes, ainda mantêm contato com sua comunidade de origem. Conseguem ressignificar a vivência tradicional com o modo de vida na cidade.

Palavras-chave: Autodeterminação. Auto-organização. Indígenas na cidade. São Gabriel da Cachoeira.

IX ENEI – Encontro Nacional de Estudantes Indígenas nutrindo raízes: uma autoetnografia performática sobre a metodologia-pedagogia do co-labor

João Florentino da Silva⁴⁸
Tatiane Prado Arantes⁴⁹
Érica Soares Assis⁵⁰
Nelson Filice de Barros⁵¹

Introdução: Nas profundezas de nossa história os conhecimentos das civilizações que coexistiam nas terras de Pindorama se mantêm como raízes enterradas, enquanto folhas de um dito progresso balançam aos ventos e chuvas. Esse sistema, que acredita poder lançar galhos cada dia mais altos ignorando suas raízes, realiza uma poda epistemológica de todo conhecimento que não atende à lógica eurocêntrica. Para subverter essa forma de fazer ciência trabalhamos com conhecimento localizado e escrito por alguém que tem história. O processo da autoetnografia performática atende a esse formato científico que busca expandir os conhecimentos para além da neutralidade e impessoalidade discutidas na ciência clássica e, quando realizado em grupo encontra onde histórias se conectam e busca desenvolver um novo sentido a partir das diferenças entre nós. **Objetivos:** A presente autoetnografia se propõe a registrar e problematizar o processo de reflexividade própria da metodologia do co-labor, por meio de uma construção coletiva e dialógica, a partir de experiências pessoais. Por meio dela, buscamos entender a concepção de interculturalidade, interepistemicidade e decolonialidade. **Metodologia:** A metodologia é pautada na autoetnografia, que busca analisar sistematicamente a experiência pessoal, a fim de compreender a experiência cultural. Para isso, o trabalho apresenta um método de escrita onde três vozes se fazem presentes: a de uma mulher indígena Tukano, a de um homem indígena do povo Baniwa, e a voz de uma mulher não-indígena. Após a construção textural foi feita a reprodução dos achados em formato de vídeo, sendo o processo performático do material. Cientes da interdependência e colaboração entre todos os organismos, a escrita explora a metodologia-pedagogia do co-labor, um conjunto de técnicas baseadas nos princípios da interculturalidade, interepistemicidade e decolonialidade. **Resultados Alcançados:** O

⁴⁸ Acadêmica de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Povo Baniwa. E-mail: J260895@dac.unicamp.br. Campinas-SP.

⁴⁹ Acadêmica de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora não indígena. E-mail: t260931@dac.unicamp.br. Campinas-SP.

⁵⁰ Mestranda em Clínica Médica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora não indígena. E-mail: e232132@dac.unicamp.br. Campinas – SP;

⁵¹ Professor titular do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador não indígena. E-mail: filice@fcm.unicamp.br. Campinas – SP.

processo de escrita autoetnográfica a partir do respeito a cosmovisão, diálogo horizontal e compreensão mútua, permitiu oferecer relações simétricas e igualitárias entre as pessoas com culturas diferentes que fazem parte do trabalho. Já a produção do vídeo em formato de autoetnografia performática trouxe as ferramentas audiovisuais como forma de autorreflexão para os participantes a fim de apresentar os conhecimentos e histórias de cada participante. Expandindo assim o conhecimento acerca de cada cultura. Esse conhecimento produzido nesse vídeo foi exposto em uma Conferência Internacional na Inglaterra e no Congresso Brasileiro de Autoetnografia, expandindo assim a atuação desse projeto. **Considerações Finais:** Descolonizar o conhecimento significa criar novas configurações de conhecimento e de poder, rompendo o modelo hegemônico de produção e reprodução do conhecimento, uma vez que ele é parte do projeto colonial instalado desde a invasão dessa terra pelos portugueses.

Palavras-chave: Co-labor. Autoetnografia. Interculturalidade. Interepistemicidade. Decolonialidade.

O ciclo intercultural de iniciação acadêmica de estudantes indígenas da UEL: fortalecendo a presença indígena na universidade

Wagner Roberto do Amaral⁵²

Introdução: O Ciclo Intercultural de Iniciação Acadêmica dos Estudantes Indígenas da Universidade Estadual de Londrina teve início em 2014 e se configura como uma iniciativa inédita e pioneira no acolhimento dos estudantes indígenas na educação superior. **Objetivo:** Neste texto, intencionamos refletir sobre essa experiência construída ao longo dos últimos anos e observar sua contribuição no fortalecimento dos percursos dos acadêmicos indígenas no ambiente universitário. **Metodologia:** Apresentamos um relato de experiência problematizando questões como o fortalecimento e a visibilidade das identidades étnico-comunitárias, a descolonização do saber e o protagonismo indígena na universidade, considerando a diversidade étnico-cultural e o duplo pertencimento dos acadêmicos indígenas. Realizada ainda revisão bibliográfica por meio do levantamento e sistematização de artigos, capítulos de livro, dissertações e teses, bem como por meio de levantamento documental. **Resultados:** A experiência analisada evidencia significativa redução dos índices de evasão e do tempo de retenção nos anos iniciais dos cursos de graduação pelos estudantes indígenas, bem como evidências relevantes do seu protagonismo estudantil. **Considerações Finais:** Conclui-se que o Ciclo Intercultural tem possibilitado o fortalecimento da permanência dos estudantes indígenas na universidade e do fundamental protagonismo para promover uma educação dialógica, intercultural, reflexiva e emancipadora na educação superior.

Palavras-chave: Educação Superior Indígena. Interculturalidade. Ações afirmativas. Descolonização do saber.

⁵² Professor do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social na Universidade Estadual de Londrina (UEL), membro da Coordenação Colegiada da CUIA UEL e da CUIA Estadual, comissão da qual participa desde sua criação em 2005. Colaborador da Iniciativa para a Erradicação do Racismo na Educação Superior vinculada à Cátedra UNESCO “Educação Superior e Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina” (UNTREF). Pesquisador não indígena. E-mail: wramara2011@hotmail.com.

A conscientização ambiental indígena no contexto do direito ambiental

Yoon Ladica⁵³

Introdução: Este trabalho aborda a consciência ambiental no âmbito dos povos indígenas inserido no âmbito jurídico, especialmente no contexto dos princípios do Direito Ambiental. **Objetivos:** Demonstrar à sociedade não-indígena a importância dos povos indígenas e comunidades tradicionais e da manutenção de suas culturas para a garantia do meio ambiente equilibrado, conforme previsto constitucionalmente. **Metodologia:** Análise de fontes de autores sobre saberes indígenas e dados de órgãos indigenistas cumulada com autores da área do Direito Ambiental. **Resultados:** A pesquisa relaciona princípios específicos do Direito Ambiental com elementos dos modos de vida indígenas a fim de validar a relação que estes temas apresentam. **Considerações finais:** Enfatizar a relevância do território e a sua imprescindível demarcação.

Palavras-chave: Direito Ambiental. Direito Indigenista. Direito Indígena. Meio- Ambiente. Retomada.

⁵³ Bacharel em Direito pela FICS/SP, Pós-Graduando em Direito de Família e Sucessões pela FAMEESP, graduando em Filosofia pela UFPel/RS. Povo Mura. E-mail: chelseadohades@hotmail.com. Macapá – AP.

Considerações Finais: Esse estudo permitiu fazer um primeiro levantamento dos indígenas no curso desde o início das ações afirmativas. Nas próximas etapas, será buscado compreender como tem se dado a permanência desses estudantes no curso, bem como identificar as dificuldades e as formas de superação (ou não) construídas frente às adversidades na escola médica. Percebeu-se que no curso de medicina da UFSCar tem havido o ingresso de indígenas provenientes de várias regiões do Brasil, o que é justificado pela ausência de ações afirmativas nas escolas médicas federais desses estados. Quanto aos que se desligaram do curso, serão necessárias investigações para compreender os motivos e situações envolvidas. Nas próximas etapas dessa pesquisa será buscado aproximar-se das diferentes experiências ao longo dos anos de graduação.

Palavras-chave: População indígena. Saúde das populações indígenas. Ensino Superior. Ações afirmativas. Educação médica.

Neabi “Mãe Fausta”: espaço de diálogos e acolhimento

Tatiane Motta da Costa e Silva⁵⁷

Renata Colbeich da Silva⁵⁸

Diego de Matos Noronha⁵⁹

Introdução: A institucionalização dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), vinculados às Instituições de Ensino Superior (IES) do Brasil, tem início em 1959, com a criação do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO) na Universidade Federal da Bahia (UFBA). No decorrer dos anos, os NEABs passaram a incluir estudos indígenas denominando-se NEABIs (Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas). Essa ação vem impulsionando a aplicação das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008 que incluem as culturas afro-brasileiras e indígenas no ensino brasileiro. Atualmente, essa rede de cooperação científica e militante fomentada pelos NEABIs reúne núcleos espalhados por todas as regiões brasileiras, incluindo a Universidade Federal do Pampa (Unipampa). A Unipampa por se tratar de uma universidade multicampi possui dez NEABIs, sendo um em cada campus. No Campus Uruguaiana, em especial, localiza-se o primeiro núcleo organizado nesta instituição, denominado “NEABI Mãe Fausta”. **Objetivos:** O estudo tem como objetivo relatar as ações promovidas pelo NEABI Mãe Fausta com ênfase nos espaços de diálogos e acolhimento dos/as estudantes indígenas. **Metodologia:** Entre suas ações o NEABI busca promover espaços de discussões e trocas de experiências acerca da cultura indígena e a refletir quanto a implementação das ações afirmativas no ensino superior. **Resultados:** O NEABI articulou parcerias e estratégias de acolhimento e auxílios, desde apoio logístico na instalação dos/as estudantes no município, buscou promover rodas de conversa onde os/as estudantes relataram seus primeiros momentos e sentimentos ao chegarem no espaço universitário. Durante os espaços de discussão promovidos pelo NEABI, os/as estudantes relataram inúmeros desafios e dificuldades, entre elas, as diferenças culturais, carência financeira, barreiras quanto à moradia, alimentação e transporte, além de dificuldade de interação com os/as colegas e professores/as e a inflexibilidade do calendário acadêmico para a participação dos/as estudantes em rituais/atividades que fazem parte do calendário indígena nas terras indígenas. **Considerações Finais:** A partir dos relatos dos/as estudantes entendemos que a permanência na universidade depende do acolhimento e da formulação de ações

⁵⁷ Doutoranda em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Pesquisadora não indígena. E-mail: tatianasilva.aluno@unipampa.edu.br. Uruguaiana - RS.

⁵⁸ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Pesquisadora não indígena. E-mail: rcolbeich@gmail.com. Santa Maria - RS.

⁵⁹ Mestre em Educação em Ciências pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Pesquisador não indígena. E-mail: diego.noronha.aluno@unipampa.edu.br. Uruguaiana - RS.

institucionais coerentes com a realidade das/os estudantes e com respeito às suas culturas, a fim de garantir a sua permanência e seu avanço nos níveis de formação acadêmica.

Palavras-chave: Ações afirmativas. Ensino Superior. Povos indígenas.

Educação amorosa de aproximação: metodologia epistemológica didático- pedagógica libertadora

Michael J. Q. de Oliveira Baré⁶⁰

Introdução: Este trabalho trata da experiência de um indígena pioneiro no sistema de ações afirmativas de cotas indígenas da UERJ. Sua constituição se dá dentro de uma metodologia epistemológica didático-pedagógica denominada “Educação amorosa de aproximação”, desenvolvida como estratégia de combate ao ódio que advém da ignorância, manifestado em pré-conceito, racismo e discriminação, condições históricas enfrentadas pelo autor no interior da universidade, que praticamente, o obrigaram a se defender e transmutar o ódio em amor por meio do conhecimento. **Objetivos:** Relatar experiências e dificuldades vivenciadas por um discente indígena pioneiro no sistema de cotas, durante sua trajetória histórica na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Apresentar uma metodologia original e vanguardista, advinda da necessidade de conviver em harmonia e de se libertar, que se caracteriza como “a visão dos vencidos”. **Metodologia:** É qualitativa de desenho “estudo de caso” fundamentado em fontes primárias e secundárias acessadas pela auto-etnografia do autor. **Resultados:** O Estado, de agressor, tornou-se colaborador proporcionando sua formação acadêmica com o Sistema de Cotas permitindo a apropriação dos saberes acadêmicos, sua análise, reflexão crítica, e formulação de nova metodologia epistemológica didático pedagógica denominada “Educação Amorosa de Aproximação”, e conceitos no que concerne à história e cultura para o fomento da emancipação indígena por meio da educação. **Considerações finais:** sabe-se que as escolas públicas e privadas são obrigadas a tratar da História e Cultura afro-brasileira e indígena conforme a Lei 11.645/08. Este trabalho se constitui como um adendo a esta importante Lei, modéstia parte, evidenciando uma luta entre opressor e oprimido, ou seja, uma luta de classes, mas que, no entanto, tal qual a fábula indígena que conta a história do jabuti e a onça, onde a inteligência e a sagacidade vencem a violência e a força, o supostamente feio e inferior, dá sua guinada por meio do conhecimento, contribuindo com um “olhar dos vencidos”, e uma “Uma escovada na História a contra pelo” como sinaliza Walter Benjamin (1940), e Michael Lowe(2010). Michael Baré atuou no Centro Cultural Indígena Aldeia Maracanã (2009-2013), onde foi seu laboratório para a implementação de sua metodologia denominada “Educação Amorosa de Aproximação”. Um exemplo de vida e resistência indígena.

Palavras-chave: Índio em contexto urbano. Educação amorosa de aproximação. Aldeia Maracanã. Resistência indígena. Autofobia.

⁶⁰ Graduado em História, licenciatura e bacharelado, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); técnico em Arqueologia, estagiou no Instituto de Arqueologia Brasileira pelo PIBIC - UERJ; pós-graduando no curso de Ensino de História (História Indígena), pelo colégio Pedro II. Povo Baré. E-mail: anajeawak@gmail.com, Manaus - AM.

Línguas e etnias dos estudantes indígenas da UFSCar: um estudo preliminar

Kuhupi Waura⁶¹

Luzia Sigoli Fernandes Costa⁶²

Omar Lopes da Silva⁶³

Thais Juliana Palomino⁶⁴

Introdução: Este estudo trata das línguas e etnias dos estudantes indígenas que ingressaram na Universidade Federal de São Carlos, desde 2008, nos seus quatro campi, e vem sendo realizado pelo PET Conexões de Saberes Indígenas. É um estudo de grande interesse, tanto por parte dos estudantes, quanto da instituição. **Objetivo:** O principal objetivo é mapear territorialmente e caracterizar a diversidade de línguas faladas e escritas pelos estudantes indígenas da UFSCar, de modo que venha servir de subsídios para pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento e para as próprias políticas institucionais. Objetiva, ainda, contribuir para o acesso da população indígena à produção acadêmica, por meio de proposta de inserção de palavras-chave em línguas indígenas em publicações depositadas no Repositório Institucional da UFSCar. **Metodologia:** O estudo está na sua primeira fase que compreende: buscas bibliográficas e documentais, levantamento de dados junto à Pró-Reitoria de Graduação da UFSCar. Numa segunda fase será mapeado, junto aos estudantes, aspectos do uso ou não das línguas. Os dados levantados serão analisados, territorialmente, e relacionados à diversidade étnica, gerando um catálogo das línguas ativas, entre os estudantes da UFSCar. **Resultados:** Este estudo teve início em 2019 e, a cada ano, foram sendo adicionados resultados parciais. Esses resultados, vêm contribuindo para participação em eventos científicos e publicações acadêmicas. Os dados referentes aos ingressantes no período de 2017 a 2021, devido a pandemia estão em fase de análises. Como resultado da primeira fase, com base em estudos anteriores, como o de Edmar Neves da Silva (2012), sabe-se que dos 131 estudantes indígenas com matrículas ativas que ingressaram entre 2010 e 2016, foram elencados 36 povos indígenas, vindos de onze estados, com predominância do Amazonas, Pernambuco, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo. Quanto aos cursos, eles e elas estavam matriculados nos diversos Centros Acadêmicos da Universidade, com maior

⁶¹ Graduando do curso de Licenciatura em Geografia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); bolsista do Grupo PET Conexões Saberes Indígenas – UFSCar. Povo Waura. E-mail: kuhupi@estudante.ufscar.br. São Carlos – SP.

⁶² Tutora do PET Conexões Indígenas - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: luziasigoli@ufscar.br. São Carlos – SP.

⁶³ Acadêmico de Ciências Biológicas - Licenciatura na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), atualmente bolsista no Programa de Educação Tutorial Saberes Indígenas e membro do Núcleo de Estudos Indígenas/Araras. Povo Baré. E-mail: omar.silva@estudante.ufscar.br. São Carlos – SP.

⁶⁴ Pedagoga responsável pelo Acompanhamento Pedagógico dos Estudantes Indígenas do Campus São Carlos - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora não indígena. E-mail: thaispalo@ufscar.br. São Carlos – SP.

predominância dos Centros de Ciências Biológicas e Saúde e, de Educação e Ciências Humanas. Quanto à situação linguística indicava que 47% eram falantes e 64% destes faziam uso da língua de forma restrita (em casa ou em conversas com parentes). De acordo com a Classificação de Línguas Indígenas do Brasil de Lucy Seki (2020) as línguas indígenas quanto a sua vitalidade podem ser: vulneráveis, em perigo, seriamente em perigo, em situação crítica e extinta. Com base no levantamento realizado até o momento, de 17 línguas mapeadas, uma é indicada como extinta, duas em situação crítica, duas seriamente em perigo e duas em perigo. **Considerações finais:** O estudo tem se mostrado potente para o registro e divulgação dos seus dados, uma vez que contribui para fazer parte do rol de línguas a constar entre aquelas, cujos títulos e resumos da produção acadêmica poderão ser recuperados, no Repositório Institucional da UFSCar. Além disso, o conhecimento das línguas pode facilitar a comunicação entre as pessoas falantes e com os usos de cada uma dessas línguas.

Palavras-chave: Línguas indígenas. Etnias indígenas. CAAPE/UFSCar. PET Conexões de Saberes Indígenas.

As rodas de conversa sobre saúde indígena durante a pandemia: o encontro remoto como espaço de diálogo

Raniel Martinha de Souza⁶⁵

Denis Delgado da Silva⁶⁶

Claudiana Brazão Lopes⁶⁷

Larissa Eduarda Freire da Silva⁶⁸

Willian Fernandes Luna⁶⁹

Introdução: O grupo PET/Conexões de Saberes - Indígena: Ações em Saúde foi criado em dezembro de 2010, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). O principal foco é a valorização das práticas tradicionais da saúde indígena na universidade. O grupo é interdisciplinar, formado exclusivamente por estudantes indígenas, que vêm de diferentes regiões do Brasil, conferindo uma rica diversidade de contextos e realidades. Em 2020, no contexto da situação pandêmica de COVID-19, as atividades presenciais na UFSCar foram suspensas, demandando uma nova organização do grupo. Uma das atividades que precisou ser reinventada foram as Rodas de Conversa sobre saúde dos povos indígenas, antes realizadas presencialmente. **Objetivo:** Neste relato de experiências busca-se descrever as Rodas de Conversa no modelo virtual em 2021. **Metodologia:** Os encontros foram baseados nos Círculos de Cultura de Paulo Freire e outras metodologias ativas de ensino-aprendizagem. O grupo organizador é interdisciplinar e conta com estudantes indígenas dos povos Atikum-Umã, Baré, Tariana e Ticuna, que são dos cursos de Medicina, Enfermagem, Educação Física, Terapia Ocupacional, Educação Especial e Pedagogia. Os dois professores são médicos de família e comunidade, com experiência em saúde indígena. Os eventos foram realizados em formato virtual, síncronos, utilizando-se plataformas virtuais. **Resultados:** Foram duas rodas de conversa realizadas no período. A primeira Roda de Conversa ocorreu dia 26 de maio de 2021 com o tema “Indígenas na Universidade: Para quê e para quem”, com o total de 46 inscritos e 22 participantes. Essa atividade deu início a uma segunda roda de conversa realizada no dia 30/06/2021, com a temática “Cosmologias indígenas: conflito ou potência no trabalho em

⁶⁵ Acadêmico de Medicina pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Tukuna. E-mail: ranielsouza@estudante.ufscar.br. São Carlos - SP.

⁶⁶ Acadêmico de Enfermagem pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Baré. E-mail: denis.delgado@estudante.ufscar.br. São Carlos - SP.

⁶⁷ Acadêmica de Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Baré. E-mail: barelopes31@gmail.com. São Carlos-SP.

⁶⁸ Acadêmica de Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Atikum. E-mail: larissasilva@estudante.ufscar.br. São Carlos - SP.

⁶⁹ Docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), tutor do PET Indígena Ações em Saúde. Pesquisador não indígena. E-mail: willianluna@ufscar.br. São Carlos - SP.

saúde?”. Foram abordados temas relacionados às cosmologias indígenas, à cosmovisão dos povos indígenas e suas relações com a saúde indígena. Nesse encontro, foram 22 participantes. Os participantes das duas Rodas de Conversa foram compostos por indígenas e não indígenas, dentre esses profissionais de saúde, da educação, estudantes de graduação de diversos cursos, mestrando/a, doutoranda, docentes universitários, representantes de 8 universidades, federais e estaduais. Também contamos com a presença de professoras de duas escolas da educação básica. **Considerações finais:** Nas Rodas de Conversa sobre saúde dos povos indígenas buscou-se construir um espaço para conhecer e refletir sobre a complexidade da saúde das comunidades indígenas, dialogando sobre as diferentes culturas, sistema de saúde específico, concepções do processo saúde-doença, propiciando aproximação inicial sobre o contexto de saúde indígena no Brasil. Concluímos que, mesmo com as limitações da pandemia, tem havido uma participação ativa dos membros e a construção de estratégias inovadoras, que buscam atingir os objetivos do grupo PET. Nesse sentido, a realização das atividades virtuais atende às normas de segurança à saúde, além de abordar os principais desafios e limites relacionados à inserção da presença e do conhecimento indígena dentro da universidade. Portanto, o PET tem se fortalecido e reafirmado o protagonismo indígena na universidade e a importante relação com as comunidades.

Palavras-chave: Saúde Indígena. Povos Indígenas. Roda de Conversa. Diálogo

Relato da experiência na elaboração da cartilha de combate ao racismo e à discriminação contra indígenas nas escolas públicas da rede urbana de Santarém/PA

Terezinha do Socorro Lira Pereira⁷⁰

Rui Massato Harayama⁷¹

Pedro Cohco Wai Wai⁷²

Cezar Henrique Assunção Teixeira Nobre⁷³

Alcindo Moisés Pinho de Sousa⁷⁴

Luanna Cardoso Oliveira⁷⁵

Solange Maria de Almeida da Silva⁷⁶

Maike Joel Vieira da Silva⁷⁷

Introdução: Em 2019 a 5ª Unidade Regional de Educação de Santarém (5ª URE) solicitou à Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges), da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), apoio técnico na elaboração de uma cartilha de combate ao racismo e à discriminação contra estudantes indígenas das escolas públicas da rede urbana de Santarém/PA. Para produzir a cartilha foi elaborado e institucionalizado um Projeto de Extensão que teve a participação de servidores e discentes da Ufopa e servidor da 5ª Unidade Regional de Educação em Santarém/PA (5ªURE). Objetivos: o Projeto teve como objetivos produzir uma cartilha para ser usada como material didático no combate ao preconceito e ao racismo contra estudantes indígenas das escolas urbanas de Santarém/PA; contribuir na prática dos docentes das escolas da rede básica de educação em Santarém/PA a partir do material didático produzido; orientar docentes, estudantes e profissionais técnicos no enfrentamento do preconceito e do racismo contra estudantes indígenas matriculados nas escolas públicas urbanas de Santarém/PA; estabelecer parceria entre a UFOPA, escolas

⁷⁰ Mestre em Educação. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia. Diretora de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Pesquisadora não indígena. E-mail: terezinha.lira.ufopa@gmail.com

⁷¹ Mestre em Antropologia. Doutorando em Antropologia. Docente na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Pesquisador não indígena. E-mail: rui.harayama@ufopa.edu.br

⁷² Discente do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Povo Wai Wai. E-mail: pedrococowaiwai@gmail.com

⁷³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação. Servidor Público na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Pesquisador não indígena. E-mail: cezar.nobre@ufopa.edu.br

⁷⁴ Especialista em Gestão Estratégica em Políticas Públicas. Docente na Rede Estadual e Municipal de Santarém Para. Pesquisador não indígena. E-mail: alcindo.pinhosou@gmail.com

⁷⁵ Mestre em Educação. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia. Povo Arapiun. E-mail: luanna.ufopa@gmail.com

⁷⁶ Discente do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Povo Borari. E-mail: solangemasoj@gmail.com

⁷⁷ Mestre em Ciências Sociais. Servidor Público na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Povo Kumaruara. E-mail: maike.silva@ufopa.edu.br

públicas de Santarém/PA e movimentos sociais no diálogo sobre racismo, preconceito e outras formas de discriminação contra indígenas; desenvolver ações e atividades extensionistas visando contribuir no combate ao racismo e ao preconceito contra estudantes indígenas das escolas públicas de Santarém/PA. Além dos objetivos previstos também foi necessário, após início dos trabalhos, implementar mais dois objetivos não previstos no Projeto, considerando que o trabalho também foi executado no período da pandemia causada pela COVID-19. Os novos objetivos foram: realizar as atividades do projeto na modalidade online e não presencial; realizar diálogos com profissionais da educação básica via plataforma digitais. Metodologia: durante a execução das atividades do projeto foram utilizados os seguintes instrumentos metodológicos: encontro com diretores das escolas públicas e diretores das unidades acadêmicas da Ufopa; encontro foi com docentes das escolas públicas, escola técnica e UFOPA; encontro com estudantes das escolas municipais e estaduais de Santarém/PA e ETEPA e UFOPA. Todos os encontros visam realizar processos de escuta e compartilhamento de experiências e vivências nos espaços educacionais em relação ao trabalho e recepção de estudantes indígenas. Resultados: Considera-se que as atividades executadas proporcionaram interação com a educação básica, formação dos docentes das escolas públicas, aproximação entre instituições de ensino da educação básica e ensino superior que ocorreu a partir dos encontros, bem como o desenvolvimento de ações e atividades extensionistas visando contribuir no combate ao racismo, ao preconceito e a discriminação contra estudantes indígenas da Ufopa e das escolas públicas de Santarém/PA tem sido atingida por meio das atividades realizadas. Conclusão: Considera-se que as atividades propostas e executadas pelo Projeto foram de extrema relevância social no que se refere à temática sobre o preconceito e o racismo contra os estudantes indígenas nos espaços educacionais. Houve troca de diálogos entre gestores, docentes e estudantes da Ufopa e das escolas públicas de Santarém/PA, contribuiu a oferta de curso de formação para os professores da educação básica, além de ter contribuído para a aproximação entre as instituições de ensino (Ufopa e SEDUC).

Palavras-chave: Educação. Indígenas. Racismo. Preconceito.

Psicologia transcultural, cultural e indígena: diferentes sentidos do conhecer na pesquisa psicológica

Tácio Sales Carvalho⁷⁸

O projeto propõe uma investigação, estritamente teórica, comparativa entre a Psicologia Transcultural, Cultural e Indígena, considerando os sentidos do conhecer na tensão entre os eixos nomotético-idiográfico da pesquisa psicológica, nestas áreas. Para isso, discutiremos as aproximações e afastamentos, entre estas psicologias, atentando-se para a relação entre a experiência e o conhecimento nomotético e idiográfico. Tendo em vista a realização desta proposta de pesquisa, sugerimos, como referencial meta-teórico, a Psicologia Cultural Semiótico-Construtivista, e para análise dos resultados, a noção de Multiplicação Dialógica.

Palavras-chave: Psicologia Transcultural. Psicologia Cultural. Psicologia Indígena. Nomotético. Idiográfico.

⁷⁸ Doutorando em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP), Povo Pataxó. E-mail: taciosales@usp.br.

Racismo anti-indígena: um estudo psicossocial sobre a universidade/colonialidade no Brasil

Iclícia Viana⁷⁹

Este projeto está inserido no campo da Psicologia Social Crítica, fundamentado em epistemologias sócio históricas decoloniais, levando em conta as desigualdades no contexto latinoamericano bem como o etnocídio produzido pela colonização e colonialismo aos povos originários, ontem e hoje. A partir de uma posição anti racista, a pesquisa pretende contribuir social e cientificamente com a demanda de povos indígenas na relação com o espaço universitário diante do racismo e etnocídio que denunciam cotidianamente. A demanda desta pesquisa iniciou em 2017, após o final da pesquisa de mestrado intitulada “Entre Fronteiras - Povo Lakiñõ Xokleng em uma Universidade” onde a pesquisadora identificou o sofrimento ético-político e a identidade coletiva de estudantes de um povo indígena, atravessados diariamente pela desigualdade produzida pelo racismo e mito da democracia racial na universidade. Verificou teoricamente que, ao mesmo tempo que as questões indígenas são historicamente supervalorizadas no contexto da etnologia e antropologia, suas demandas são pouco aprofundadas nos estudos raciais críticos que visam combater o racismo no Brasil. Neste sentido, com base em intelectuais indígenas contemporâneos e na relação com o contexto da luta pela educação superior, a presente pesquisa se justifica pela necessidade de aprofundamento teórico sobre o racismo anti indígena e sua relação com o etnocídio no Brasil, bem como pela necessidade de criação de estratégias de enfrentamento às desigualdades raciais vividas por universitários indígenas no ensino superior atualmente. O projeto objetiva, de modo geral, investigar práticas de enfrentamento ao racismo contra indígenas em universidades brasileiras. Para isso, este projeto pretende: 1) Problematizar teoricamente o racismo anti indígena no Brasil; 2) Identificar como opera o racismo contra indígenas em cinco universidades federais brasileiras em relação ao ingresso e permanência estudantil; 3) Analisar a experiência de trabalhadores(as) e gestores em setores de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas frente a presença de estudantes indígenas nas universidades federais brasileiras; 4) Fomentar práticas coletivas de enfrentamento ao racismo contra indígenas nas universidades a partir da experiência com grupos de trabalhadores(as) de setores de Assistência Estudantil e Ações Afirmativas. Metodologicamente, o projeto pretende caminhar fazendo pesquisa do/no cotidiano em uma perspectiva de saber-fazer por demanda, a partir da construção com indígenas universitários. A pesquisa iniciará junto da relação com universitários indígenas visando

⁷⁹ Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora não indígena. E-mail: coema.saad@contato.ufsc.br

construir o caminho de pesquisa a partir de roda de conversa durante o “Encontro Nacional de Estudantes Indígenas (ENEI)” - em julho de 2022 na UNICAMP. A partir daí serão elencadas universidades brasileiras para o estudo de como opera o racismo contra indígenas nas universidades e como enfrentá-lo, bem como definir os principais eixos a serem investigados. Ao final, a pesquisadora retornará ao espaço de mobilização política dos universitários, trazendo os resultados da pesquisa no ENEI de 2023 e 2024, para o fechamento da tese. Espera-se com esta pesquisa: 1) realizar a pesquisa a partir da demanda de universitários indígenas; 2) fomentar práticas anti racistas nas universidades; 3) contribuir com o campo teórico dos estudos decoloniais.

Palavras-chave: Racismo. Indígenas. Universidade. Colonialidade. Psicologia.

Os profissionais indígenas e a carta de anuência para seleção nas escolas estaduais indígenas do Norte do Paraná

Isabela de Barros Vilas Boas⁸⁰

A Educação Escolar Indígena é uma modalidade da educação Básica no Brasil ainda recente, implementada a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, sinalizando a necessidade de ampliação de estudos nessa temática e apresentando-se como um espaço potencial de atuação dos assistentes sociais, por estar vinculada às políticas educacionais. A consolidação dessa modalidade no Paraná está associada à atuação de professores indígenas nas escolas indígenas. Constata-se um número cada vez maior de acadêmicos e profissionais indígenas graduados pelas Universidades Estaduais paranaenses nas áreas das licenciaturas, o que tem provocado o aumento de professores indígenas candidatos às vagas nas escolas estaduais indígenas. Componente dos Processos Seletivos Simplificados para professores pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná, a Carta de Anuência é um documento assinado pelos caciques e lideranças das terras indígenas, autorizando ou não tal candidatura, sendo fundamental a compreensão sobre como esse protocolo foi instituído e como os sujeitos envolvidos nesse processo a compreendem. Desta forma, o objetivo da presente pesquisa é identificar e analisar as compreensões que os profissionais indígenas possuem acerca da carta de anuência para seleção, contratação e atuação nas escolas estaduais indígenas no norte do Paraná. As etapas metodológicas percorridas foram: revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo através de questionários e entrevistas com roteiro semi-estruturado. O presente trabalho tem como principais resultados a identificação e análise de aspectos que legitimam e contradizem a carta de anuência e a proposta apresentada pelos sujeitos da pesquisa de um concurso público específico para professores indígenas.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena. Educação Superior Indígena. Escola indígena. Carta de anuência. Profissionais indígenas.

⁸⁰ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisadora não indígena. E-mail: isatmz@gmail.com.

Educação escolar indígena

Julian Monike Scolaro⁸¹

Cristiane Aparecida Ribeiro Bueno⁸²

Gisele Aparecida Dossena⁸³

Marco Antonio Batista Carvalho⁸⁴

Introdução: O cenário educacional brasileiro nas últimas três décadas no que tange às políticas educacionais apresentou avanços significativos na direção da construção de uma proposta voltada às necessidades dos povos indígenas, as quais são expressas no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNE-Indígena e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. Diante disso, a Constituição Federal do Brasil de 1988 foi o grande marco no que se refere à garantia do direito à educação de todos os cidadãos. A partir disso, a educação passa a ser inserida em debates nacionais, os quais eram advindos de um movimento global, tendo como foco a equalização do atendimento educacional, considerando as demandas do processo de globalização. Assim, procurou-se refletir como ocorreu a estruturação da Educação Escolar Indígena no Brasil e como esta se expressa na legislação brasileira no contexto pós Constituição Federal de 1988, a qual regulamentou o direito social e educacional dos povos indígenas. Nesta direção, o presente trabalho de ordem bibliográfica e documental, se ampara, na Constituição Federal Brasileira (1988), na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 (1996), no Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas (1998) e na Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (2012), com a intencionalidade de compreender qual a concepção e as características presentes sobre a Educação Escolar Indígena. Ao analisarmos o documento Referencial Curricular para a Educação Indígena (1998), produzido no bojo da implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 foi possível constatar que o documento traz as ânsias do povo indígena em seus registros. Uma importante conquista para o povo indígena, o qual delinea um panorama educacional voltado aos princípios educacionais da cultura do índio. Sem dúvida, atende e reitera as regulamentações tanto da CF (1988), quanto da LDBEN (1996). Já as o DCNE/Indígena (2012) nos possibilitaram analisar como deve se organizar o ensino e as instituições de Educação Escolar Indígena. Reitera o RCNE/Indígena e regulamenta as formas de

⁸¹ Mestra em Educação - Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Graduada em Pedagogia (UNIOESTE). Professora da Rede Municipal de Ensino de Cascavel - PR. Pesquisadora não indígena. E-mail: julian_monike@hotmail.com .

⁸² Mestra em Educação - UNIOESTE, graduada em Pedagogia (UNIOESTE). Professora da Rede Municipal de Ensino de Cascavel - PR. Pesquisadora não indígena. E-mail: cristianeapbueno@yahoo.com.br

⁸³ Doutoranda em Sociedade, Cultura e Fronteira Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestra em Educação (UNIOESTE). Graduada em Letras - Universidade Paranaense (UNIPAR). Pesquisadora não indígena. E-mail: gisele_dossena93@hotmail.com

⁸⁴ Professor Associado na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Pesquisador não indígena. E-mail: marcoab_carvalho@yahoo.com.br

organização do Projeto Político Pedagógico e do Currículo próprio. No entanto, demonstra o caráter mandatário ao colocar a União como única instância legisladora das políticas nacionais para os indígenas, demonstrando que, apesar dos ganhos, que ocorreram na educação escolar indígena, o Estado, por meio do instrumento legal exerce o controle social sobre como se darão as ações educacionais indígenas, inclusive explicitando a necessidade de implementação de avaliações internas e externas para tal. Por fim, podemos constatar que a construção de uma educação específica e identitária para os grupos indígenas brasileiros ainda não foram de fato alcançadas, sendo necessário esta temática ser amplamente debatida no âmbito da sociedade, a fim de que possa haver a superação das omissões e descasos com a educação indígena, na direção de construção de políticas educacionais efetivas para que de fato cumpra com seu papel.

Palavras-chave: Educação Escolar Indígena. Cultura Indígena. Política Educacional.

Territórios etnoeducacionais indígenas: a contribuição da psicologia escolar para a educação indígena diferenciada

Angelina dos Santos Silva⁸⁵

João Gabriel Modesto⁸⁶

Patrícia Carla Silva do Vale Zucoloto⁸⁷

Introdução: A Educação Escolar Indígena (EEI) é uma modalidade de educação básica voltada às pessoas indígenas no Brasil. Outorgada mediante o decreto nº 6.861/2009, a EEI objetiva valorizar as culturas dos povos indígenas e promover a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica, fortalecer as práticas socioculturais e resgatar e preservar as línguas maternas de cada comunidade indígena, assim como desenvolver currículos e programas específicos, que permitam o processo de ensino-aprendizagem de conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades. Por ser tida como diferenciada, consideramos que a Educação Escolar Indígena é, portanto, inclusiva, e, ao assumir esse caráter, não somente complexifica, mas também desconstrói e propõe novos sentidos à escola, à educação e à cidadania nos territórios etnoeducacionais indígenas. A EEI apresenta um outro direcionamento ético-político ao setor educacional no país, o qual chamamos de decolonial/anticolonial, na medida em que, ao invés de integrar o segmento populacional citado à sociedade envolvente, do modo como foi feito historicamente, busca promover a interculturalidade, valorizando os saberes e as práticas tradicionais. A Psicologia Escolar crítica compreende a escola enquanto um ambiente de construção social e político como parte integrante do processo educativo, um espaço de transformação social. As instituições de ensino, pesquisa e extensão vinculadas à Psicologia devem buscar cooperar com o exercício integral das responsabilidades laborais e dos princípios fundamentais prescritos pelo Código de Ética Profissional do/a Psicólogo/a. **Objetivos:** Analisar os conceitos de etnia e raça; psicologia escolar; educação inclusiva e diferenciada; educação escolar indígena; e educação tradicional indígena, tanto nos relatórios das conferências distritais e estaduais da Bahia e de Pernambuco quanto nos relatórios das Conferências Nacionais de Educação Escolar Indígena (CONEEI), entre o período de 2009 a 2019. Refletir sobre as possibilidades de formação e atuação profissional antirracista na Psicologia, de modo que a Psicologia Escolar Indígena. **Metodologia:** Qualitativa a partir do estudo de

⁸⁵ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Povo Pankará. E-mail: santos.angelina36@gmail.com.

⁸⁶ Graduando em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador não indígena. E-mail: jgmodesto15@gmail.com

⁸⁷ Docente do curso de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Povo Kariri-Sapuyá. E-mail: patriciavalezuc@gmail.com

documentos como das cartas de pessoas indígenas sobre educação escolar no site [Cartas Indígenas do Brasil](#) e dos relatórios das conferências distritais da BA e Pernambuco, das conferências estaduais da BA e de Pernambuco e das conferências nacionais de EEI (CONEEI) no período de 2009 a 2019. Resultados: Realização da revisão da literatura e discussão sobre Psicologia Escolar e Educação Escolar Indígena; devolver pesquisa e a aprendizagens profissionais com foco na Psicologia e Educação Escolar Indígena.

Considerações finais: O presente trabalho aponta a Educação Escolar Indígena ainda como foco de políticas de sucateamento institucional e de vulnerabilização dos atores envolvidos, isto é, da própria comunidade indígena, dos profissionais das escolas e do alunado como também na ausência de psicólogos nas EEI. Com isso, corrobora-se para a migração de pessoas indígenas às cidades na busca de melhor qualidade de vida, resultando em sua integração forçada, no âmbito das dimensões física, social, emocional e intelectual, ao modo de vida hegemônico “branco”. Concluímos apontando que o horizonte ético-político desta proposta está no movimento que insere o campo teórico-prático da Psicologia Escolar no desenvolvimento de estratégias que resultem na afirmação, aperfeiçoamento e consolidação da Educação Escolar Indígena no Brasil.

Palavras-chave: Territórios Etnoeducacionais. Educação Escolar Indígena. Psicologia Escolar.

Síntese do estado atual da documentação da língua Wai Wai (Karib)

Dalva Wapuri Wai Wai⁸⁸

Este projeto de pesquisa visa fazer um levantamento de matérias caracterizáveis como parte da documentação da língua Wai Wai, de filiação Karib, com o objetivo de fazer uma síntese do estado do conhecimento desse tipo de pesquisa. A revisão sistemática será usada como metodologia para a realização da pesquisa. A Rede Mundial de Computadores será o local onde os materiais sobre a língua Wai Wai serão buscados, que incluem artigos, livros, dissertações, teses, gravações em áudio e vídeo e outros documentos que venham a ser encontrados. Para a busca, seleção e extração de produções escritas que comporão o corpus da pesquisa, será usado o programa StArt – as gravações em áudio e vídeo serão buscadas, selecionadas e extraídas separadamente. A Análise temática será o método utilizado para o tratamento do corpus da pesquisa. Esta pesquisa tem o potencial de ajudar a preencher uma lacuna na literatura de línguas indígenas: a ausência de uma revisão sistemática do estado do conhecimento da documentação da língua Wai Wai.

Palavras-chave: Revisão sistemática. Estado do conhecimento. Documentação. Língua Wai Wai.

⁸⁸ Acadêmica em Letras – Português e Inglês pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Povo Wai Wai. E-mail: dalvamakahci@gmail.com.

Representação visual de grupos étnico-raciais em livros didáticos de Geografia – Ensino Fundamental II

Alecsandro J.P. Ratts⁸⁹

Evelin Cristina Araújo⁹⁰

Introdução: O plano de trabalho tem como foco a representação visual de grupos étnico-raciais (negros, quilombolas, indígenas e ciganos) em livros didáticos de Geografia do Ensino Fundamental II, em face da pandemia, optamos por uma coleção disponibilizada online. Cabia participar, ainda que de forma inicial e pontual, da construção de uma abordagem da diferença étnico-racial Escolar na Geografia, e colaborar na reflexão sobre o livro didático de Geografia, seus limites e suas potencialidades, face à realidade étnico-racial e social brasileira. **Objetivos:** O objetivo deste trabalho é realizar uma análise das representações visuais presentes de grupos étnicos nos livros didáticos do Ensino Fundamental II, na disciplina de Geografia. Pontuando uma importante reflexão na superação dos estereótipos na representação desses grupos étnicos raciais. **Metodologia:** Os livros didáticos contribuem para com a ideologia do embranquecimento, uma vez que a população negra e a indígena são excluídas ou estereotipadas nas representações dos conteúdos e imagens que lhes são transmitidos. A educação no Brasil, apesar dos problemas referentes à questão étnico-racial, pode ser compreendida como um dos principais ativos e mecanismos de transformação social, apta a desconstruir as assertivas que impõem a inferioridade de indígenas e negros. Entendemos que não é tarefa exclusiva da escola nem mesmo dos professores e professoras acabarem com as desigualdades raciais. No entanto, está se constitui como um dos locais onde o racismo se manifesta e afeta indivíduos, deixando sequelas para toda uma vida. Os capítulos que abordam as temáticas indígenas, de comunidades tradicionais e do povo negro mostram alguns exemplos de como a cultura brasileira possui uma grande influência desses grupos no seu processo de formação, e alguns exemplos está no nosso cotidiano, como culinária, na arte, nas palavras, estilos musicais entre outros. Mas quando vão aborda essas temáticas nos livros didáticos, muitas das vezes perdem a oportunidade de abordar o conteúdo que possa desconstruir o estereótipo do que é o ser indígena, reforçando a ideia de purismo, o “índio” original, cabelo preto, olhos puxados, com cocar e sem roupa, deixando de reconhecer a diversidade étnica, de tradições e costumes diferentes, assim como retratam o povo negro, sempre com o uso de imagens de pessoas em extrema pobreza, escravizadas ou

⁸⁹ Alecsandro J.P. Ratts. Instituto de Estudos Socioambientais. Pesquisador não indígena. E-mail: alex.ratts@gmail.com

⁹⁰ Evelin Cristina Araújo. Instituto de Estudos Socioambientais. Povo Tupinambá. E-mail: evelincristina@discente.ufg.br

em lugares subalternos, perdem mais uma vez a oportunidade de usar imagens e informações que mostre a origem do povo negro, sua religião e sua diversidade cultural, retratando de uma forma muito supérflua sobre a cultura afro-brasileira. **Resultados:** Através deste trabalho é possível identificar o que está “impregnado” no imaginário do senso comum da sociedade, e como o livro didático se torna uma ferramenta de manutenção desse imaginário, reforçando a ideia de que esses grupos étnicos estão em lugar social de inferiorização. **Conclusão:** A educação tem o papel fundamental na desconstrução desse imaginário racista e preconceituoso, podendo usar o livro didático como uma ferramenta que possibilita uma abordagem antirracista, que mostre a realidade desses grupos e aproxime da vivência dos alunos dentro sala de aula, construindo novas perspectivas do que é ser indígena, do que é o quilombo e da potencialidade do povo negro.

Palavras-chave: Grupos etnicorraciais. Representação visual. Livro didático.

Registros históricos dos Encontros Nacionais de Estudantes Indígenas (ENEIS) como contribuições para a permanência de sua memória

Jocimara Braz de Araújo⁹¹
Luzia Sigoli Fernandes Costa⁹²
Thais Juliana Palomino⁹³

Introdução: O Encontro Nacional de Estudantes Indígenas é um importante movimento de luta e conquistas para os estudantes indígenas brasileiros. A UFSCar tem uma participação diferenciada nesse movimento pelo seu pioneirismo em sediar a primeira edição, em 2013, com o apoio do Centro de Culturas Indígenas que se constituiu num marco histórico e abriu caminhos para os demais encontros, que passaram a ocorrer anualmente. **Objetivo:** levantar e reunir registros históricos das 8 edições do evento com vistas a contribuir para a permanência da memória de sua trajetória e gerar subsídios para as futuras edições, além de permitir publicações diversas. **Metodologia:** Pesquisa exploratória com a realização de buscas em fontes primárias e secundárias, como sites, publicações, imagens, depoimentos e outras fontes de registros. **Resultados:** Observa-se, pelos resultados parciais, que desde o I Encontro, ocorrido em 2013, o desejo de valorização dos conhecimentos indígenas esteve presente, enfatizando a valorização dos conhecimentos tradicionais dentro dos programas e cursos de formação, tanto no Ensino Médio, como no Ensino Superior. A segunda edição do evento, ocorrida em 2014 na Universidade Católica Dom Bosco, Mato Grosso do Sul, se pautou por dar ênfase para construção de novos currículos, metodologias, pedagogias, conteúdos, recursos didáticos que legitimam os saberes tradicionais indígenas como produtores da comunidade acadêmica, promovendo atividades formativas, divulgando e integrando indígenas e não indígenas como oportunidade de se expressarem, de se conhecer, de manifestar suas visões de mundo e ampliar suas capacidades de negociação, pressão e intervenção nas distintas realidades levando-se em conta as especificidades socioculturais. As discussões do IV Encontro, ocorrido em 2016, na Universidade Federal do Oeste do Pará, deixaram grandes contribuições e, inclusive, apontam para a necessidade de uma ação nacional em defesa da igualdade, do respeito às diversidades, além do incentivo e valorização da

⁹¹ Graduando do curso de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); bolsista de extensão. Povo Pataxó. E-mail: jocipataxo@gmail.com. São Carlos - SP.

⁹² Docente do Departamento de Ciência da Informação - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora não indígena. E-mail: luziasigoli@ufscar.br. São Carlos - SP.

⁹³ Pedagoga responsável pelo acompanhamento pedagógico dos estudantes indígenas do Campus São Carlos - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora não indígena. E-mail: thaispalo@ufscar.br. São Carlos - SP.

participação indígena na construção e desenvolvimento de um diálogo de saberes, nos diferentes espaços. **Considerações finais:** O Encontro Nacional de Estudantes Indígenas, sem dúvida, se constitui em um marco histórico, instituído pelo protagonismo dos estudantes indígenas. A cada edição ganha mais importância e maior visibilidade. Portanto, o registro de sua trajetória histórica é fundamental para a permanência da memória dos protagonismos dos estudantes e das instituições que os acolhem, de forma a permitir melhor compreender esta própria permanência, assim como o momento histórico em que se vive, podendo melhor planejar o futuro da universidade.

Palavras-chave: Estudantes indígenas. Centro de Cultura Indígena. ENEI. UFSCar.

As perspectivas do movimento estudantil indígena na Universidade Federal de Minas Gerais

Anaine Anikualo Taukane⁹⁴
Andrea Siqueira Carvalho⁹⁵

Introdução: Com acesso ao Ensino Superior, direito conquistado através da mobilização e dos movimentos sociais, dado pela lei de cotas 12.711/2012, os estudantes indígenas começaram a enfrentar diversos desafios com a entrada regular em cursos da graduação nas universidades. Dentre eles, a sua permanência e afirmação no meio acadêmico. **Objetivos:** Realizar um diagnóstico sobre a participação dos indígenas junto aos órgãos colegiados da instituição e ao movimento estudantil da Universidade Federal de Minas Gerais. Além disso, pretende-se identificar qual a percepção dos estudantes indígenas quanto à sua representatividade no movimento estudantil. **Metodologia:** O trabalho foi dividido em duas etapas: 1) Levantamento da participação estudantil indígena junto aos órgãos colegiados da universidade e de representação estudantil (Centros e Diretórios Acadêmicos). 2) Entrevista com os estudantes indígenas da graduação, através de um formulário estruturado (via Google forms) para levantamento da percepção dos mesmos sobre sua representatividade no movimento estudantil. Esta pesquisa foi direcionada aos estudantes do Programa de Vagas Suplementares para Estudantes Indígenas do Campus Pampulha da UFMG. **Resultados:** Em relação ao primeiro objetivo, verificou-se que os estudantes indígenas do programa tem participação direta apenas no Colegiado Especial de Vagas Suplementares. A entrevista teve uma grande adesão, onde 31 dos 39 estudantes que compõem o Programa participaram. De acordo com o resultado, 90% dos estudantes se reconhecem como parte do coletivo indígena da UFMG e, embora 71% deles acreditam que este Coletivo tenha grande importância para a universidade e suas políticas, 84% dos estudantes não estão em nenhum Centro ou diretório acadêmico. A maioria dos estudantes indígenas (68%) tem intenção de participar, e ainda, disseram que um ambiente acolhedor seria a melhor estratégia para contribuir com a entrada dos mesmos nos órgãos de representação. **Considerações Finais:** É notória a participação dos estudantes indígenas em coletivos, e ainda, que os mesmos acreditem na importância da atuação desses coletivos frente à contribuição para a permanência do indígena na universidade e na luta pelos seus direitos. No entanto, os estudantes não têm ocupado esses espaços de representatividade

⁹⁴ Acadêmica de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Povo Pankararu. E-mail: anikualo@gmail.com. Belo Horizonte MG.

⁹⁵ Professora do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora não indígena. E-mail: andreacarvalho@ufmg.br. Belo Horizonte - MG.

junto à universidade ou ao movimento estudantil. É importante que a instituição reconheça o seu papel e contribua para a promoção do indígena dentro da construção das políticas dentro da universidade.

Palavras-chave: Educação Superior. Coletivo indígena. Direito. Movimento indígena.

Os indígenas contra o etnocentrismo: a construção do preconceito contra povos originários no Brasil e seus reflexos coloniais na atualidade

Luciana Beatriz de Araújo Colombo⁹⁶
Francine Rocha⁹⁷
Ana Carolina Lopes Venâncio⁹⁸
Ricardo Prestes Pazello⁹⁹

Introdução: Esta comunicação apresenta, no eixo de Justiça e Direitos Sociais, trabalho que investigou a vivência de profissionais indígenas analisando trajetórias destes no âmbito do trabalho e da pós-graduação e os preconceitos enfrentados por eles posteriormente à conclusão de seus cursos de graduação numa universidade pública brasileira. Discute diferenças culturais entre os povos indígenas e sociedade dos brancos e o impacto da colonização na construção social da exclusão indígena. Apresenta os conceitos de etnocentrismo e racismo e as políticas afirmativas de acesso indígena ao Ensino Superior público e dados concernentes aos modos como o preconceito tem sido reatualizado na contemporaneidade. **Objetivo:** Apresentar e problematizar o acesso a garantias normatizadas e específicas previstas para o componente indígena da população brasileira no exercício laboral e educacional pós-formação universitária e diante da resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no âmbito criminal. **Metodologia:** Trata-se de uma pesquisa de desenho qualitativo. O método utilizado foi preponderantemente a revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas. Destaca-se a autoetnografia da pesquisadora enquanto indígena acadêmica (na época) da graduação em Direito da UFPR. O grupo de entrevistados foi constituído por meio da amostragem por conveniência, com assinatura de termo de aceite. **Resultados:** Nos resultados analisados de entrevistas que evidenciam o sofrimento decorrente de pré-julgamentos de outros profissionais, sob os pressupostos da Psicologia Histórico Cultural. **Conclusão:** Diante de ameaças contra os direitos normatizados dos povos indígenas, acredita-se que

⁹⁶ Acadêmica de Mestrado em Direito da Universidade de Brasília (UnB). Povo Terena. E-mail: lbeatriz7@gmail.com. Brasília - DF.

⁹⁷ Diretora técnica do Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora não indígena. E-mail: rocha.francine@gmail.com. Curitiba - PR.

⁹⁸ Pedagoga pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Especialização em Educação Especial, doutora na área de Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), na linha de pesquisa de Cognição, Aprendizagem e Desenvolvimento Humano. Pesquisadora não indígena. E-mail: anavenancio2704@gmail.com. Curitiba - PR.

⁹⁹ Docente titular da Graduação do Departamento de Direito Público na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador não indígena. E-mail: ricardo2p@yahoo.com.br. Curitiba - PR.

o trabalho se justifica academicamente por ser um tema pouco discutido no campo do Direito e da Psicologia e, socialmente, por procurar proteger os direitos dos povos indígenas.

Palavras-chave: Etnocentrismo. Políticas afirmativas. Preconceito. Povos indígenas. Direitos indígenas.

Relato de experiência: práticas da discente indígena vivenciadas no PIBID da Matemática em escolas de Santarém (PA)

Jociane de Vasconcelos Farias¹⁰⁰

Marcos Gervânio de Azevedo Melo¹⁰¹

Introdução: Em outubro de 2020 iniciou-se mais uma edição do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), do curso de Licenciatura Integrada em Matemática e Física; o mesmo possibilita proporcionar para os alunos de licenciatura uma experiência com os alunos da rede básica, oportunizando formar professores qualificados que possam atuar na melhoria do ensino na educação básica. Sobre isso, em decorrência do cenário pandêmico, as atividades do projeto, nas escolas e na universidade, aconteceram principalmente de forma remota. **Objetivo:** Assim, este trabalho tem como objetivo relatar experiências vivenciadas por uma discente indígena durante a participação no PIBID e, também, socializar, por um olhar de estudante indígena participante desse projeto, quais contribuições para a sua formação docente o programa proporcionou. **Metodologia:** O projeto foi desenvolvido em três escolas públicas localizadas na zona urbana do município de Santarém no estado do Pará. As atividades ocorreram durante dezoito meses, divididas em dois grupos, o da Matemática, onde atuou a discente indígena, e outro de Física, mas a elaboração das atividades foi feita de forma conjunta. **Resultados:** No início, foram realizadas atividades internas, ou seja, voltadas para os próprios discentes bolsistas como, leituras, palestras, debates sobre a Base Comum Curricular e Novo Ensino Médio, Alfabetização Científica, Ensino Remoto Emergencial e demais atividades. Posteriormente, foram desenvolvidas atividades nas escolas, com as turmas de Ensino Médio, orientadas pelos professores supervisores do projeto, tais como: elaboração de planos de aula, materiais didáticos, aulas ministradas e gravadas relacionadas aos conteúdos conforme o currículo escolar, acompanhamento das aulas dos supervisores, oficinas sobre Enem, Geogebra, de conteúdo que os alunos apresentavam mais dificuldades. Vale ressaltar que durante o ensino remoto, alguns alunos recebiam apenas os materiais impressos por falta de acesso à internet ou smartphone. Além disso, foi realizado o evento “Semana da Matemática e Física”, organizado totalmente pelos integrantes do PIBID, cujas atividades foram executadas de forma remota/virtual, por meio das plataformas digitais: Google Meet, Google Forms, WhatsApp e Youtube. **Considerações Finais:** A experiência proporcionou coisas novas para a estudante indígena, que vem de uma realidade

¹⁰⁰ Acadêmica de Licenciatura Integrada em Matemática e Física da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Povo Jarakí. E-mail: jocianavasconcelosfarias@gmail.com. Santarém - PA.

¹⁰¹ Professor adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); coordenador de área do PIBID da Matemática no período: 2020-2022. Pesquisador não indígena. E-mail: marcosgervanio@gmail.com,

completamente diferente, pois a participação no PIBID possibilitou o contato com conhecimentos científicos conceituais, procedimentais e atitudinais; possibilitou perceber o quanto o aluno indígena necessita de políticas públicas específicas para melhoria das escolas indígenas, ribeirinhas, quilombolas. Por fim, as atividades desenvolvidas no PIBID proporcionaram um olhar diferenciado para a educação, pensando em que tipo de educador queremos nos tornar e que educandos queremos formar.

Palavras-chave: PIBID. Discente indígena. Formação docente. Educação.

Diálogo com estudantes indígenas evadidos da UFPR: abandonaram ou foram abandonados?

Aline Louisy Goulart Portella¹⁰²

Rafael Mauricio Castanho¹⁰³

Introdução: As políticas afirmativas destinadas a promover o acesso dos estudantes indígenas aos cursos superiores da Universidade Federal do Paraná (UFPR), têm conseguido aumentar significativamente a quantidade de estudantes indígenas que atualmente ingressam nessa instituição. No entanto, ainda é um desafio assegurar as condições adequadas para a permanência, aprendizagem e conclusão, o que têm se refletido nos altos índices de evasão ou abandono de curso por parte desses estudantes. Tendo isso em vista, é necessário compreender os motivos que têm levado esses estudantes a abandonarem seus cursos, mas também refletir sobre o papel da Universidade em promover ações de suporte. O que nos leva a problematizar: esses estudantes têm abandonado seus cursos, ou têm sido abandonados pela instituição? **Objetivos:** O objetivo geral desta pesquisa é compreender os principais motivos que podem levar os estudantes indígenas da UFPR a abandonarem seus cursos superiores. Para isso, elencamos os seguintes objetivos específicos: investigar as principais dificuldades enfrentadas por estudantes indígenas evadidos de cursos superiores da UFPR; comparar os motivos do abandono apontados por estudantes indígenas de diferentes cursos; e refletir sobre como a Psicologia pode contribuir para a permanência dos estudantes indígenas na universidade. **Metodologia:** Entrevistas semiestruturadas e questionários a serem respondidos por estudantes indígenas evadidos da UFPR; levantamento e sistematização das respostas dos participantes da pesquisa, buscando os fatores mais frequentes que têm levado os estudantes a abandonarem seus cursos. **Resultados:** A presente pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento. Os resultados esperados são: verificar os principais motivos e fatores que têm levado ao abandono do curso e em que medida esses estudantes têm se sentido abandonados, no que diz respeito à omissão ou falta de apoio da Universidade. **Considerações Finais:** espera-se, ainda, ressaltar a importância das ações institucionais, em especial do papel da Psicologia para o sucesso das políticas afirmativas voltadas aos estudantes indígenas, garantindo não apenas o acesso, mas a permanência, a aprendizagem e a conclusão do curso.

Palavras-chave: Estudantes Indígenas. Educação Superior. Evasão. Abandono. Permanência.

¹⁰² Acadêmica de Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Povo Guarani Nhandewa. E-mail: lousy.aline@gmail.com. Curitiba - PR.

¹⁰³ Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisador não indígena. E-mail: rafaelmauriciocastanho@gmail.com. Curitiba - PR.

Mediação: diferenças em conflito – um projeto de letramento acadêmico que indianiza o Ensino Superior

Thaísa Kauany Goulart Portella¹⁰⁴

Ayla Krig Si Wollinger Fernnades¹⁰⁵

Dra. Francine Rocha¹⁰⁶

Dra. Norma da Luz Ferrarini¹⁰⁷

Introdução: O presente projeto de pesquisa-intervenção do tipo participante é um desdobramento da tese “Práticas desenvolvidas na UFPR (Universidade Federal do Paraná) em relação aos universitários indígenas: entre a igualdade e a equidade” da Dra. Francine Rocha, que inspirou a formulação dos projetos de pesquisa-participante em pauta vinculados à Superintendência de Inclusão, Políticas Afirmativas e Diversidade (SIPAD) e à Fundação Araucária pelos Editais do Programa Institucional de Apoio à Inclusão Social, Pesquisa e Extensão Universitária (PIBIS): “Mediando a inclusão étnica e racial na UFPR” (2018-2019) e “MediAÇÃO: diferenças em conflito – interações étnico-raciais” (2019-2020, 2020-2021, 2021-2022). Tais projetos contemplaram, como bolsistas, o componente indígena das políticas de inclusão à UFPR em 2018 e incluíram pretos e migrantes/refugiados ao grupo de indígenas em 2019. Em 2020, 2021, voltou a focar exclusivamente aos indígenas, os quais cursaram (três se graduaram) ou cursam: Arquitetura, Biomedicina, Direito, Educação Física, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia e Psicologia, dos campi Curitiba e Toledo (remotamente). **Objetivos:** A ênfase do grupo, por decisão coletiva, tem sido a produção e a publicização de pesquisas produzidas pelos estudantes. Cumpre ressaltar que alguns trabalhos completos e resumos foram publicados no ano que ora finda e alguns foram apresentados em eventos nacionais e internacionais (remotos), sempre tendo os estudantes como autores principais ou coautores e sempre tendo pelo menos um dos alunos como palestrantes juntamente com os coordenadores nas ocasiões em que o tema se referisse a qualquer aspecto atinente ao projeto. Dessa forma, cinco dos sete bolsistas e uma das duas voluntárias, além de uma ex-bolsista graduada, participaram de grandes eventos em 2021 e 2022. **Metodologia:** Integralização dos estudantes indígenas no Ensino Superior através da constituição de projetos de pesquisas científicas. Um dos impactos evidentes do projeto

¹⁰⁴ Acadêmica de Medicina da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Povo Guarani Nhandeva. E-mail: tkauany1998@gmail.com. Curitiba – PR.

¹⁰⁵ Acadêmica de Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Povo Kaingang. E-mail: aylawollinger@gmail.com. Curitiba – PR.


¹⁰⁶ Diretora técnica do Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora não indígena. E-mail: rocha.francine@gmail.com. Curitiba – PR.

¹⁰⁷ Docente titular da Graduação e da Pós-graduação em Psicologia na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora não indígena. E-mail: normadaluzf@gmail.com. Curitiba – PR.

tem sido o fomento da institucionalização de reflexões e ações de ensino, pesquisa e extensão voltados ao componente indígena das políticas afirmativas ao Ensino Superior.

Resultados: Os resultados evidentes do projeto remetem à interculturalidade e apoio mútuo entre os próprios estudantes indígenas, que pertencem a diferentes etnias das cinco regiões geográficas brasileiras, principalmente no que tange às dificuldades da inclusão indígena no Ensino Superior, além da interculturalidade com os não-indígenas envolvidos: pesquisadores técnicos, docentes e estudantes de pós-graduação e de graduação. **Conclusão:** cumprindo a meta do PIBIS de capacitar os estudantes para pesquisa de temáticas atinentes às questões étnico-raciais e para divulgação científica, pretende-se expandir a participação dos integrantes do projeto em eventos acadêmicos e publicar um livro.

Palavras-chave: Indígenas. Ensino Superior. Letramento.



Área temática 2: Mídias digitais, comunicação e resistência indígena

Encontro de saberes no formato virtual: do possível ao inovador

Vanessa Carneiro Borges¹
Larissa Campagna Martini²
Willian Fernandes Luna³
Amanda Vitoria da Silva⁴

Introdução: O grupo PET/Conexões de Saberes - Indígena: Ações em Saúde foi criado em dezembro de 2010, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com o objetivo de construir caminhos de diálogos entre a academia e os saberes dos estudantes indígenas e seus povos. Em 2020, no contexto da situação pandêmica de COVID-19, as atividades presenciais na UFSCar foram suspensas, demandando uma nova organização do grupo. Uma das atividades planejadas e realizadas pelo grupo no formato virtual foram os Encontros de Saberes Indígenas, quando foram convidados importantes lideranças e intelectuais indígenas para dialogar com os participantes do grupo aberto a quaisquer interessados. **Objetivos:** Proporcionar encontros com lideranças e intelectuais indígenas para ampliar a discussão a respeito dos conhecimentos indígenas e vivências na contemporaneidade. Neste relato são descritas as atividades realizadas no ano de 2021. **Resultados:** Devido à pandemia de COVID-19, todas as atividades foram realizadas de forma virtual, por meio de lives, utilizando-se a Plataforma Stream Yard e transmitidas pela Página do PET, no Facebook. Foram realizados 4 encontros de saberes, com discussões sobre saberes tradicionais, movimentos sociais, experiências e vivências na universidade e, também, com relatos de experiências sobre o enfrentamento da COVID-19. O primeiro encontro de saberes foi realizado em 07 de abril, com o tema “Presença indígena na universidade e organizações indígenas”, com total de 3058 pessoas presentes na live. O segundo ocorreu no dia 26 de abril, com o tema “Conhecimentos indígenas na universidade”, e contou com a presença de 2341 pessoas durante a transmissão. O terceiro encontro foi realizado no dia 28 de maio e abordou o tema “Racismo indígena”, com presença de 3221 pessoas acompanhando a live. Por fim, o quarto encontro de saberes foi o “Mulheres indígenas convidam mulheres indígenas”, realizado no dia 23 de novembro, com o tema “O protagonismo feminino na luta pelos direitos dos povos indígenas”, alcançando 681 pessoas durante a transmissão. Todas as lives iniciaram por volta das 19 horas (horário de Brasília) e foram mediadas por mulheres indígenas, abertas ao público em geral, que tiveram a oportunidade de interagir através de perguntas

¹ Acadêmica de Terapia Ocupacional pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Povo Tukano. E-mail: vanessaborges@estudante.ufscar.br. São Carlos - SP.

² Terapeuta Ocupacional. Docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Pesquisadora não indígena. E-mail: larissacmb@ufscar.br. São Carlos - SP;

³ Médico de Família e Comunidade, docente do curso de Medicina, tutor do PET Indígena Ações em Saúde, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Pesquisador não indígena. E-mail: willianluna@ufscar.br. São Carlos - SP;

⁴ Acadêmica em Gerontologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Povo Pankará. E-mail: amandavitoria@estudante.ufscar.br, São Carlos - SP.

direcionadas aos convidados. Os quatro encontros foram mediados pelos integrantes do PET Indígena Ações em Saúde coordenadores da atividade, seguindo um critério de rodízio para que todos pudessem participar como protagonistas das lives. **Considerações Finais:** Diante da pandemia e das recomendações de distanciamento social, a realização de encontros virtuais foi uma estratégia potente para favorecer encontros, mesmo que virtuais, e manter o compromisso do PET de ampliar a discussão sobre a saúde dos povos indígenas. É possível avaliar a ação de forma positiva, já que foi possível proporcionar um alcance maior ao público, através da realização das lives com lideranças indígenas. Assim, percebe-se que a partir da limitação imposta pela pandemia, o grupo reinventou-se e pôde alcançar um público jamais esperado em eventos presenciais, sendo inovador. Portanto, após o retorno das atividades presenciais, será avaliado o formato dessa atividade e, inclusive, a possibilidade de manutenção no formato virtual.

Palavras-chave: Saberes indígenas. Povos indígenas. Direitos indígenas. Ensino Superior. COVID-19.

Produção audiovisual como estratégia para quebra de estereótipos indígenas na saúde indígena: os vídeos do “Você Sabia?”

Pedro Manoel da Silva Santos⁵

Gabriele Helena de Oliveira⁶

Amanda Vitória da Silva⁷

Joelson Antonio de Jesus⁸

Willian Fernandes Luna⁹

Introdução: A partir do período de distanciamento social imposto pela pandemia de COVID-19, o grupo PET Indígena Ações em Saúde da UFSCar buscou se reinventar e construir propostas de atividades que pudessem estar condizentes com a proposta do grupo, de trabalhar com aspectos da saúde e dos conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, e com as limitações impostas pelas questões da saúde. Assim surgiu a proposta de produzir pequenas produções de audiovisual e publicá-las no canal do YouTube e redes sociais, abordando temáticas sobre a diversidade de costumes e crenças tradicionais dos povos indígenas no Brasil. O nome da série foi escolhido como “Você Sabia?”, sendo o primeiro vídeo gravado e publicado em 2021. Objetivos: Relatar a experiência da construção do primeiro vídeo da série “Você Sabia?”, pelo membros do PET Indígena Ações em Saúde UFSCar. Metodologia: A primeira temática que o grupo escolheu para ser abordada foram os cuidados que os povos indígenas realizam com o período menstrual da mulher indígena. Para isso, foi discutido em grupo e construído um pequeno roteiro para o vídeo. Buscou-se entrevistar mulheres com experiências variadas: de várias faixas etárias, de vários povos, com ou sem filhos. Pensou-se em uma questão disparadora geral, que foi sobre a realização ou o conhecimento sobre cuidados tradicionais com a mulher no período menstrual. A partir dessa pergunta principal, eram realizadas outras perguntas para melhor compreensão da narrativa. As entrevistas foram realizadas por seis petianos, de diferentes etnias e cursos, com cinco mulheres indígenas, dos povos: Atikum, Tukano, Tupinikim e Xukuru do Ororubá. O material foi editado, inclusive com a inclusão de legenda quando a fala não foi em português, dando origem ao vídeo: “Você sabia que as mulheres indígenas do Brasil têm cuidados tradicionais com o período

⁵ Graduando em Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Pankararu. E-mail: pedromanoelpg@gmail.com. São Carlos-SP.

⁶ Graduanda em Gerontologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Pankararu. E-mail: gabrielegeronto017@gmail.com. São Carlos - SP.

⁷ Graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Pankará. E-mail: amandavitoria@estudante.ufscar.br. São Carlos - SP.

⁸ Estudante de Graduação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Pankararu. E-mail: joelsonantonio@estudante.ufscar.br. São Carlos - SP.

⁹ Professor na área de Saúde da Família e Comunidade no Departamento de Medicina e no Programa de Pós-Graduação em Gestão da Clínica, da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisador não indígena. E-mail: willianluna@ufscar.br. São Carlos - SP.

menstrual?”. O vídeo foi publicado no canal do YouTube do PET e divulgado nas redes sociais. Considerações Finais: Trazer as diferentes realidades dos costumes e tradições dos indígenas do Brasil, por meio de vídeos, buscou desmistificar a imagem do indígena romantizado e genérico, evidenciando a diversidade. O vídeo foi pensado e elaborado entre os petianos, sendo a escolha do tema realizada devido ao desconhecimento de parte da população, havendo maior necessidade de discuti-lo. Assim, tão importante quando o produto final, foi o processo de construção, de compartilhamento e de elaboração das entrevistas, possibilitando que o grupo aprendesse sobre o tema e pudesse pensar formas de quebrar estereótipos e estigmas a que estão expostos os povos indígenas no Brasil. Para 2022, um novo vídeo está em processo de elaboração.

Palavras-chave: Povos indígenas. Cultura e tradição. Saúde indígena.

PODIndí: a construção de um podcast sobre a saúde dos povos indígenas

Gabriele Helena de Oliveira¹⁰
Pedro Manoel da Silva Santos¹¹
Wesley Junio de Jesus Silva¹²
Willian Fernandes Luna¹³

Introdução: Durante o período da pandemia, os membros do Programa Educação Tutorial (PET) Indígena Ações em Saúde da UFSCar buscaram uma forma para divulgar aspectos sobre a saúde dos povos indígenas, tanto para as pessoas da universidade, como para as pessoas das próprias comunidades indígenas. Assim, surgiu a iniciativa de fazer um PodCast em 2021, o PODIndí, sendo escolhida a aldeia Brejo dos Padres, do Povo Pankararu, já que dois dos membros estavam na aldeia neste período de distanciamento social e de atividades remotas na universidade. **Objetivo:** relatar a experiência de construção do PODIndí pelo grupo PET Indígena Ações em Saúde durante a pandemia de COVID-19. **Metodologia:** O grupo definiu duas temáticas de interesse: as vivências de parteiras e a saúde do homem. Para a construção dos episódios, o grupo estudou sobre duas temáticas e buscou identificar pessoas da aldeia com quem pudessem conversar a respeito. Os dois membros do PET que estavam na aldeia realizaram as entrevistas e gravações, sendo o material editado e publicado com duração de cerca de 15min. Os dois episódios são: Partos Tradicionais do Povo Pankararu e Saúde do Homem Indígena Pankararu. Eles estão disponíveis no Anchover, no Spotify e no link de acesso nas páginas do Instagram e Facebook do PET Saúde indígena Ações em Saúde UFSCar. O Podcast atingiu um número considerável de ouvintes e teve uma grande repercussão nas redes sociais e na comunidade indígena Pankararu. **Considerações Finais:** Em meio à pandemia, a criação do Podcast manteve a voz ativa dos estudantes e de suas comunidades, fortalecendo vínculos sociais e tradicionais. Proporcionou uma troca de experiência entre gerações, trazendo realidades e pontos de vista diferentes, no qual os envolvidos na atividade não só adquiriram conhecimento, como também se divertiram ao produzir e editar os episódios. Assim, criar este espaço de voz e visibilidade nos mostra que somos multiplicadores de nossas histórias, e que dessa maneira podemos manter as

¹⁰ Acadêmica de Gerontologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Pankararu. E-mail: gabrielegeronto017@gmail.com. São Carlos-SP.

¹¹ Acadêmico de Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Pankararu. E-mail: pmssantos@estudante.ufscar.br. São Carlos-SP.

¹² Bacharel em Biblioteconomia e Ciência da Informação - Ciência e Sociedade - Cultura e Discurso, pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Pankararu. E-mail: wesleyjesus@estudante.ufscar.br. São Carlos -SP.

¹³ Médico de Família e Comunidade. Docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), tutor do PET Indígena Ações em Saúde. Pesquisador não indígena. E-mail: willianluna@ufscar.br. São Carlos - SP.

nossas memórias vivas. Essa foi uma atividade realizada em 2021 e está tendo continuidade neste ano de 2022, com episódios em período de planejamento, buscando abordar outros temas e outros povos indígenas.

Palavras-chave: Saúde Indígena. Povos indígenas. PodCast.

Políticas linguísticas por meio dos processos de formação das novas palavras do povo Apyãwa

Waraxowo'i Mauricio Tapirapé¹⁴

Neste trabalho eu pretendo apresentar o resultado dos processos de formação de novas palavras na língua materna do povo Apyãwa, que vive no município de Confresa, no extremo nordeste do estado de Mato Grosso, com o objetivo de fortalecer o uso de nossa língua na oralidade e nas escritas. Outro objetivo é analisar criticamente as situações de uso de algumas palavras da língua portuguesa, os quais ocupam os espaços da língua materna nas falas do dia a dia das pessoas na comunidade. E por meio do desenvolvimento sustentável da nossa política linguística dentro da aldeia, junto com a comunidade, nós como o povo Apyãwa/Tapirapé, sempre buscamos um meio de ensino para lutar pela qualidade da educação. Os métodos que utilizamos nas oficinas, ou nos seminários, são: discutir as criações de novas palavras entre os professores, socializar a criação de novas palavras com a comunidade; ensinar os conhecimentos na sala de aula, avaliar a situação de uso da língua em relação aos processos de formação de novas palavras, observar; pesquisar, incentivar o uso das novas palavras; contribuir e compartilhar a responsabilidade de trabalhar o uso da nossa língua materna na escola e na comunidade. Como resultados, esperamos envolver todo o povo Apyãwa nas atividades, defendendo a vida da nossa língua, pois essa política linguística foi aceita pela comunidade Apyãwa com muito sucesso na oralidade e na escrita para fortalecer o uso da nossa língua materna, evitando o uso da língua portuguesa na comunidade.

Palavras-chave: Processo de formação de palavras Apyãwa. Política linguística. Fortalecimentos de uso das novas palavras Apyãwa.

¹⁴ Mestrando do Programa de Pós Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Ensino e Contexto Indígena Intercultural na Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT). Povo Tapirapé. E-mail: mauriciotapirape2016@gmail.com

INFORMASUS: Vivências indígenas para além da saúde na pandemia

Guanilce Falcão Soares¹⁵
Rosania Ferreira de Lima¹⁶
Larissa Campagna Martini¹⁷
Willian Fernandes Luna¹⁸

Introdução: Será apresentado o relato de uma experiência vinculada às ações do projeto InformaSUS - UFSCar, em parceria com o grupo PET Conexões Ações em Saúde para produção de informações de qualidade, com acesso aberto à população em geral, abordando temas relacionados à saúde indígena. O InformaSUS Saúde Indígena foi formado por estudantes indígenas da UFSCar e por professores da mesma universidade.

Objetivos: Contribuir com pesquisas, por meio da organização, checagem e produção de conteúdo, para divulgação em meios de comunicação como internet e mídias sociais, com o intuito de qualificar as informações sobre a situação de saúde dos povos indígenas.

Metodologia: Foram realizados encontros síncronos para ampliar a discussão dos temas e definir o cronograma de produção dos conteúdos. Ao todo, foram produzidos onze materiais, com temáticas variadas, no ano de 2021 e 2022.

Resultados: Tivemos a oportunidade de compartilhar informações sobre os desafios dos povos indígenas para o enfrentamento da pandemia, possibilitando maior conhecimento acerca dos movimentos, lutas e conhecimentos tradicionais dos povos indígenas. A primeira publicação abordou a experiência do evento Rodas de Conversas sobre Saúde Indígena. A segunda abordou o racismo contra povos indígenas. Em seguida foi publicado um texto contando a experiência de indígenas na pós-graduação. Na quarta publicação, o grupo contou sobre a atuação de uma técnica de enfermagem do povo Baré. Na quinta publicação, o grupo homenageou Davi Kopenawa, que foi eleito para integrar a Academia Brasileira de Ciências e, na sequência, foi a vez de homenagear Joenia Wapichana pelo prêmio Mulheres na Política. A sétima publicação abordou o tema da diversidade, com o intuito de compartilhar uma atividade realizada na universidade: um curso com a temática Introdução à saúde dos povos indígenas. A oitava publicação trouxe o tema abordou a experiência de estudantes que fizeram parte do movimento Acampamento Luta Pela Vida. O texto seguinte teve como título Vozes indígenas marcam a COP 26 em Glasgow. O preconceito contra indígenas foi abordado na décima publicação e, por fim, foi publicado um texto sobre a participação dos estudantes no Fórum de Educação Superior em

¹⁵ Acadêmica de Educação Física pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Tariano. E-mail: guanilce@estudante.ufscar.br. São Carlos-SP.

¹⁶ Acadêmica de Pedagogia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Tariano. E-mail: rosaniafl@estudante.ufscar.br. São Carlos-SP.

¹⁷ Terapeuta ocupacional. Docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora não indígena. E-mail: larissacmb@ufscar.br. São carlos - SP.

¹⁸ Médico de Família e Comunidade. Docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), tutor do PET Indígena Ações em Saúde. Pesquisador não indígena. E-mail: willianluna@ufscar.br. São Carlos - SP.

Brasília. **Considerações finais:** Esse trabalho nos trouxe muitos aprendizados. A parceria com os docentes, discentes e a universidade nos trouxe a oportunidade de trocar experiências e conhecimentos tradicionais, nossa realidade e o nosso modo de viver que carregamos há muito tempo e que, ainda hoje, causa impacto na sociedade. Indígenas e não indígenas tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre as realidades dos diversos povos. A luta dos povos indígenas fortalece e encoraja a vida acadêmica para continuarmos unidos com os demais povos indígenas do nosso país. Essas ações mostraram-se necessárias, em especial no atual. Foi possível mostrar a realidade dos povos indígenas através dos movimentos realizados pelas lideranças, buscando apoio através das mídias sociais e demais canais de comunicação, agregando à saúde outras questões importantes como a luta por direitos, por demarcação de terras, por educação e por nossa existência. A luta pelo reconhecimento e direitos dos povos indígenas ainda continua, pois, vidas indígenas importam.

Palavras-chave: Saúde indígena. Comunicação social. Educação indígena. Saberes indígenas.

Comunicação indígena e educação em saúde no contexto da COVID-19: estratégias de luta

Fetxawewe Tapuya Guajajara Verissimo¹⁹

Introdução: O avanço das tecnologias de informação (TICs) nos últimos trinta anos, especialmente impulsionadas pelo surgimento da internet, mudou completamente as formas de comunicação e interação em todo o mundo e em todos os povos (CASTELLS, 2003). Em relação aos povos indígenas, isto também repercutiu nas nossas comunidades e motivou grandes debates acerca dos pontos positivos e negativos das novas formas de comunicação, especialmente as redes sociais, sobretudo em relação à preservação da nossa cultura, saberes e modos de vida. **Objetivos:** mapear as produções em comunicação e educação em saúde realizadas pelo Movimento Indígena no contexto da COVID-19, afim de conhecer o conteúdo, linguagens e demandas abordadas. Este estudo pode contribuir para orientar as ações do Movimento Indígena, para valorizar os nossos saberes e também para nortear as políticas de saúde indígena. Metodologia: Esta pesquisa incorpora a perspectiva decolonial (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2007) e a necessidade de valorizar outros modos de produção de saberes ancorados na cosmovisão indígena e nas tradições da oralidade, memória e histórias de vida. Foi adotado método misto, de abordagem qualitativa, composto por uma etapa autobiográfica (Abrahão, 2003) e uma fase documental (Kripka et al, 2015). A etapa autobiográfica tem como objetivo discutir os significados e a importância da comunicação indígena no contexto da COVID-19, por meio de narrativa autobiográfica do autor, indígena pertencente ao Povo Fulni-ô/Guajajara. A fase documental buscou mapear as produções em comunicação e educação em saúde realizadas pelo Movimento Indígena no contexto da COVID-19, a partir das fontes de dados: Instagram, Facebook, Youtube, sites de organizações indígenas e indigenistas, tais como: CIMI, APIB, COIAB, APOINME. Os dados foram tratados com base em instrumento adaptado de Cellard (2008) e análise de conteúdo. **Resultados:** As produções identificadas nesta pesquisa utilizaram massivamente as plataformas do Youtube, Facebook, Instagram e Spotify. Dentre a totalidade, 38,8% (14) configuraram vídeos/lives, 22,2% (8) posts, 13,8% (5) podcasts, 5,5% (2) cartilhas, 5,5% (2) relatórios, 5,5% (2) notícias, 2,7% (1) revista acadêmica, 2,7% (1) artigo publicado em site e 2,7% (1) linguagens mistas. Quanto ao conteúdo, os principais temas foram: a) formas de enfrentamento e combate à COVID-19, importância da vacinação; b) orientações ao combate à COVID-19; c) estratégias de bloqueios sanitários e medidas de vigilância; d) combate à violência contra as mulheres indígenas durante o período pandêmico; e) denúncias relacionadas ao descaso do governo; f) ataques institucionais; g) combate às

¹⁹ Acadêmico de Ciências Sociais com habilitação de Licenciatura em Sociologia da Universidade de Brasília (UnB). Povo Guajajara. E-mail: fetxaverii@gmail.com. Brasília - DF.

Fake News. As demandas incluíram: luta pelo direito à saúde e demarcação de terras, luta contra os garimpeiros e invasões de terras indígenas, ataques políticos e retrocessos nas políticas públicas ligadas aos direitos indígenas. **Conclusão:** A comunicação indígena vai muito além do que percebemos ou sabemos sobre a própria comunicação, ela inclui outros meios, como por exemplo: as pinturas, os cantos e nossa espiritualidade, que serve como bases para todas as outras formas de comunicação. Nos últimos tempos a comunicação e as etnomídias têm cada vez uma maior relevância no contexto político-social, em especial no contexto das mobilizações indígenas. Estamos na linha de frente do combate às Fake News, descolonizando os pensamentos sobre as questões indígenas de forma didática e popular. Por outro lado, há clareza sobre a importância de mantermos as nossas formas tradicionais de comunicação. As produções de saberes e as nossas grandes lutas sempre se construíram ao redor das fogueiras e devemos preservá-las. O conjunto de todas estas linguagens compuseram os meios de comunicação capazes de contribuir para o combate à COVID-19 e mais uma vez “resistir para existir”.

Palavras-chave: Comunicação indígena. Educação em saúde. COVID-19. Direitos indígenas.

Projeto de documentação da língua Baniwa-Koripako: uma proposta de dicionário digital multimídia

Artur Garcia Gonçalves²⁰

Introdução: O presente trabalho tem como objetivo descrever os passos que foram desenvolvidos nas oficinas do projeto de documentação da Língua Baniwa-Koripako, intitulado Dicionário Digital Multimídia Enciclopédico Baniwa-Koripako com parceria da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), Museu do Índio e Funai (Fundação Nacional do Índio). **Objetivos:** fazer documentação da língua voltado para ensinar nas escolas e comunidades dos Baniwa e Koripako. Elaborar a produção de materiais didáticos na língua Baniwa-Koripako a partir diversos modalidade de ensino da língua materna com a participação das lideranças, alunos pais e professores Baniwa-Koripako. **Metodologia:** Foram realizadas duas oficinas que tinham como propósito discutir as etapas desenvolvidas na elaboração de material didático com foco no Dicionário Multimídia Baniwa-Koripako, coletar materiais linguísticos, imagens, gravações para a documentação, registro e análise da língua. Além disso, as oficinas auxiliaram no treinamento de programas linguísticos especializados em proposta de dicionários como o WeSay. Após a oficina, conseguimos realizar gravações que contribuíram no registro dos dados já coletados. A equipe também trabalhou na organização dos dados coletados na oficina juntos com pesquisadores indígenas, fazendo correções necessárias da língua Baniwa-Koripako e português. **Resultados:** Como resultado foram coletadas mais de 1000 palavras com seus exemplos de uso, definição, imagem e áudio. O dicionário ainda está em elaboração, uma vez que novas etapas necessitam ser revisadas. Contudo, em geral, a realização destas oficinas foi bastante proveitosa. Desse modo, esperamos que a elaboração do produto final do dicionário seja finalizada em breve, para que em seguida possa ser disponibilizado para as comunidades Baniwa-Koripako com intuito de ajudar a comunidade nos estudos de ensino/aprendizagem da sua língua materna, assim como ser mais um suporte de documentação da língua.

Palavras-chave: Documentação. Língua Baniwa-Koripako. Dicionário Digital Multimídia.

²⁰ Universidade de Brasília (UnB). Povo Baniwa. E-mail: baniwaartur@gmail.com

Universitários indígenas na web

Eli Éder Norato²¹

Marcos de Aguiar Primo²²

Arieli Gonsalves dos Santos Knop²³

Introdução: O presente trabalho é parte integrante do projeto de extensão “Universitários Indígenas na Web”, financiado pelo Programa Universidade sem Fronteiras (USF/SETI/PR), que se insere no âmbito das ações da Comissão Universidade para Índios (CUIA), responsável pela inclusão e permanência dos indígenas no Ensino Superior. O projeto contempla ações que buscam dar visibilidade à presença indígena na Universidade Estadual de Maringá (UEM), propondo a utilização de um site, que será criado em plataforma gratuita (como o Google Sites) e de redes sociais para que os estudantes indígenas, a partir de diversos gêneros discursivos multimodais, possam expressar suas histórias, suas memórias, suas angústias, suas lutas, sua arte e para que, também possam ser conhecidos no meio acadêmico. A equipe é formada por estudantes indígenas e não indígenas que se interessem pela temática, pois o desconhecimento, embora não seja o único causador, também gera preconceito. **Objetivos:** Envolver os alunos indígenas matriculados nos mais diversos cursos da UEM como autores e/ou como sujeitos principais nos diferentes textos/discursos veiculados pelo site e nas páginas das redes sociais apontadas. **Metodologia:** os universitários envolvidos estudarão os gêneros discursivos escolhidos para publicação no site e demais mídias sociais, refletindo sobre as condições sociais para sua produção, seu estilo, sua estrutura composicional e seus temas. Realizada essa etapa, passarão à etapa da produção e da publicação no site, sempre sob orientação dos professores orientadores. **Resultados esperados:** 1) Incentivar a produção e o aprendizado dos gêneros discursivos escolhidos para publicação no site, refletindo sobre as condições sociais para sua produção, seu estilo, sua estrutura composicional e seus temas. 2) Publicar textos e/ou expressões artísticas de diferentes gêneros discursivos, sejam eles orais ou escritos, de linguagem linguísticas ou não-linguísticas dos povos indígenas e sobre sua inserção nos espaços universitários, para divulgar a história, as culturas e as línguas indígenas Kaingang e Guarani, promovendo o fortalecimento das identidades dos povos indígenas do Paraná. **Conclusão ou Considerações Finais:** Como se trata de um projeto em fase inicial, ainda não há resultados a serem divulgados.

Palavras-chave: Universitários(as) indígenas. Mídias sociais. Visibilidade. Extensão universitária. Programa Universidade Sem Fronteiras.

²¹ Acadêmico do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), bolsista USF. Povo Guarani. E-mail: ra81264@uem.br. Maringá - PR.

²² Acadêmico do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Maringá (UEM), bolsista USF. Povo Guarani. E-mail: ra50686@uem.br. Maringá - PR.

²³ Graduada em Letras pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), bolsista USF. Povo Kaingang. E-mail: arieliknop204@gmail.com. Maringá - PR.

Etnomultimídia indígena: marcas históricas de uma demarcação etnocomunicacional cidadã e descolonizadora no Brasil

Raquel Gomes Carneiro²⁴

Alberto Efendy Maldonado²⁵

Em processo “caminhante”, a investigação aprofunda o conceito etnomultimídia indígena a partir de registros midiáticos entre as décadas de 1970 e 2020. Tratamos de um fazer político-comunicacional elaborado e veiculado exclusivamente por sujeitos comunicacionais indígenas que, com suas marcas e práticas identitárias, contribuem para a existência de uma autocomunicação crítica e cidadã no Brasil. Em suas matrizes culturais, a etnomultimídia indígena possui a forte constituição comunitária organizada e propositiva segundo lógicas próprias nos seus espaços cotidianos do ser e do estar. Objetivamos assim, apreender de redes e fluxos comunicacionais constituídos no passado para a compreensão do movimento etnomultimidiático indígena na contemporaneidade. A partir da perspectiva transmetodológica, trabalhamos processualidades e dimensões que acolhem e consideram as imbricações sociopolíticas, culturais, econômicas, tradicionais, históricas as quais sujeitos comunicacionais indígenas, entendidos como sujeitos multidimensionais, geram ambiências de encontros comunicacionais e interculturais. De modo sistemático, elaboramos dois “diários digitais”. Dentre os principais critérios de seleção, o “diário digital 1” objetiva colher indícios do aparecimento da voz do sujeito comunicacional indígena em boletins informativos e periódicos indígenas e indigenistas da Hemeroteca do Centro Virtual de Referência Indígena do portal Armazém da Memória. O “diário digital 2” trabalha sobre a clipagem de notícias referente à questão indígena no Brasil e América Latina, a partir do grupo de comunicadores indígenas e não indígenas da Rádio Yandê, na rede social WhatsApp. Cada informação ou notícia coletada em ambos os diários recebe uma palavra-chave, de acordo com a temática predominante abordada pela notícia ou informação. Somamos a esse movimento exploratório, a realização futura de entrevistas semiestruturadas com foco nas histórias de vida midiáticas de sujeitos comunicacionais indígenas que, com suas memórias, habilidades, vulnerabilidades e resistências, fortalecem a consolidação da etnomultimídia indígena no país. De modo preliminar, no “diário digital 1”, de 50 boletins informativos e periódicos produzidos de

²⁴ Mestre e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS. Linha de Pesquisa 3 - Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação. Membro do Grupo de Pesquisa PROCESSOCOM, integrante da Rede AMLAT. Pesquisadora não indígena. E-mail: raquel.gomes.carneiro@gmail.com. São Leopoldo - RS;

²⁵ Professor titular/pesquisador do PPGCC UNISINOS; coordenador do GP PROCESSOCOM e da Rede AMLAT. Autor de pesquisas de referência sobre problemáticas epistemológicas, metodológicas, teóricas e de processos comunicacionais na América Latina. Pesquisador não indígena. E-mail: efendymaldonado@gmail.com. São Leopoldo - RS

1972 a 2020, identificamos 5 produções indigenistas elaboradas por missionários e “índios” e que consideramos historicamente relevantes, e destacamos 10 produções etnomidiáticas produzidas por sujeitos comunicacionais indígenas. No “diário digital 2”, são mais de 790 notícias reunidas entre dezembro de 2020 a junho de 2021. Dentre as 66 palavras-chaves que encontramos, “exploração”, “territórios”, “demarcação”; “direitos indígenas”; “funai”, são as tônicas das pautas discutidas pelos meios desde a década de 1970 até os nossos dias. Assim sendo, consideramos que ao lutar pelo direito constitucional à expressão de sua própria voz, o sujeito comunicacional indígena quando compartilha de sua tradição e cosmovisão, quando denuncia o genocídio e epistemicídio de seus modos de vida ao veicular e produzir a informação, se evidencia a importância e a força da autocomunicação como agente transformador e descolonizador. A palavra indígena sempre (re)existiu de um tempo antes mesmo do tempo.

Palavras-chave: Etnomultimídia Indígena. Sujeito Comunicacional Indígena. Identidade Étnica. Cidadania Comunicativa. Descolonização.

Educomunicação Guarani: prática de troca entre a sabedoria originária e as novas mídias

Gilmar Tupa Re Sapy Chamorro²⁶

Laura Fortes²⁷

Mário Ramão Villalva²⁸

Introdução: Compartilhamos algumas reflexões acerca do Projeto de Extensão Universitária Educomunicação e Cultura Guarani (Educom Guarani), que em articulação com dois projetos de pesquisa: “Educomunicação: Língua-Cultura Guarani, Sustentabilidade e Teko Porã” e “Discurso, currículo e políticas de línguas: bilinguismo, multilinguismo, translanguagem”, todos desenvolvidos na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). O principal objetivo do projeto é possibilitar a apropriação das mídias, das suas técnicas e de uma leitura crítica a fim de visibilizar a cultura Guarani. Orientado pelos preceitos de Mário Kaplun e Paulo Freire, busca-se proporcionar o local de enunciação da cultura originária, tudo isso pelo que chamamos de ações educacionais. **Objetivos:** Relatar experiências e resultados de três anos de experiência da equipe composta por acadêmicos indígenas e não indígenas e vivenciadas nas comunidades Ava Guarani do estado do Paraná. **Metodologia:** Por meio de reflexões críticas da mídia e das redes sociais, e a criação de materiais alternativos por meio de oficinas de áudio, fotografia e audiovisual. **Resultados:** O principal resultado é a troca de saberes entre a equipe e a comunidade que recebe a oficina. O resultado prático está no site www.educomguarani.com/ que junto com as redes sociais: Facebook, Instagram e Youtube são veiculadas algumas dessas produções. Outro resultado importante que a visibilidade da sabedoria originária provoca é a sensibilidade nos juruas (não indígenas). Conquistando desta forma mais aliados para os povos originários. **Considerações finais:** Buscamos compartilhar ações e desdobramentos do Projeto de Extensão Educom Guarani, em articulação com temáticas desenvolvidas no âmbito de dois projetos pesquisa, enfocando as práticas educacionais, os processos discursivos e os repertórios da/na língua-cultura guarani enquanto possibilidades de espaços de trocas e práticas translingues empreendidas pelas comunidades. Assim, acreditamos que o projeto Educom Guarani configura mais um instrumento de política linguística voltada à valorização dessa língua-cultura que está presente no dia a dia das comunidades e das


²⁶ Graduando em Geografia, pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA); educador e influencer indígena nas redes sociais: @ biel_tupa. Povo Ava Guarani. E-mail: gtr.chamorro.2019@aluno.unila.edu.br - Foz de Iguçu-PR.

²⁷ Licenciada, mestre e doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) e professora de português e inglês da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Pesquisadora não indígena. E-mail: laura.fortes@unila.edu.br - Foz de Iguçu-PR.

²⁸ Licenciado em Língua e Cultura Guarani pelo Ateneo, Paraguai, mestre pela Universidade de São Paulo (USP), é professor de guarani da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Povo Ava Guarani. E-mail: mario.villalva@unila.edu.br - Foz de Iguçu-PR.

mídias nas quais estão inseridas. Essa reflexão se torna ainda mais significativa com o advento da publicação da Declaração de Los Pinos (UNESCO, 2020), resultante da reunião de encerramento do Ano Internacional das Línguas Indígenas (2019), que instituiu a “Década Internacional das Línguas Indígenas (2022-2032)”. O Princípio fundamental da Década é o lema “Nada para nós sem nós”, que reivindica justamente a efetiva participação dos povos indígenas nas tomadas de decisão que visem ao fortalecimento de suas identidades, comunidades, línguas-culturas e formas de viver.

Palavras-chave: Produção audiovisual. Mídia e educação. Aldeias do Paraná. Visibilidade.



Área temática 3:

Artes, literatura indígena e insubmissão

Artistas Puri contemporâneos em luta pelo fortalecimento da identidade indígena

Beatriz de Oliveira Fidelis¹
Andréa Siqueira Carvalho²

Introdução: O povo Puri é originário do que atualmente é considerado a Região Sudeste do Brasil e sua língua é pertencente ao tronco linguístico Macro-jê. Os territórios Puri analisados, por meio de uma percepção artístico-cultural no referido trabalho, correspondem aos lugares de origem e espaço vivido dos artistas entrevistados. **Objetivos:** O objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento acerca do contexto do Povo Puri, suas lutas e expressões artísticas contemporâneas, diretamente ligadas às suas vivências e territorialidades. **Metodologia:** O contexto territorial do Povo Puri foi levantado a partir de revisão bibliográfica. Para a análise e discussão da percepção do indígena Puri sobre a sua arte, principalmente levando em conta seus elementos de expressão e de insubordinação, na contemporaneidade, foram realizadas entrevistas com os artistas do Povo Puri. Além disso, foram mapeadas as atuais localidades desses expoentes e suas implicações na arte produzida. Por fim, as principais formas de expressão artísticas do povo Puri e seus expoentes foram levantadas, por meio de pesquisa em diversas plataformas e a partir de entrevistas estruturadas (via Google Forms). **Resultados:** As diversidades artísticas do povo Puri foram construídas na música, no artesanato, na dança, nas artes visuais e cênicas. As expressões artísticas das últimas décadas foram importantes para a manutenção cultural da etnogênese, o transitar entre territórios e entre muitas culturas têm contribuído para o fortalecimento da identidade indígena desse povo. Foram mapeados expoentes artísticos em contextos periféricos e rurais em todos os estados da região sudeste, embora estiveram mais concentrados em Minas Gerais. Dentre as expressões artísticas, o artesanato foi a principal, apresentando 11 expoentes. Seguida pela música com cinco expoentes. As artes cênicas foram as menos manifestadas, com apenas dois expoentes. **Considerações finais:** As expressões artísticas Puri refletem a importância da arte como ferramenta de fortalecimento e manutenção da identidade indígena do povo na contemporaneidade.

Palavras-chave: Etnogênese. Arte. Território.

¹ Acadêmica de Artes Cênicas da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Povo Puri. E-mail: beatrizdeoliveirafidelis@gmail.com. Belo Horizonte-MG.

² Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora não indígena. E-mail: andreasicarvalho@gmail.com. Belo Horizonte-MG.

Coleção Retomadas e traduções para línguas indígenas

Rosilene Gynprag Abreu³
Letícia Fraga⁴

Este trabalho é vinculado ao projeto de extensão “Saberes outros: Estudos e Ações Indígenas” e ao Coletivo de Estudos e Ações Indígenas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Paraná. O objetivo principal é tratar da “Coleção Retomadas”, uma de nossas ações, e da necessidade de tradução de textos para línguas indígenas. Como metodologia, para o trabalho com a literatura produzida por indígenas, organizamos um selo editorial chamado “Coleção Retomadas” em parceria com a UEPG para a publicação de escritores(as) indígenas brasileiros(as). Até o momento, temos uma obra publicada, duas obras diagramadas e outras seis obras em processo de construção. Uma das obras que está em processo de construção, e que trata da marcha das mulheres em Brasília em 2021, será traduzida para a língua Kaingang. Como resultados, entendemos que a “Coleção Retomadas” é fruto da coragem de romper estruturas e convenções que insistem em nos apartar do que somos como condição para sermos ouvidos. É um ato de insubmissão, em que nós, indígenas, nos desvencilhamos da condição passiva, limitada e muda de objeto de estudo em que somos descritos por aqueles que não partilham de nossos mundos, para mostrar que também somos sujeitos que contribuem para a construção de saberes. Para concluir, nesta perspectiva, esta coleção de livros é uma chamada de retomada, um movimento pela pluralidade de conhecimentos que só podem ser acessados por aqueles que se permitem ver além da generalização das identidades artificiais que nos impuseram.

Palavras-chave: Literatura Indígena. Saberes indígenas. Lei 11.645/2008.

³ Acadêmica de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Povo Kaingang. E-mail: rosilenegynpragabreu@gmail.com. Ponta Grossa – PR.

⁴ Professora do curso de Letras da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisadora não indígena. E-mail: leticiafraga@gmail.com. Ponta Grossa – PR.

Respeito, cuidado e proteção do território segundo a cosmologia Yanomami

Suliete Gervásio Monteiro⁵

Introdução: Apresento neste trabalho uma análise do pensamento cosmológico do povo Yanomami a partir do livro “A queda do Céu” narrado por Davi Kopenawa. **Objetivo:** O objetivo deste trabalho é apresentar o pensamento de Davi Kopenawa e a cosmovisão do povo Yanomami, destacando sua relação com a proteção, o respeito e o cuidado do território, ou seja, a terra, a natureza. **Metodologia:** Seguindo a proposta metodológica descolonial indígena de Linda T. Smith, proponho uma análise da obra “A queda do céu”, centrada na cosmovisão, no pensamento, na crítica e nas reivindicações do grande líder Yanomami Davi Kopenawa. **Resultados:** Davi Kopenawa além de líder é intelectual, e Pajé do seu povo. Ele aborda o território de acordo com a cosmologia do povo Yanomami. Trazendo para o diálogo a questão da espiritualidade que está relacionada com a Urihi (Urihi: quer dizer “terra-floresta”. Urihi designa a floresta e o solo, que também é chamado de ipa urihi. Ipa urihi significa “minha terra” e pode referir-se à região de nascimento ou à região de moradia atual do enunciador), que são, as florestas, o território. Para os Yanomami os xapiri são os protetores da floresta. A narrativa de Davi Kopenawa é importante porque apresenta uma abordagem a partir da vivência, dos conhecimentos repassados de geração a geração, mostra a relação e o respeito dos Yanomami com o território, sempre ponderando a importância dos xapiri para o povo Yanomami. Os povos indígenas, de modo geral, têm uma espiritualidade muito forte e a relação com a natureza é o elo fundamental para a proteção do território. **Considerações finais:** O povo Yanomami tem uma relação com a terra de cuidado, respeito e proteção, o processo de luta e resistência do povo sempre será pela proteção do seu território, urihi que é o bem material e espiritual sagrado. Para eles a floresta não existe sem razão, os xapiripë vivem nela, e Omama (demiurgo da mitologia Yanomami) quis que fossem protegidas pelo povo Yanomami. Os povos indígenas acreditam que a floresta, a natureza tem seu dono, ou seja, os xapiri, o jurupari, a curupira. Acreditamos na “espiritualidade” da floresta e a respeitamos. Os nossos anciões nos ensinam desde criança o respeito que devemos ter pela floresta, pelo nosso território. O cuidado e o respeito que os povos indígenas têm com a terra é além do material, é espiritual, é nossa Ciência.

Palavras-chave: Cosmovisão Yanomami. Território. Espiritualidade indígena.

⁵ Engenheira Florestal, Mestre em Direitos Humanos, Doutoranda em Direitos Humanos pela Universidade de Brasília (UnB). Povo Baré. E-mail: suly_monteiro@hotmail.com. Brasília, DF.

Naiá, “a mais bela flor das águas”: representação do feminino indígena romantizado na lenda da vitória-régia

Izabel Cristine Silva dos Santos⁶

A mitologia amazônica é repleta de personagens com representações similares ou distintas, onde suas versões variam de acordo com cada localidade da região. Nesse sentido, esta comunicação dialogará com a ideia proposta pelo crítico literário amazonense Elson Farias, em seu ensaio “As Naiádes e a Mãe d’água”, onde Farias apresenta a relação das mitologias indígenas amazônicas com a cultura clássica greco-romana, sendo as “Naiades” ninfas das águas na mitologia grega, na Amazônia ela aparece no imaginário como a moça que se atirou no rio e ressurgiu como a vitória-régia, planta nativa da região. Independente das diferenças de como são narrados, os contos e lendas que permeiam o imaginário amazônico costumemente possuem, na maioria das vezes, a mulher como protagonista sob um viés romantizado, portanto, nossa discussão partirá de uma análise com a ótica historiográfica que dialoga com aspectos críticos-literários. Sendo assim, analisaremos como as mulheres foram representadas nos romances românticos no século XIX, tendo em vista que quando se trata das representações romanescas das mulheres indígenas, vemos a força do Cânone literário, e somente *Iracema* (1865), de José de Alencar, ganha espaço de discussão. Torna-se de fundamental importância pensarmos esses aspectos a partir do imaginário amazônico. Considerando isso para compreendermos, por meio da literatura, como os viajantes e colonizadores utilizaram o imaginário local para propagar sua própria cultura, refletiremos, portanto, acerca de como o feminino é utilizado como alegoria na lenda da vitória-régia e como a representação do feminino em um contexto romântico se relaciona com a colonização.

Palavras-chave: Femininos. Representações. Amazônia. Romantismo.

⁶ Mestranda no Programa de Pós-graduação da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Vinculada à linha de pesquisa: Relações de poder, Linguagens e História Intelectual; sob a orientação da Prof^a. Dr^a Luciana Mendes Gandelman. Povo Munduruku. E-mail para contato: izabelcristinesilva29@gmail.com.

VI Porã: um projeto de leitura de autores(as) indígenas


Júlia Isabela de Souza⁷
Ligia Paula Couto⁸

Este estudo é vinculado ao projeto de extensão “Saberes Outros: Estudos e Ações Indígenas” e ao Coletivo de Estudos e Ações Indígenas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no Paraná. O objetivo principal deste trabalho é tratar de uma das ações desenvolvidas em 2021, que foi o VI Porã, expressão que traz a força da vida e a beleza dos nossos mundos indígenas. Como metodologia, para o trabalho com a literatura produzida por indígenas, foram organizados encontros na plataforma do google meet para ler e debater autores e autoras indígenas brasileiros(as) por estudantes indígenas da UEPG. Todas as obras foram adquiridas pelo projeto, distribuídas para leitura para os(as) estudantes e, depois, realizados encontros virtuais abertos à participação da comunidade para divulgação e discussão das obras. Como resultados, além de iniciar a organização de uma biblioteca de autores(as) indígenas para nossos(as) estudantes, buscamos valorizar os autores indígenas e seus respectivos mundos trazidos em suas obras, divulgando esses materiais e compartilhando ideias em ambiente virtual. Como conclusão, podemos afirmar que as ações do Vi Porã possibilitaram tecer relações entre mundos indígenas e não-indígenas, já que os encontros foram abertos ao público, tensionando diferentes pontos de vista. Além disso, realizou-se a divulgação do pensamento e saberes indígenas no espaço acadêmico e à comunidade externa.

Palavras-chave: Literatura Indígena. Saberes indígenas. Lei 11.645/2008.

⁷ Acadêmica de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Povo Kaingang. E-mail: juliaelaura44@gmail.com. Ponta Grossa – PR.

⁸ Professora do curso de Letras da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Pesquisadora não indígena. E-mail: ligiacouto@uepg.br. Ponta Grossa – PR.



Área temática 4:

A colonização,
evangelização, e a
insubmissão como
resistência indígena

A colonização e evangelização entre os Magüta de Me'cürane

Iury da Costa Felipe¹

O presente trabalho traz uma reflexão de um indígena antropólogo do povo Magüta - Tikuna, sobretudo, a partir da frente colonizadora - as missões religiosas desencadeadas pelos missionários, objetivando evangelizar e catequizar o povo indígena Magüta. Diante desse processo que chamo aqui de injustiça histórica, o povo passou, e segue passando por uma “formação” ou “transformações” socioculturais, políticas e econômicas nas últimas décadas. O povo indígena Tikuna, se autodenomina como Magüta ou Magütagü, o que significa povo pescado no Igarapé Éware, lugar este, sagrado para o povo Magütagü. A pesquisa visa apresentar as violências históricas das missões religiosas, em especial, da comunidade indígena Vila Betânia - Me'cürane, do rio Içá, afluente esquerdo do alto rio Solimões, do Estado do Amazonas. Além disso, objetivamos mostrar como as instituições não-indígenas (igrejas) que vieram junto com a colonização, dialogam no processo de etnocídio, ou seja, destruição dos modos de vida dos Magüta. A metodologia conta com experiências, vivências e memórias pessoais do indígena antropólogo, e do povo, ou seja, é um estudo qualitativo, que está dentro dos estudos de etnologia indígena. Com a memória documental e dos anciãos e pessoal, olhamos várias dimensões que nos possibilita reescrever as nossas histórias e narrativas. Nos resultados pretende-se trazer fatos sociais baseados em documentos levantados, bem como na literatura que trata sobre o povo indígena Magüta do Alto Solimões, apreciando e analisando as frentes que adentraram as áreas indígenas. Gonzáles (1995) afirma que a colonização de povos indígenas no Amazonas está fixada na “extinção” de ricas culturas dos povos originários. As situações históricas sobre as missões religiosas, em outros momentos refletiram e foi notado que a atuação nos permite compreender a situação atual, de explicar os quase 90% de indígenas catequizados, na comunidade Me'cürane. Segundo Felipe (2021), a imposição de uma visão ou pensamento de crença cristã-eurocêntrica não advém como um simples transcurso da história, porém, é revestido em uma transfiguração de corporalidades, de existência e outros. No entanto, é importante refletir sobre as problemáticas que a religião imposta apresenta para a formação social e a vida cultural dos povos. A perversidade das instituições religiosas para com o povo indígena, está na perspectiva da violenta transfiguração do sujeito, do coletivo e do seu território. A transfiguração dos sujeitos, objetiva a negação da existência do outro ser humano - diferente ao seu modo, ou seja, se mata língua, seus costumes, e não por acaso, no Brasil, perdemos muitas línguas indígenas. E ouvir dos “civilizados”, “se

¹ Doutorando em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB). Povo Tikuna. E-mail: iuryfelipe.unb15@gmail.com. Brasília/DF.

não fala a língua de índio, não é mais índio”, em pleno século 21, ainda somos chamados de índios, nos generalizando, como se fossemos um só povo, contudo, aqui existe uma diversidade de povos que (re) existem para cuidar da mãe terra.

Palavras-chave: Povo indígena Magûta. Tikuna. Colonização. Evangelização. Etnocídio. Missões religiosas.

Entre o arame farpado e a bala: conflitos territoriais e assassinatos de indígenas na Bahia e no Pará de 2003 a 2020

Daniel da Silva Cunha²

Nayra Paye Pereira Kaxuyana³


Introdução: Desde a invasão de 1500, não precisa ir a fundo para entender como se encontra a realidade dos povos indígenas no Brasil, que de norte a sul, leste a oeste, de diferentes maneiras, sentem a necessidade de lutar pela sobrevivência. Se organizam, valendo-se de diferentes estratégias de ações, articulados entre as etnias, estados e regiões, lutam, principalmente, pela continuidade e pela manutenção da própria vida. Usam a “retomada”, pressionando o Estado, reivindicando a demarcação dos Territórios Indígenas, sendo ele a base essencial para a existência dos mesmos e para a manutenção da cultura. A partir dele é possível ter acesso à educação, à saúde e suprir as necessidades demandas essenciais. **Objetivos:** Este artigo tem como objetivo, partindo da temática das retomadas indígenas, observar a ocorrência de conflitos por territórios e assassinatos de indígenas no país entre os anos de 2003 a 2020, com enfoque nos dados do estado da Bahia e do Pará. **Metodologia:** Primeiramente foi feita uma revisão bibliográfica acerca de alguns termos-chaves, como o conceito de retomadas e de território para os povos indígenas. A seguir, foram feitas pesquisas para a coleta dos dados e análise quantitativa dos conflitos e assassinatos em territórios indígenas. **Resultados:** Após a análise e interpretação dos dados, é visto que a ocorrência de conflitos territoriais e os casos de assassinatos variam muito de ano para ano no Brasil. A Bahia e o Pará apresentam uma quantidade de dados relativos a conflitos territoriais que são muito estarrecedores: 13 casos na Bahia e 32 no Pará, no período estudado. O estado brasileiro com mais casos de conflitos por territórios é o Mato Grosso do Sul (MS), apresentando sempre dados iguais ou superiores à média nacional por ano. A quantidade de assassinatos de pessoas indígenas no Brasil é também terrivelmente assustadora. Em todos os anos foram assassinados indígenas no Brasil. O estado que mais mata indígena no Brasil é também o MS. A Bahia e o Pará também apresentam uma quantidade de casos que merecem atenção especial. No período estudado, totalizou 62 casos na Bahia e 21 no Pará. Apenas em 2008, na Bahia, e no Pará, em 2007, 2009 e 2019, não ocorreram casos. **Considerações Finais:** A realidade dos povos indígenas no Brasil, se tratando dos conflitos territoriais e assassinatos, é algo que merece uma delicada atenção. Para barrar e evitar mais violações de direitos, os povos indígenas se organizam através de

² Acadêmico de Geografia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Povo Pataxó. E-mail: danielgeoufba@gmail.com. Salvador - BA

³ Acadêmico de Geografia da Universidade de Brasília (UnB). Povo Kaxuyana. E-mail: nayrappereira@gmail.com. Brasília - DF

associações, assembleias, organizações, entre outros. Todos esforços são diários e fazem parte da dura realidade dos povos indígenas brasileiros, principalmente na Bahia e no Pará. As diferentes cenas da conjuntura política do Estado, se tratando das esferas federal, estadual e municipal, tendem a causar melhorias ou complicações nesse processo, sobretudo no de demarcação das terras indígenas e na conquista de políticas públicas, como o acesso à saúde e à educação. É dever e responsabilidade do Estado brasileiro concluir a demarcação dos territórios indígenas, para que estes povos e suas comunidades tenham possibilidades de viver dignamente e em paz.

Palavras-chave: Territórios indígenas. Colonização. Conflitos. Retomada.



Área temática 5:

Organizações políticas
de indígenas
mulheres/diversidade,
resistência e
protagonismo

A violência contra a mulher indígena Kaingang no Rio Grande do Sul: Reflexões preliminares acerca das formas de manifestação da violência e as possibilidades de enfrentamento e resistência indígena

Solange dos Santos Silva¹
Eduarda Rosa da Silva²
Simone Laranjeira³
Viviane Belini Lopes⁴
Silvana Moreira Claudino⁵

O presente trabalho tem como objetivo analisar quais são as formas comuns de manifestação da violência contra a mulher indígena e a partir dos ganhos traçar possíveis formas de enfrentamento. O estudo busca analisar sobre as manifestações da violência contra a mulher indígena da etnia Kaingang em algumas aldeias no Rio Grande do Sul, a fim contribuir com o debate das estratégias de enfrentamento e ampliação das formas de proteção às mulheres. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória de campo, com mulheres indígenas Kaingang e análise de conteúdo, com abordagem qualitativa. É escassa a produção acadêmica sobre o tema e, nesse sentido, a pesquisa busca demonstrar a realidade dos desafios, tentativas de enfrentamento e melhor compreensão dos fatores que agravam e suscitam as manifestações da violência que as mulheres indígenas Kaingang sofrem em diferentes contextos. A partir disso, trazer dados de análise da narrativa das próprias mulheres indígenas quanto aos fatores que influenciam brutalmente nesses cenários, e de que maneira a sociedade indígena e a sociedade envolvente vem lidando com tais situações. A pesquisa vem suscitando processos reflexivos sobre essas expressões da questão social e evidencia a necessidade de estudos e produção de conhecimentos para fortalecer as estratégias para garantia dos direitos das mulheres indígenas.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Mulher Kaingang. Cultura Kaingang. Proteção à mulher indígena. Direitos Indígenas.

¹ Professora Doutora do Curso de Serviço Social na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora não indígena. E-mail: solange.br@gmail.com. Porto Alegre - RS.

² Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisadora não indígena. E-mail: eduardarxa@gmail.com. Porto Alegre - RS.

³ Graduanda em Fisioterapia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Povo Kaingang. E-mail: simoneL.Veloso@gmail.com. Porto Alegre - RS.

⁴ Graduanda em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Povo Kaingang. E-mail: belini04@outlook.com. Porto Alegre - RS.

⁵ Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Povo Kaingang. E-mail: silvana.kame@gmail.com. Porto Alegre - RS.

Políticas públicas para a comunidade indígena: um movimento feminino em prol da dignidade da mulher indígena

Jocemir Falcão de Mello⁶

Os povos indígenas possuem diferentes formas de se expressar, conforme suas etnias, línguas, crenças e tradições. São estes os fatores que os distinguem entre si. Conforme Grubitis (2014) desde a colonização do Brasil os povos indígenas sofreram ataques e genocídio, sendo alguns desses povos distintos. Os que sobreviveram se refugiaram em terras espalhadas pelas regiões do país até os dias de hoje. Mesmo com a criação de órgão protetor dos povos indígenas em 1910 (Serviço de Proteção ao Índio - SPI), a literatura registra que colaboradores desse mesmo órgão foram acusados de estar envolvidos em muitos dos ataques. Desta forma o órgão foi extinto e deu origem a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), existente até a atualidade. O tema é de alta relevância uma vez que se entende que as investigações e estudos que tenham como temática a causa indígena, formam subsídios para novos trabalhos, e estes como consequência, constituem-se como auxílio na construção de uma sociedade que possibilite a emancipação política e humana, tão necessária diante dos ataques neocolonizadores e do capital financeiro que vêm demarcando a liberdade dos povos indígenas. Assim, o presente trabalho tem por escopo discorrer brevemente sobre as lutas dos mesmos em prol de seus direitos como cidadãos, além de abordar quanto a importância da formulação de políticas públicas indigenistas e a participação da mulher indígena neste contexto.

⁶ Mestrando em Políticas Públicas pela Universidade da Integração Latino Americana (UNILA); bacharelado em Antropologia pela Universidade da Integração Latino Americana (UNILA). Pesquisador não indígena. E-mail: historiafalcao@hotmail.com

Políticas públicas, avanços e retrocessos: um estudo de caso da T. I. Munduruku Takuara, Belterra - PA, pautando a questão social - econômica - territorial

Diana Souza Cruz⁷

Márcio Júnior Benassuly Barros⁸

Este trabalho objetiva analisar os impactos das políticas públicas implementadas na T.I. (Terra Indígena) Munduruku Takuara relacionada aos aspectos social, econômico e territorial, localizada no município de Belterra (PA), onde as políticas públicas são ações e programas desenvolvidos principalmente pelo Estado, voltadas para a solução de problemas da sociedade. Os objetivos específicos deste estudo é analisar como essas políticas públicas chegam a T.I. Munduruku Takuara sejam elas municipais, estaduais ou federais, e de que forma está sendo feito o campo de construção e atuação destas, para posteriormente, traçar políticas que favoreçam o crescimento de forma sustentável, seguindo os preceitos culturais e regras dos indígenas por ora estudados. Como aporte metodológico, a pesquisa é de natureza qualitativa por meio de um estudo de caso. A coleta de dados foi realizada a partir de levantamento documental, bibliográfico, trabalho de campo e entrevistas. É importante frisar que há mais de 521 anos os povos indígenas sofrem inúmeras violações de seus direitos culturais, étnicos, territoriais, dentre outros, e seus direitos são negligenciados constantemente, mesmo sendo pautado na Constituição Federal. Além do mais, as políticas que englobam as necessidades básicas dos povos indígenas devem ser pensadas, criadas e implementadas, pois as existentes nos territórios indígenas, como é o caso da T.I. Munduruku Takuara, vieram através de muitos embates, lutas, protestos e reivindicações constantes. Os resultados da pesquisa indicam que houve avanços significativos de políticas públicas, porém, de forma tímida, já com relação aos retrocessos, a demarcação do território é a que mais requer atenção na atualidade. Daí a importância de discutir e refletir sobre as políticas públicas, principalmente no que tange a maneira como elas impactam a vida das pessoas, sejam de forma positiva ou negativa. A questão territorial sem dúvida é a maior preocupação e aflição dos Munduruku da aldeia Takuara, principalmente em relação a morosidade da conclusão do processo de demarcação física da T.I., deixando-a ainda mais vulnerável, onde saúde e educação também têm demandas críticas a serem melhoradas e construídas no território. Vale ressaltar que a falta de diálogos por parte dos representantes governamentais é

⁷ Acadêmica do curso de Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Povo Munduruku. Campus Santarém. E-mail: dyanasouza40@gmail.com

⁸ Orientador. Doutor em Geografia (UNB). Professor adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Pesquisador não indígena. Campus Santarém. Email: marcgeo2000@yahoo.com.br

insatisfatória, na qual é julgada como fator primordial para não contemplar tantos avanços na T.I. relacionada aos âmbitos social, econômico e territorial, citada pelos Munduruku.

Palavras-chave: Avanços e retrocessos. Políticas públicas. Terra Indígena. Munduruku - Takuara.

A incorporação da temática da questão indígena e possibilidades de contribuições às políticas públicas

Naihara Gomes de Oliveira⁹

Introdução: Os movimentos sociais e suas contribuições, através da emancipação social é um processo permanente e em constante transformação. É de suma importância a participação destes e o seu protagonismo, bem como da classe trabalhadora, da qual a categoria de assistentes sociais está intimamente ligada, haja vista que ao mesmo tempo que se insere como assistente social. **Objetivos:** A incorporação da temática indígena às políticas públicas. **Metodologia:** A partir de reflexões acerca da conjuntura sócio-política e das demandas dos povos indígenas na sociedade brasileira. A inquietação, a busca pela efetivação e garantia de direitos, melhores condições de trabalho, a busca por respostas a saída da dominação do capital na sociedade, organizações das classes e setores sociais, principalmente os mais fragilizados por processos históricos de tentativas de apagamento da memória e dizimação desses, que ainda assim, existem e reexistem. Várias profissões conseguiram se consolidar nesse cenário de mudanças, com destaque para o Serviço Social com organização ampla em sindicatos e conselhos de classe, além das articulações com a classe trabalhadora e organizações estudantis. Os ideais neoliberais dominaram o cenário político nacional, que teve seu enfraquecimento no final dos anos 90, onde teve seu poder diminuído. O poder da esquerda político brasileira se fortaleceu, tendo o PT como pioneiro, e posteriormente com Lula e Dilma na presidência que deu maior abertura a investimentos econômicos em diversos segmentos, e a construção de novos hospitais, escolas, órgãos públicos, e programas sociais foi de suma importância para atender as populações até então desassistidas. A raiz histórica e política do Brasil é conservadora, mas o crescimento do país e transformações sociais, possibilitou que as diversas mãos que construíram e constroem a história a preservação da memória viva nacional, do reconhecimento da diversidade de povos e comunidades tradicionais, bem como suas organizações e respeito aos modos de vida. Aos poucos suas pautas passaram a ser inseridas nas pautas e debates dos movimentos da classe trabalhadora, redirecionando e ampliando o conglomerado de vozes na busca pela visibilidade e equiparação de direitos. Aliadas, na busca pela ampliação da redução das desigualdades sociais, organização social e seguridade ampla para o atendimento da sociedade e das pessoas que utilizam os serviços e espaços públicos. **Resultados:** O Estado, que representa os interesses do país, ou ao menos na teoria tem essa obrigação, e tem papel mais atuante. Se não fosse a luta pela construção sólida de direitos, leis, regulamentações e medidas de seguridade construída pelos diversos segmentos em prol das lutas sociais, da diversidade de povos e

⁹ Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Povo Pankararu. E-mail: naiharagomes@gmail.com

movimentos sociais não teríamos tantas conquistas para a sociedade. A luta ou o debate de ideais atualmente se pauta pela manutenção e ampliação das conquistas, de forma que possa ser cada vez mais inclusiva. **Considerações finais:** A relação direta entre projeto ético político do serviço social e as transformações da sociedade, e a dinâmica da profissão. Os frutos dessa das lutas podem ser identificados na Previdência Social, SUS, Políticas de Assistência, escolas e acesso às universidades, por meio da ampliação do acesso aos direitos e serviços à quem de fato tem direito, e mais espaços para atuação profissional com garantias legais e organização jurídico-política.

Palavras-chave: Social. Questão indígena. Política. Serviço social.

A experiência do plano de gestão territorial e ambiental do povo indígena Munduruku do Planalto Santareno

Rosimary de Souza Cruz¹⁰
Judith Costa Vieira¹¹

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTA) são instrumentos da política indigenista, voltados para a sustentabilidade e proteção dos territórios indígenas. Eles cultivam os seguintes princípios: protagonismo indígena; legalidade; sustentabilidade e estabelecimentos de acordos. O presente trabalho aborda o tema da mobilização política e luta por direitos do povo Munduruku do Planalto Santareno, cujo objetivo é promover sua autonomia e seu fortalecimento político e cultural como forma de resistência através da elaboração do seu PGTA como parte das estratégias de afirmação territorial e luta por reconhecimento deste povo indígena. Como parâmetros metodológicos além da participação e protagonismo dos Indígenas, foram utilizadas bibliografias sobre o movimento indígena dos Munduruku do Planalto, assim como de aspectos legais e outras experiências de PGTA; Análise e sistematização sobre os documentos normativos produzidos por este povo; Observação de reuniões e encontros virtuais com lideranças e apoiadores da questão territorial indígena. O acompanhamento das discussões para a elaboração e sistematização do plano foi feito através da atividade de assessoria jurídica, a qual desenvolveu-se de modo remoto. Além disso, seguiu-se as orientações oficiais da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para subsidiar as etapas da construção do plano. A saber: o primeiro momento foi percorrer as aldeias para fazermos a sensibilização e mobilização. A segunda etapa foi a elaboração de um diagnóstico e levantamento das informações sobre as regras de uso coletivo do território, ocorrida em 2019 as lideranças de cada aldeia e posteriormente com todas as aldeias reunidas. Por fim, as etapas de aprovação aconteceram em diversos momentos, desde quando as lideranças foram aprovando nas próprias reuniões, onde faziam os acordos internos e, em outro momento, quando as lideranças reunidas na Aldeia da Cavada em novembro de 2019 concordaram com os elementos finais apresentados. A experiência do Plano de Gestão Territorial e Ambiental dos Munduruku é importante porque é a primeira de toda a região do Baixo Tapajós e apresenta um diagnóstico da atual situação das quatro aldeias do Planalto, indicando os principais problemas vivenciados pelos Munduruku. O documento apresenta também soluções e regras de uso responsável dos bens naturais com respeito ao meio ambiente e às tradições indígenas, trazendo a manifestação ao

¹⁰ Acadêmica do curso de Bacharel em Direito na Universidade Federal do Oeste Pará (UFOPA). Povo Munduruku. Campus Santarém. E-mail: marymunduruku28@gmail.com.

¹¹ Orientadora. Doutora em Direito (UFPA). Professora adjunta da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Campus Santarém. Pesquisadora não indígena. E-mail: judiveira@gmail.com.

direito territorial em questão e utilizado como ferramenta para o fortalecimento da sua organização política. Desta forma, conclui-se que o Plano de Gestão do território indígena Munduruku do Planalto tem contribuído no fortalecimento interno das aldeias e na afirmação territorial do grupo, se somando, assim, no rol de estratégias de combate aos conflitos pela posse da terra e acesso aos recursos naturais entre as comunidades indígenas e grupos opositores, principalmente, frente aos sojicultores que têm a ambição de expandir ainda mais o agronegócio no Planalto Santareno e desrespeitar o direitos dos povos indígenas Munduruku e Apiaká.

Palavras-chave: Indígenas. Território Munduruku e Apiaká. Planalto Santareno. Plano de Gestão.

O protagonismo e os desafios da mulher Kanhgág da terra indígena Rio das Cobras - PR

Danieli Finhgre Félix¹²

Esse estudo traz como premissa o protagonismo e os desafios da mulher indígena Kanhgág da maior terra indígena do estado do Paraná, ou seja, a Terra indígena Rio das Cobras, enfatizando algumas das realidades vividas pelas mulheres Kanhgág no contexto indígena e fora das aldeias. Estudo de cunho qualitativo de natureza auto-etnográfica. Assim, a partir de experiências vividas, pôde-se constatar que as mulheres indígenas desta terra têm seu protagonismo acentuado através da educação e de suas artes (artesanatos), no entanto, precisam lutar diariamente contra o preconceito por serem indígenas e o machismo por serem mulheres. Entendendo dessa forma que as mulheres Kanhgág precisam ocupar mais espaços de lideranças dentro e fora das terras indígenas, podendo desse modo, contribuir efetivamente na construção de uma sociedade com mais equidade entre os gêneros e mais justa quando se trata de questões inerentes às mulheres, mas principalmente das mulheres indígenas. Desde sempre a mulher vem sendo reconhecida como um gênero frágil, incapaz de se igualar ao homem também vista somente para procriação e servir a família. E isso acontece em todas as sociedades, umas mais extremas que as outras. Um exemplo muito nítido são as comunidades tradicionais, como os povos indígenas. As mulheres indígenas possuem muita resistência, pois sofrem preconceito por serem indígenas e machistas por serem mulheres. **Objetivo:** Apresentar o protagonismo da mulher Kanhgág tanto dentro das terras indígenas como nas cidades. Relatar os enfrentamentos sofridos pelo preconceito de serem indígenas e o machismo por serem mulheres. Buscar a valorização das mulheres dentro e fora do território indígena. **Metodologia:** A pesquisa é auto etnográfica, de cunho qualitativo com base em experiências e observações. Com isso, foram realizados debates entre as mulheres de nossa aldeia abordando os principais desafios enfrentados, e como seu trabalho é desvalorizado. Também através de narrativas de mulheres de nosso núcleo familiar, reunindo mulheres de diferentes áreas tanto saúde, educação e na arte. **Resultados:** A partir de nossas experiências como mulheres indígenas e observando outras mulheres de nossa aldeia, podemos perceber o quanto a mulher é invisibilizada, e o quanto a palavra do homem ainda prevalece. E os resultados evidenciados foram as diferenças de espaços ocupados por gênero na Terra Indígena Rio Das Cobras. E como as doutrinas familiares e as leis internas influenciam as práticas machistas. **Considerações Finais:** Apesar de muitos desafios enfrentados as mulheres indígenas têm assumido o papel de protagonismo, pois grande parte das famílias indígenas têm a mulher como a principal provedora da casa, isso porque o artesanato além de ser uma forma de identidade

¹² Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual Centro-Oeste (UNICENTRO). Pesquisadora não indígena. E-mail: danielifinhgre123@outlook.com. Irati- PR

cultural é também uma das principais fontes geradora de renda de muitas famílias, onde as mulheres têm o papel fundamental na confecção e venda desses artesanatos, com isso essas mulheres asseguram a sustentabilidade econômica e a valorização cultural do seu povo. Outro momento na qual a mulher é a principal protagonista é na formação educacional, isso pois, dentro da terra indígena Rio das Cobras a maioria das pessoas com Ensino Superior é composta por mulheres, mostrando que nos últimos anos a mulher Kanhgág não se limita mais ao cargo de mãe e dona de casa, mas que ao longo desses anos ela vem rompendo diversas barreiras dentro e fora do território indígena na busca pela equidade entre os gêneros. E, para que o protagonismo da mulher indígena seja cada vez mais forte, precisamos de mulheres que sejam capazes de assumir postos de liderança, a fim de que possam contribuir nas questões que nos são inerentes, assim construir uma sociedade justa e garantindo nossos direitos.

Palavras-chave: Mulher Kanhgág. Protagonismo. Desafios.

O Carimbó como prática associada a emergência étnica, manutenção dos costumes e tradições e emancipação das mulheres no Baixo Tapajós

Ana Raquel Alves de Sousa¹³

Introdução: O termo carimbó é de origem Tupi, curi (pau oco) e m'bó (escavado). A dimensão da palavra identifica o instrumento usado nesta prática cultural do Pará mais também compreende festa, música, dança, artesanato e rituais assim como parâmetros mais ordinários que governam as correlações dos homens com os elementos que compõe a natureza e as entidades sobrenaturais da crença indígena, por via da oralidade contada e cantada por mestres, mestras e seus grupos. **Objetivos:** Analisar a importância do carimbó como instrumento de luta social no campo da emergência étnica e do protagonismo das mulheres no empoderamento e afirmação do direito aos territórios. **Metodologia:** Este trabalho busca trazer por via de observações novas interpretações da presença de indígenas no contexto do carimbó do Baixo Tapajós, no Oeste do Pará. **Resultados:** A presença das mulheres no carimbó está quase sempre atrelada a condição de dançarinas. No entanto, destaca-se o Grupo Sereias do Mar de Marapanim como o primeiro conjunto musical de pau e corda, estritamente feminino em todo o estado do Pará. Somente nesta última década, viu-se surgir outros grupos musicais similares, especialmente na Vila de Alter do Chão em Santarém, destacando-se as Suratas do Tapajós e as Karuana que agregam mulheres de diversos povos da região. Estes dois grupos têm em comum a autenticidade das letras musicais que apelam para a proteção dos rios, florestas e empoderamento das mulheres indígenas. O protagonismo delas no carimbó local parece convergir com fenômenos sociais como a ressurgência de povos indígenas e a emancipação da mulher dentro da sociedade. Desde o início da década de 1990, comunidades inteiras ou de modo parcial passaram a se assumir como aldeias e buscar na organização social o mecanismo de luta por seus direitos. O apego a simbolismos materiais e imateriais como a crença nos encantados, o modo de vida, as práticas culturais é determinante na auto afirmação das identidades étnicas. Nesse aspecto, o carimbó é assumido pelos indígenas como parte de suas práticas, costumes e tradições. O mestre Osmarino Kumaruara é um dos personagens que canta a ancestralidade atrelada ao povo Kumaruara, bem como o Mestre Juvenal Imbiriba do povo Tupayú, o pajé Paulinho Borari e a Dona Neca Borari. **Conclusão:** A forte presença de indígenas protagonizando suas histórias no âmbito do carimbó sugere que esta prática

¹³ Acadêmica do curso de Engenharia de Pesca da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Povo Kumaruara. E-mail: raquelsousana@gmail.com

cultural tem importância significativa não só na salvaguarda das memórias e do fazer cultural bem como é assumido como instrumento de luta por direitos e protagonismo feminino no Baixo Tapajós.

Palavras-chave: Carimbó. Feminino. Direitos indígenas.

Reescrevendo histórias e inscrevendo-se no território acadêmico: as indígenas mulheres frente à violência nas universidades brasileiras

Nanah Sanches Vieira¹⁴

Tânia Mara Campos de Almeida¹⁵

Alessandra Severino da Silva Manchinery¹⁶

Bruna dos Santos Almeida¹⁷

Débora Arruda¹⁸

Introdução: Esta apresentação trata da violenta realidade das universidades brasileiras às indígenas mulheres diante de três momentos de suas trajetórias: (i) a difícil saída da comunidade ao ensino superior e pós-graduado; (ii) a vivência no mundo acadêmico marcada por discriminações, racismo, machismo, assédio e desamparo institucional, também, e especialmente, pelo epistemicídio; e, (iii) a luta pela permanência na universidade até o fim de seus cursos. O tema é dimensionado a partir de questionário online semiaberto e de um conjunto de registros autobiográficos e problematizações teórico-conceituais escritos em livros e trabalhos acadêmicos pelas próprias indígenas, que levam à reflexão sobre o mecanismo da foraclusão que sofrem no ambiente universitário. Em resistência ao apagamento histórico a que foram submetidas, estão se mobilizando e se colocando como protagonistas na produção de conhecimento e na luta por direitos e políticas públicas. Apontam, portanto, para uma transformação profunda nas estruturas da ciência, bem como nas estruturas físicas, operacionais e da dinâmica ética das sociabilidades competitivas e individualistas aí existentes.

Palavras-chave: Indígenas mulheres. Violência. Universidade. Foraclusão.

¹⁴ Doutoranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia- PPG/SOL da Universidade de Brasília (UnB). Por essa mesma Universidade, é mestra e bacharel em Sociologia e licenciada em Ciências Sociais. Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Universidade de Brasília (PPG-SOL/UnB). Brasil. Pesquisadora não indígena. E-mail: nanahsvieira@gmail.com. Brasília-DF.

¹⁵ Bacharela em Sociologia, licenciada em Ciências Sociais pela UFJF, mestra e doutora em Antropologia pela UnB, com pós-doutorado pela UnB e pela École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS/França). Professora do Departamento de Sociologia e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Mulheres (NEPeM), da Universidade de Brasília (UnB), pesquisadora do CNPq. Brasil. Pesquisadora não indígena E-mail: taniamaraca@unb.br. Brasília-DF.

¹⁶ Doutoranda em Geografia-UNIR. Povo Manchinery. E-mail: amanchinery@gmail.com.

¹⁷ Mestranda em Letras-UNIFAP. Povo Karipuna. E-mail: brunaoyk@hotmail.com.

¹⁸ Mestranda em Antropologia (UFS) e poeta. Povo Aranã. E-mail: deboraarrudads@gmail.com.

Mulheres Avá-Guarani no oeste do Paraná: a Educação Superior Indígena enquanto espaço de resistência

Gilza F. Souza F. Pereira¹⁹

Este trabalho, escrito em primeira pessoa por uma estudante de pós-graduação stricto-sensu, reflete parte do meu percurso enquanto mulher, mãe e pesquisadora Kaingang, me encontrando e dialogando com as vivências das mulheres Avá-Guarani acadêmicas e egressas da Educação Superior. Resultado da minha participação como pesquisadora Kaingang junto com outros pesquisadores indígenas e não indígenas, este trabalho intencionou analisar a participação das mulheres Avá-Guarani, acadêmicas e egressas da Educação Superior, no processo de resistência política desse grupo étnico. Para isso, o trabalho foi constituído por aspectos fundamentais: apresento, inicialmente, uma breve contextualização histórica, política e cultural do povo Guarani no Brasil e no Paraná; reflito sobre a emergência e expansão do movimento indígena, a luta das lideranças indígenas na conquista de direitos específicos por meio da Constituição Federal de 1988; apresento um breve retrospecto histórico, trazendo reflexões sobre a educação indígena, bem como da política de educação escolar indígena e da educação superior indígena no Brasil e no Paraná. A pesquisa constitui-se de três momentos os quais se apresentam articulados por meio de revisão bibliográfica, de levantamento e análise documental e da pesquisa de campo. A partir de minhas incursões nos Tekohá Avá-Guarani na região oeste do Paraná por meio das observações, diálogos e entrevistas ouvindo e sentindo as narrativas das sujeitas da pesquisa, destaco que as mulheres Avá-Guarani destes territórios, estão ocupando todos os espaços de luta, inclusive a escola indígena e as universidades, adentrando os movimentos indígenas e buscando políticas específicas, tornando-se, cada vez mais, mulheres lideranças na busca por melhores condições de vida para sua família e, sobretudo, para seu povo.

Palavras-chave: Mulheres indígenas. Movimento indígena. Educação escolar indígena. Educação superior indígena. Povos indígenas.

¹⁹ Pertence ao povo Kaingang, mãe de três meninas, graduada em Serviço Social, mestra e doutoranda em Serviço Social e Política Social na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Integrante da Articulação Nacional das Mulheres Guerreiras da Ancestralidade- ANMIGA e da Articulação Nacional Serviço Social e Povos Indígenas. Povo Kaingang. E-mail: gilza_10@hotmail.com

Movimentos socioterritoriais de luta pelas florestas brasileiras: expressões da resistência indígena identificadas no DATALUTA Floresta


Bruna Gonçalves Costa²⁰

Introdução: O DATALUTA Floresta é um banco de dados que levanta, sistematiza e categoriza informações sobre movimentos socioterritoriais que lutam pelas florestas brasileiras. Faz parte de um coletivo maior chamado Rede DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra, que abarca pesquisadores de todas as regiões brasileiras, com pesquisas que contemplam temáticas como estrangeirização da terra e movimentos socioterritoriais agrários, urbanos, das águas e das florestas. O conceito de movimentos socioterritoriais é adotado pela Rede DATALUTA por considerar uma perspectiva geográfica dos movimentos sociais. Os movimentos socioterritoriais são os movimentos sociais que possuem como trunfo de suas lutas os territórios, em processos de resistência para o exercício de seus modos de vida (FERNANDES, 2005; PEDON, 2013, SOBREIRO FILHO, 2016). **Objetivos:** Analisar as ações coletivas dos povos indígenas organizados em movimento socioterritorial na luta pelas florestas, considerando os registros do DATALUTA Floresta, contemplando as principais pautas, formas de ações coletivas e suas respectivas localizações. **Metodologia:** Essa pesquisa é realizada a partir da construção de um algoritmo que busca dados sobre movimentos socioterritoriais que lutam pelas florestas brasileiras a partir do cadastro de palavras-chave no Google Alerts. O padrão de sistematização estabelecido pelo DATALUTA registra informações de nomes e tipos de movimentos socioterritoriais; tipos de ação matriz e derivada; localização das ações (região, estado e município); pautas; fonte dos dados. A verificação e análise das informações é feita em reuniões coletivas semanais, onde realizamos a categorização da forma das ações, identificando, por exemplo, se são denúncias, protestos, práticas comunicativas, fiscalização dos territórios, etc. Como instrumento teórico-metodológico utilizamos bibliografias referentes a movimentos socioterritoriais (FERNANDES, 2005; SOBREIRO FILHO, 2016; PEDON, 2013), ação coletiva e movimentos sociais (TILLY, 2010; TARROW, 2009; GOHN, 1997) além da leitura de intelectuais indígenas, tais como Ailton Krenak (2020) e Davi Kopenawa (2010). **Resultados:** A partir dos dados registrados no DATALUTA Floresta no ano de 2020, identificamos que dentre as 614 ações coletivas praticadas em defesa das florestas, cerca de 60% tiveram a participação de povos indígenas. O contexto pandêmico evidenciou múltiplas vulnerabilidades que impactam os povos das florestas, como a ausência do Estado em garantir direitos essenciais, tais como

²⁰ Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Pesquisadora da Rede DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. Pesquisadora não indígena. E-mail: bruna.g.costa@unesp.br

saneamento básico, segurança e acesso a serviços de saúde. Além disso, pautas como a demarcação de terras, vida das mulheres indígenas, visibilidade de indígenas LGBTQIA+ e preservação ambiental são pautas em evidência. Em vista disso, registramos expressivamente ações como denúncias (77); campanhas (18); barreiras sanitárias (16), bloqueio de acesso (16); fiscalização dos territórios (9); marchas (2); acampamentos (2); entre outras. **Considerações Finais:** Este trabalho apresenta os resultados preliminares da pesquisa desenvolvida pelo DATALUTA Floresta. Os dados expressam uma resposta social dos ataques aos territórios das florestas e evidencia os indígenas enquanto sujeitos protagonistas dessa luta. Entende-se, portanto, como imprescindível cuidar da vida e garantir os direitos daqueles que defendem as florestas, considerando a ausência do Estado na preservação desses espaços e territórios.

Palavras-chave: Movimentos socioterritoriais das florestas. Resistência indígena. DATALUTA Floresta.



Área temática 6:

Saúde: avanços e retrocessos no acesso à saúde indígena

Saúde bucal do povo Pankararu de Pernambuco

Aline de Oliveira Taukane¹
Andréa Siqueira Carvalho²

O povo Pankararu é a segunda maior população de povos indígenas do estado de Pernambuco, com cerca de 7.500 pessoas, que habitam os territórios entre os municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia. A região passou a receber assistência no serviço de saúde e atendimento odontológico a partir da década de 90. O presente trabalho pretende realizar um levantamento sobre a saúde bucal dessa comunidade. O objetivo é investigar as condições da saúde bucal do povo Pankararu de Pernambuco, com enfoque nas aldeias Brejo dos Padres, Bem-Querer de Cima e Carrapateira. Esta pesquisa foi motivada pela seguinte pergunta: "Como está a saúde bucal do povo Pankararu de Pernambuco?", a partir da qual foi estruturado um questionário (via Google Forms), com participação dos indígenas no formato de respostas online. Através do formulário foi possível levantar dados quanto ao gênero, idade, profissão, aldeia que reside e aspectos gerais da saúde bucal. Até o presente momento 16 pessoas responderam ao formulário. Dentre elas, a maioria das respostas foi feita por jovens (88%). A idade dos participantes variou entre 18 e 51 anos, sendo a maioria composta por mulheres (69%). Quanto ao estado de saúde dos dentes, (44%) consideraram que sua condição era boa sem apresentar dor de dente, enquanto (33%) consideraram regular, permanecendo com a maioria dos dentes e sentindo dor apenas ocasionalmente. Quanto à ida ao dentista, (53%) responderam que procuram com frequência, pelo menos, anualmente. Quanto à qualidade do serviço odontológico disponibilizado nas aldeias 81% considerou bom (50%) ou regular (31%). O número de pessoas que participaram dessa pesquisa foi pequeno, necessitando maior tempo e envolvimento da comunidade para um levantamento que retrate melhor a realidade. O fato dos participantes terem sido, em sua maioria, jovens pode ter influenciado nos resultados, pois os idosos tendem a ter mais problemas dentários, além de terem vivido uma infância e juventude praticamente sem acesso a dentistas.

Palavras-chave: Doenças. Odontologia. Prevenção. Tratamento.

¹ Acadêmica de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Povo Pankararu. E-mail: alineot@ufmg.br. Belo Horizonte – MG.

² Orientadora. Professora do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora não indígena. E-mail: andreacarvalho@ufmg.br. Belo Horizonte-MG.

Raiz, casca e folhas: medicina tradicional Anacé na Reserva Indígena Taba dos Anacé em Caucaia-CE-Brasil e ciência autorizada

Rute Morais Souza³

Raquel da Silva Alves⁴

Hector Rocha Isaias⁵

O presente trabalho teve como cenário as famílias indígenas Anacé da aldeia Reserva Indígena Taba dos Anacé, localizada na cidade de Caucaia, região metropolitana de Fortaleza-Ceará. Portanto, a base discursiva do presente trabalho orienta-se da Medicina Tradicional Anacé no novo Território, e as relações simbólicas culturais que há envolve posterior ao processo de remoção das famílias Anacé de Matões para a Reserva Indígena Taba dos Anacé no ano de 2018. Assim a observação parte do método antropológico organizado de forma etnográfica entre teoria e prática, é pertinente destacar pesquisa engajada que se trata das observações realizadas por estudantes indígenas que acompanharam cotidianamente os fenômenos que culminaram na análise aqui apresentada. O objetivo principal é compreender o processo de cuidado entre as famílias e a realização dos remédios naturais, práticas e saberes e como tem se adequado ao longo dos anos, para transformar-se em uma ciência “moderna” e autorizada. A Organização Mundial da Saúde-OMS (2006) nos diz que a medicina tradicional “são práticas, abordagens, conhecimentos e crenças em saúde baseadas em plantas, animais e/ou minerais, terapias físicas, mentais e espirituais, aplicadas individual ou coletivamente para manter o bem-estar, e que aludem a ideias, conceitos, mitos e práticas relacionadas aos desequilíbrios físicos, mentais ou sociais de uma comunidade, que explicam a etologia, a nosologia e a promoção e recuperação da saúde.” As famílias encontram-se em processo de construção e reconstrução na nova terra, fazem quatro anos de mudança e desde então tenho acompanhado o cotidiano da aldeia, uma das dificuldades enfrentadas é a falta de plantas medicinais na nossa terra. Assim a discussão descreve o que é a medicina tradicional para o povo Anacé e o que a mudança de território impactou na realização dos remédios naturais na vida das famílias indígenas. Em uma conversa com a liderança e enfermeiro da aldeia foi relatado que no período de pico da pandemia da covid-19 ficou mais evidente o uso da medicina tradicional e que os remédios naturais foram essenciais no processo de cura do vírus, por muitas vezes o enfermeiro orientava o uso do mel da romã (romã, beterraba e mel de abelha) e chás para os indígenas Anacé, remédios considerados como antibiótico natural.

Palavras-chave: Povo Anacé. Medicina tradicional. Remoção. Reconstrução.

³ Acadêmica da pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UNB). Povo Anacé. E-mail: ruteredes@gmail.com. Caucaia - CE.

⁴ Graduada em Serviço Social na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Povo Jenipapo-Kanindé. E-mail: raqueljenipapo@gmail.com. Aquiraz - CE.

⁵ Acadêmico da pós-graduação em Ciências Sociais na Universidade de Salamanca (USAL). Pesquisador não indígena. E-mail: hector.rocha.isaias@gmail.com. Fortaleza - CE.

Plantas e práticas medicinais indígenas

Alessandra Sussulini⁶
Emerson Andrade Ferreira dos Santos⁷
Luzia Sigoli Fernandes Costa⁸
Marcondy Mauricio de Souza⁹
Rejane Nunes de Carvalho¹⁰
Rosangela Batalha Braga¹¹
Roseli Batalha Braga¹²
Renata Sebastiani¹³
Shelley de Jesus B. Gonçalves¹⁴

Introdução: Este estudo tem como base a experiência de escrita colaborativa para produção do livro “PET conexões de saberes indígenas, UFSCar: das origens aos horizontes” que revelou o grande potencial de algumas temáticas e a necessidade de aprofundamento como, por exemplo, sobre as práticas medicinais indígenas de saúde e as plantas a elas associadas. **Objetivo:** Este estudo tem como objetivo geral levantar e identificar plantas medicinais, com base nas práticas tradicionais de medicina dos povos indígenas e seus usos para combater transtornos mentais. **Metodologia:** Foi realizada uma busca na plataforma Scielo com a palavra-chave “plantas medicinais” em combinação com as palavras-chave “indígenas”, “povos indígenas”, “comunidades indígenas” e “índios”. Os trabalhos encontrados foram avaliados e classificados pela leitura dos títulos e/ou dos resumos. A pesquisa está em desenvolvimento e para tanto foi criado um grupo interdisciplinar, com o tema “Plantas medicinais e práticas tradicionais de saúde”, liderado por uma das integrantes do PET e com a participação de três

⁶ Professora no Instituto de Química da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora não indígena. E-mail: sussulini@unicamp.br. Campinas-SP

⁷ Mestre em Química - doutorando em Química na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador não indígena. E-mail: eandrade@unicamp.br. Campinas-SP.

⁸ Professora na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Tutora do PET Conexões Saberes Indígenas-UFSCar. Pesquisadora não indígena. E-mail: luziasigoli@gmail.com. São Carlos-SP

⁹ Graduado em Biotecnologia na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), voluntário do PET Conexões Saberes Indígenas-UFSCar. Povo Omágua. E-mail: marcondy.mauricio@gmail.com. São Carlos-SP.

¹⁰ Psicóloga- mestranda em Psicologia Social e Institucional na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Povo Kaingang. E-mail: rejane06carvalho@hotmail.com. Porto Alegre - RS.

¹¹ Graduando do curso de Administração Bacharelado na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); bolsista do Grupo PET Conexões Saberes Indígenas UFSCar. Povo Kambeba. E-mail: rosangelabb1339@gmail.com. São Carlos - SP.

¹² Graduando do curso em Química-Licenciatura na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); bolsista do Grupo PET Conexões Saberes Indígenas UFSCar. Povo Kambeba. E-mail: rosybb34@gmail.com. São Carlos - SP.

¹³ Professora na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), colaboradora do PET Conexões Saberes Indígenas-UFSCar. Pesquisadora não indígena. E-mail: sebastiani@ufscar.br. Araras-SP.

¹⁴ Graduando do curso em Engenharia Mecânica na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar); bolsista do Grupo PET Conexões Saberes Indígenas UFSCar. Povo Tukano. E-mail: shelley@estudante.ufscar.br. São Carlos - SP.

professores e pesquisadores externos à UFSCar, e uma professora da área de botânica da UFSCar/campus Araras, além de contar com a participação de ex-petiano. Ocorreram reuniões periódicas, com o uso do Google Meet, e o desenvolvimento da escrita colaborativa se deu com o uso de documento compartilhado em GDrive. **Resultados:** A partir de uma pesquisa exploratória no Scielo, foram encontrados onze artigos referentes ao uso de plantas medicinais por indígenas no Brasil. Dentre estes trabalhos, dois não especificaram os povos indígenas que faziam uso das plantas; e nove artigos citaram, em conjunto ou separadamente, oito povos: Gavião (Ikolóéhj), Krahô, Kantaruré, Kaiowá, Guarani, Tapeba, Pataxó e Makuxi. Dentre estes artigos, apenas três fazem relatos de uso de plantas medicinais para tratamento de transtornos mentais, dentre elas destaca-se a ayahuasca, um composto de duas plantas medicinais diferentes. O tratamento de doenças comportamentais, como na purificação da mente e do corpo ou na cura da depressão com utilização da bebida yawaska, encontra-se com nomes diferentes, por questões da língua e cultural. Por exemplo, no povo Yanomami chama-se Yarkuanã e na cultura Omágua/Kambeba para a realização da bebida yawaska, utiliza-se duas plantas, principalmente *Banisteriopsis caapi* (Spruce ex Griseb.) Morton (Malpighiaceae), um cipó, e *Psychotria viridis* Ruiz & Pav. (Rubiaceae), um arbusto/árvore. **Considerações finais:** Sabe-se que a organização, circulação e usabilidade de dados, informações sobre plantas medicinais pode, inclusive, contribuir com os serviços públicos de saúde que disponibilizam plantas medicinais e/ou fitoterápicos. No entanto, os conhecimentos acessíveis a esse respeito, ainda, são escassos. Assim, ressalta-se a importância dos resultados parciais deste estudo, a respeito dos saberes indígenas, praticados com plantas medicinais sobre doenças mentais e comportamentais, no Brasil.

Palavras-chave: PET Saberes Indígenas. Ervas. Plantas medicinais. Cultura e conhecimento indígena.

Saúde, doença e seus determinantes na perspectiva do povo Pankararu: um diálogo entre cosmologia, ciências e formação médica

Geovan José dos Santos¹⁵
Francine Rocha¹⁶

Introdução: A presente pesquisa surgiu da necessidade de compreender as relações entre saúde e doença e seus determinantes na perspectiva do povo indígena Pankararu. Tal recorte decorre da constatação de que não há reconhecimento e valorização da medicina nativa indígena no ensino das Ciências Médicas no Brasil. Como autor principal pertence a essa etnia e é graduando em Medicina na Universidade Federal do Paraná-UFPR, pretende com essa pesquisa em andamento contribuir para uma reflexão sobre a necessidade da formação médica entender que a plurieticidade e a interculturalidade compõem o fazer profissional na área da saúde. **Objetivos:** (1) Compreender o conceito de saúde-doença na perspectiva dos povos indígenas Pankararu e os determinantes sociais e culturais envolvidos nos processos de saúde-doença. (2) Conhecer a atuação do Subsistema da Saúde Indígena na saúde primária do território Pankararu, tendo em vista suas especificidades socioculturais e geográficas. (3) Verificar se há interconexões entre a medicina ocidental e os saberes indígenas, com o intuito de conhecer as especificidades étnicas e culturais da saúde indígena Pankararu. (4) Contribuir para a discussão sobre o lugar da pluriethnicidade no saber científico e no fazer dos profissionais de saúde. **Metodologia:** Pesquisa qualitativa de desenho etnográfico e estudo de caso, com estratégias de observação participante e entrevistas semiestruturadas com indígenas usuários eventuais ou recorrentes, lideranças e profissionais indígenas e não-indígenas. As entrevistas estão sendo realizadas de forma remota (online), devido à pandemia pelo COVID-19 e à distância entre Paraná e Pernambuco. O estudo observacional será realizado no Polo Base de Saúde Pankararu, município de Jatobá, na Aldeia Brejos dos Padres. **Resultados:** Foram entrevistados sete indígenas Pankararu de oito previstos. A transcrição e análise dos dados está em andamento. Preliminarmente estão evidenciando que os determinantes envolvidos no processo saúde-doença Pankararu estão vinculados intimamente a elementos da terra e a uma relação equilibrada entre seres vivos, seres encantados, saberes indígenas e ciências médicas. Os Pankararu têm denunciado a inexistência de medicamentos básicos, falhas no planejamento e execução das ações em saúde e que a participação dos indígenas nos

¹⁵ Acadêmico de Medicina na Universidade Federal do Paraná (UFPR), bolsista no Projeto “MediAção: Diferenças e Conflitos - interações étnico-raciais”, convênio Fundação Araucária/UFPR. Povo Pankararu. E-mail: geovann.santos90@gmail.com

¹⁶ Doutora em Educação, pesquisadora da área de Educação Indígena, coordenadora do Projeto “MediAção: Diferenças e Conflitos - interações étnico-raciais” e diretora técnica do Centro de Assessoria e Pesquisa em Psicologia e Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Pesquisadora não indígena. E-mail: rocha.francine@gmail.com

estabelecimentos de saúde é apenas simbólica, contrariando leis e normativas que garantem a participação social como exercício da cidadania indígena. Dessa forma, as ações de saúde não se adequam ao modelo de cuidado intercultural, distanciando-se de ações tradicionais de curas. Cabe, portanto, salientar que há um desejo dos Pankararu em reorganizar as ações de saúde em conformidade a um modelo de atenção diferenciada e intercultural. **Conclusão:** Congruentes às constatações do autor principal quanto à ausência de uma perspectiva intercultural na formação profissional em saúde no Ensino Superior, os dados levantados apontam haver um distanciamento entre os saberes científicos e indígenas que afetam o relacionamento entre os profissionais e a comunidade, comprometendo a eficácia dos tratamentos. Como visto, o foco na oferta de serviços de saúde nas TIs deve reconhecer institucional e cientificamente as práticas e os saberes tradicionais, pois a qualidade dessa interlocução interfere no processo de adoecimento e cura. Cabe, portanto, contemplar na formação em saúde uma perspectiva tridimensional: científica, cultural e de crenças.

Palavras-chave: Saúde indígena. Pankararu. Formação médica. Educação Superior.

Visões anatômicas: escritas e leituras artísticas nas áreas da saúde

Mateus Henrique Matias Claudino¹⁷
Nivia Anaja Gonçalves Carneiro¹⁸
Thaiane Raulino Sampaio¹⁹

Introdução: O presente trabalho é fruto do projeto de extensão “Saberes outros: estudos e ações indígenas” da Universidade Estadual de Ponta Grossa e tem como principal objetivo auxiliar acadêmicos, sobretudo indígenas, da área da saúde e afins a compreender a anatomia humana a partir de manifestações artísticas e lúdicas, e expor como metodologias ativas, entre docentes e discentes, mudariam as relações de ensino aprendizagem dos envolvidos. A metodologia utilizada na pesquisa é a observação, a fim de modificar estruturas preestabelecidas, colocando os estudantes não somente como espectadores, mas também como autores, mostrando como a arte pode auxiliar no ensino das ciências. O desenho, principal ferramenta metodológica do estudo, é uma forma interativa com quem o gera e quem o sente e acaba sendo participativo e agradável como método educativo, fugindo da monotonia do ensino eurocêntrico vigente nas universidades públicas, tornando os conteúdos mais interessantes e induzindo os estudantes a se aprofundarem nos temas não somente por obrigatoriedade disciplinar, mas por interesse na multidisciplinaridade pois a ludicidade facilita na compreensão da anatomia do corpo humano onde através da imagem podemos ter uma visão mais compreensível como forma de leitura do não tangível. Para nós indígenas os desenhos nos fazem acessar memórias ancestrais onde todos, independentemente de suas formações estudantis, têm capacidade de compreendê-los a partir de uma relação de familiaridade. Retomar escritas ancestrais sob a visão branca de ensino dissipa um pensamento, além do “científico moderno”, onde as interações de saberes desenvolvem diálogos de resistência e existência da identidade indígena na “modernidade”, pois é necessário ler e escrever nossas ideologias de formas não fragmentadas, como ensina o modelo eurocêntrico. O ensino deve conduzir os educandos a analisar e reconhecer elementos empíricos como palpáveis, e para isso é necessária uma educação democrática e libertária onde utilizaremos de nossas realidades para narrativas de novas ciências.

Palavras-chave: Anatomia para indígenas. Escritas ancestrais. Ensino democrático.

¹⁷ Acadêmico de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Povo Guarani Nhandewa. E-mail: mateusmatias452@gmail.com. Ponta Grossa – PR.

¹⁸ Acadêmica de Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Povo Kaingang. E-mail: niviacarneiro1229@gmail.com. Ponta Grossa – PR.

¹⁹ Acadêmica de Odontologia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Povo Guarani Nhandewa. E-mail: tayaguarani95@gmail.com. Ponta Grossa – PR.

Ayurí

David Venancio Cardoso²⁰
 Sheldon Yupuri Barreto Gonçalves²¹
 Luciene Valério Rodrigues²²
 Tatiane Prado Arantes²³
 Vanessa da Silva Lopes²⁴
 Yurica Oliveira Galvão da Silva²⁵
 Thaysa Falcão Soares²⁶
 Ramoel Massi Mariano²⁷
 Yanapa M. Kuikuro²⁸
 Érica Soares Assis²⁹
 Nelson Filice de Barros³⁰

Introdução: O Ayurí é um projeto do Laboratório de Práticas Alternativas, Complementares e Integrativas em Saúde (LAPACIS) da Unicamp onde acontecem encontros interculturais a fim de explorar as diferentes formas de vivenciar, significar e ressignificar, entre outros aspectos, as definições de saúde, doença e cuidado a partir do ponto de vista dos acadêmicos ingressantes por meio do vestibular indígena da Universidade. Objetivos: No decorrer deste projeto buscamos compreender os sentidos atribuídos a saúde, doença e cuidado pelos aprovados no vestibular exclusivo. Assim como compreender a dinâmica de ressignificações desses conceitos nas experiências dos estudantes, entender eventos que se relacionam ao contexto da diáspora e da política de localização que condicionam essas experiências e identificar os recursos demandados pelos distintos estudantes. Metodologia: A metodologia adotada para este é do co-labor, onde acontece o desenvolvimento de um conjunto de estratégias para a produção de

²⁰ Acadêmico de Engenharia de Computação na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Povo Baré. E-mail: d257923@dac.unicamp.br. Campinas - SP.

²¹ Acadêmico de Engenharia Elétrica na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Povo Yepa Mahsa. E-mail: s258218@dac.unicamp.br. Campinas - SP.

²² Acadêmica de Administração Pública na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Povo Kanamary. E-mail: l182856@dac.unicamp.br. Limeira - SP.

²³ Acadêmica de Ciências Econômicas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Povo Tukano. E-mail: t260931@dac.unicamp.br. Campinas-SP.

²⁴ Acadêmica de Administração Pública na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Povo Baré. E-mail: v194595@dac.unicamp.br. Limeira-SP.

²⁵ Acadêmica de Engenharia Elétrica na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Povo Tukano. E-mail: y257546@dac.unicamp.br. Campinas-SP.

²⁶ Acadêmica da Pedagogia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Povo Tariano. E-mail: t260744@dac.unicamp.br. Campinas - SP.

²⁷ Acadêmico de Artes Cênicas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Povo Terena. E-mail: r216078@dac.unicamp.br. Campinas-SP.

²⁸ Acadêmico de Letras na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Povo Kuikuro. E-mail: y260965@dac.unicamp.com.br. Campinas-SP.

²⁹ Mestranda em Clínica Médica na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora não indígena. E-mail: e232132@dac.unicamp.br. Campinas - SP.

³⁰ Professor titular do curso de Medicina da Faculdade de Ciências Médicas na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador não indígena. E-mail: filice@fcm.unicamp.br. Campinas - SP.

informações assentadas na interculturalidade (abertura para reconhecer o encontro entre culturas distintas para aprendizagem mútua), na interepistemicidade (abertura para reconhecer que diferentes conhecimentos existem em culturas diferentes) e decolonidade (forma para estabelecer relações que não visam impor controle e submissão). Os estudantes estão sujeitos a participar do processo de construção, execução dos encontros e propostas de registro das experiências, que podem ser, entre outras, áudio e vídeo, com elaboração de narrativas coletivas ou individuais. Resultados: O projeto tem como resultados parciais a construção dos diálogos pautados no exercício de colaboração, através dos quais o projeto está sendo delineado. Além disso, a partir das oficinas de audiovisual estão sendo criados vídeos que atuam como uma ferramenta de autorreflexão para os acadêmicos e promoção e fortalecimento cultural. Por fim, anexo ao projeto Ayurí ocorrem as aulas de Movimento Vital Expressivo, com a formação de um grupo de acolhimento e escuta que tem se tornado um espaço de referência e apoio mútuo entre acadêmicos indígenas. Conclusão ou Considerações Finais: Desse modo o Ayurí é importante para futuras retificações dos processos feitos pela universidade em relação a saúde dos universitários indígenas.

Palavras-chave: Ayurí. Saúde indígena. Indígena na Universidade. Co-labor. LAPACIS.

Uso das plantas medicinais pelo povo Javaé durante a pandemia da covid-19

José Mário Idiolumari Javaé³¹
Paulo André Ixati Oliveira Karajá³²
Rosemary Negreiros de Araújo³³

Introdução: O estudo foi realizado com o povo indígena Javaé, habitantes da Ilha do Bananal, situada às margens do rio Javaé, estado do Tocantins, Brasil. Os Javaé falam a língua Iny, nome pelo qual também se autodenominam. Até o início do século XX, mantiveram-se mais isolados da sociedade nacional do que os vizinhos aparentados Karajá e Xambioá, mas as três etnias possuem um histórico de proximidade, os Karajá mediarão o contato dos Javaé com a sociedade nacional até o fim do século XIX. O isolamento foi fundamental para preservação do grupo —, evitando capturas e mortandades promovidas pelos bandeirantes e a política repressora dos aldeamentos; e pelas epidemias trazidas pelos colonizadores — contribuindo para manutenção de uma população mais numerosa que os povos vizinhos. Em relação à saúde, o uso das plantas medicinais é uma prática antiga. No início da Pandemia do Coronavírus no Brasil no final de março de 2020, as aldeias indígenas do povo Javaé foram contaminadas pelo vírus da Covid-19. Em razão disso, os caciques e líderes indígenas decretaram isolamento social nas aldeias. Mesmo com o isolamento, foram grandes os desafios, medidas adotadas pelo governo para mitigar o efeito da doença, direcionadas à população mais vulnerável, demoraram a chegar e o povo indígena teve que buscar alternativas próprias de combate ao vírus. Não fossem estas medidas, muitos não teriam conseguido aguardar a vacinação que iniciou, somente, em janeiro de 2021, para os grupos prioritários, incluindo os indígenas, em meio a uma campanha contrária à vacinação, baseada em fake news.

Objetivos: Compreender a importância das plantas medicinais para o povo Javaé; Inventariar as plantas medicinais e os seus usos, notadamente durante a pandemia da Covid-19; Visibilizar o conhecimento milenar dos anciões sobre plantas medicinais.

Metodologia: Para realização da pesquisa foram entrevistados os anciões da aldeia para inventariar, fotografar e levantar conhecimento sobre as plantas medicinais mais utilizadas durante a pandemia. Destacaram-se o uso das seguintes plantas: boldo, quina, seserutà e waurihedé, todos remédios amargos. O chá de boldo, utilizado no combate ao vírus do coronavírus; chá da quina usado na melhoria da fraqueza e pressão alta; seserutà, remédio para tosse e dor na garganta; e waurihedé para evitar e combater vermes e demais parasitas. Além dos alunos-pesquisadores foram incluídos moradores

³¹ Acadêmico de administração da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Povo Javaé. E-mail: idiolumarijavae@gmail.com. Palmas Tocantins Brasil.

³² Acadêmico de Direito da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Povo Karajá. E-mail: paulokaraja@gmail.com. Palmas Tocantins Brasil.

³³ Docente no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Pesquisadora não indígena. E-mail: rosearaujo@uft.edu.br, Miracema, Tocantins- Brasil.

das aldeias para acompanharem o uso e aprendizado sobre a utilização das plantas na medicina indígena e como estas auxiliam no combate ao covid-19 e novas doenças ligadas aos problemas respiratórios. **Resultados:** A prática de fazer o remédio caseiro aumentou durante a pandemia do novo coronavírus. A pesquisa contribuiu com a revitalização do uso de plantas medicinais pela comunidade indígena da aldeia Bela Vista e aldeias circunvizinhas. Não indígenas, também, consumiram remédios preparados pelos indígenas Javaé, provando a eficácia dos remédios no tratamento da Covid-19. **Considerações finais:** Os saberes indígenas sobre as plantas medicinais são de fundamental importância, não somente para indígenas, mas para a população em geral e podem contribuir para o tratamento da Covid-19 no Brasil e no mundo.

Palavras-chave: Uso das plantas medicinais. Aldeia Bela Vista. Covid-19. Povo Javaé.

Estudantes indígenas da UFSCAR e os impactos da COVID-19 em suas comunidades

Eliane Claudio Guilherme³⁴

Gilmara dos Santos Gonçalves³⁵

Vitória Manoela de Oliveira Melo³⁶

Este estudo é realizado por uma equipe interdisciplinar de estudantes indígenas orientadas por docentes atuantes no PET Conexões de Saberes Indígenas da UFSCar. O objetivo principal do estudo é levantar informações acerca das condições socioambientais e sanitárias das etnias presentes no corpo estudantil indígena da UFSCar a fim de conhecer e explicitar os impactos gerados pela Covid-19 nesta população. Trata-se de um estudo exploratório com base em levantamento bibliográfico e de dados secundários advindos de sites oficiais de entidades como a Organização Mundial da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e outros e setores administrativos da Universidade Federal de São Carlos, dos anos de 2020 e 2021. Serão abordados os aspectos quantitativos e qualitativos que envolvem as situações indígenas durante a culminância da pandemia, assim como os enfrentamentos destes nas comunidades indígenas. Os impactos identificados inicialmente são: diminuição do escoamento de mercadorias internas às aldeias; a dificuldade de deslocamentos até a cidade em busca de compra de alimentos; comprometimento das relações afetivas em função do distanciamento; óbitos nas aldeias; aumento do número de invasões em terras indígenas (garimpos, por exemplo); perdas dos velhos detentores de saberes ancestrais e medicinais; apagamento histórico de uma nação indígena; trânsito de não indígenas por dentro da comunidade para acessar outros espaços de mercado; impedimento de realização de eventos culturais tradicionais realizados com um número grande de participantes; assassinatos de lideranças de algumas regiões; aumento significativo de casos de depressão e ansiedade nas aldeias; aumento de consumo de bebidas alcoólicas entre outros. Esses impactos geraram situações a serem enfrentadas direta e/ou indiretamente. Alguns desses enfrentamentos foram expressos com maior clareza e evidência, sendo que outros não ocorreram ou ainda estão em processo de organização e mobilização por parte dos povos indígenas. Os enfrentamentos mais evidentes foram: o uso de medicina tradicional para o combate à Covid-19, isoladamente ou em conjunto com a medicina convencional; isolamento da aldeia conforme estipulado pela liderança indígena; barreiras sanitárias criadas pela própria comunidade, para proteção do povo

³⁴ Acadêmica de Ciências Biológicas Bacharelado da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Baniwa. E-mail: elianeguilherme@estudante.ufscar.br. Sorocaba-SP.

³⁵ Acadêmica de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Baré. E-mail: gilmara.goncalves@estudante.ufscar.br. Sorocaba-SP.

³⁶ Acadêmica de Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais- Libras/Língua Portuguesa- TILSP da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Pankararu. E-mail: vitoriapankararu23@gmail.com. São Carlos- SP.

tendo apoio dos caciques, lideranças e jovens; conscientização da população sobre as medidas sanitárias, por meio da comunicação das lideranças, com o uso de meios digitais e televisivos; barreiras aos não indígenas via comunidade para acessar outros espaços e também para os que desejavam acessar a própria comunidade para fins comerciais. As informações levantadas foram analisadas a partir de uma visão crítica da realidade socioambiental do país e abordadas de maneira a aprofundar a reflexão acadêmica acerca do cotidiano e vivência indígena em situação de pandemia. Sendo um dos maiores impactos, o sentimento de busca de alento para lidar com as perdas dos velhos detentores de saberes ancestrais e da medicina tradicional, além do apagamento da memória histórica dos povos indígenas brasileiros.

Palavras-chave: Covid-19. Saúde indígena. PET Conexões de Saberes Indígenas. UFSCar.

Universidade e diversidade: a potencialidade do PETI indígena da UFMG na transversalidade dos saberes

Lívia de Souza Pancrácio de Errico³⁷

Otávio Júnior da Costa³⁸

Werly Pinheiro de Abreu³⁹

Introdução: Há mais de 10 anos o Programa de Educação Tutorial Indígena - Conexão dos Saberes (PETI) vem promovendo uma maior inclusão dos alunos indígenas, ingressantes pelo Programa de Vagas Suplementares (vestibular específico para indígenas aldeados que conta atualmente com 10 cursos de graduação, sendo ofertadas 2 vagas suplementares em cada curso), na UFMG. Desde 2010, o PETI contemplou 50 bolsistas de oito etnias (Atikum, Kambeba, Kaxixó, Pankará, Pankararu, Pataxó, Tupinikim, Xakriabá) de cinco estados (Amazonas, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Pernambuco).

Objetivos: Promover a autonomia desses estudantes na aplicação do conhecimento adquirido na universidade, acrescido dos conhecimentos tradicionais de seu povo, fortalecendo laços e proporcionando melhoria na qualidade de vida do estudante e sua comunidade. **Metodologia:** Cada área propõe projetos julgados relevantes pelos alunos de acordo com a realidade de cada aldeia e/ou etnia. A maioria se concentra em levantamentos, análises e intervenções em problemas que as comunidades indígenas enfrentaram e/ou vêm enfrentando ao longo dos anos. O delineamento experimental, coleta de dados e análises foram coordenados e supervisionados por professores orientadores de cada área. Os trabalhos de campo foram realizados na maioria das vezes nos períodos de férias e a discussão e análise dos dados após o retorno das comunidades. Atividades de extensão nos períodos de férias também são feitas nas comunidades visando promover o retorno da fusão de sua experiência técnico científica na UFMG com os saberes locais. **Resultados:** Os projetos desenvolvidos foram: levantamento de sites e perfis em redes sociais brasileiras que abordassem a temática COVID-19 e indígenas; registro gráfico dos relatos de experiência dos estudantes indígenas durante o enfrentamento ao novo coronavírus em seus territórios. Cada projeto apresenta um delineamento experimental com coleta de dados e análises, coordenados e supervisionados por professores orientadores de cada área. Os trabalhos de campo são realizados, na maioria das vezes, nos períodos de férias e a discussão e análise dos dados

³⁷ Coordenadora do PET Indígena e professora do Departamento Materno Infantil e Saúde Pública da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora não indígena. E-mail: pancracio.err@gmail.com. Belo Horizonte - MG.

³⁸ Acadêmico de Medicina da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Povo Kaxixó. E-mail: otaviocostaufmg@gmail.com. Belo Horizonte - MG.

³⁹ Acadêmico de Enfermagem da Escola de Enfermagem da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Povo Xakriabá. E-mail: werlypinheiro@hotmail.com . Belo Horizonte - MG.

após o retorno à UFMG. Os acadêmicos desenvolvem, também, atividades de extensão nos períodos de férias nas comunidades visando promover o retorno da fusão de sua experiência técnico científica na UFMG com os saberes locais. Os projetos de pesquisa desenvolvidos nas comunidades indígenas abordam diferentes temas adequados às realidades locais, sempre com objetivo de identificar e sanar situações que representam desafios para as comunidades ou etnias. **Considerações Finais:** As ações desse programa contribuem para o reconhecimento e fortalecimento do direito dos povos indígenas em diferentes áreas como: Saúde, Educação, Meio Ambiente, Direitos Constitucionais e Cultura. Além disso, destaca-se a contribuição deste PET para a formação acadêmica dos estudantes e seu aprimoramento como profissionais conhecedores dos seus próprios problemas.

Palavras-chave: Indígenas. Saúde. Meio Ambiente. Cultura. Educação.

Desafios e persistências de estudantes indígenas na universidade: impactos sobre a saúde mental

Flávio da Silva Santos⁴⁰

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), é possível contabilizar no Brasil um número de cerca de 305 povos indígenas e mais de 274 línguas indígenas. Cada povo possui suas especificidades: são diversas as culturas, tradições e modos de viver. O presente estudo tem o objetivo de discutir os desafios da permanência de estudantes indígenas na universidade e suas possíveis relações com experiências de sofrimento que impactam a sua saúde mental. Trata-se de um tema ainda pouco estudado, até porque a Lei de Cotas (Lei 12.711) – que garantiu a reserva de 50% das vagas em universidades e institutos federais para pessoas negras, pardas, indígenas, com deficiência e de famílias de baixa renda – é historicamente recente: completará uma década em 2022, quando estará sujeita à revisão pelo Congresso Nacional. Como metodologia de pesquisa, inicialmente consultamos os Portais Scielo, Google Acadêmico e Google, mas não foram encontrados trabalhos sobre experiências de estudantes indígenas na universidade e sua relação com a saúde mental. Na revisão de literatura sobre questões de saúde mental de estudantes universitários, notamos um aumento dos índices de adoecimento mental nos últimos anos, com destaque para depressão e ansiedade. No entanto, nada se fala especificamente sobre a saúde mental de estudantes indígenas. Assim, optamos por fazer essa discussão a partir de minha vivência pessoal e convivência com outros estudantes indígenas na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Como resultados, temos observado situações que impactam o bem-estar e a saúde mental de estudantes indígenas. Nossas experiências estão marcadas por dificuldades relacionadas ao afastamento da família e dos costumes tradicionais; pela necessidade de lidar com realidades socioculturais com valores e costumes muito diferentes daqueles de nossas comunidades de origem; por dificuldades financeiras (as bolsas de permanência são insuficientes para cobrir os gastos básicos); pela ausência de espaços onde possamos realizar nossos rituais e trocas de experiências; pela sobrecarga; entre outras. Finalmente, consideramos a importância de adotarmos uma perspectiva não-medicalizante para compreender os impactos sobre o bem-estar e a saúde mental de estudantes indígenas, pois a medicalização individualiza a compreensão de nossos sofrimentos, como se eles nada tivessem a ver com as dificuldades e desafios concretos que enfrentamos para persistir na universidade e lutar pelo nosso direito à formação no ensino superior.

Palavras-chave: Saúde mental indígena. Experiências universitárias. Sofrimentos. Perspectiva não-medicalizante.

⁴⁰ Acadêmico de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisador não indígena. E-mail: flavios@ufba.br

Projeto LENTES: um olhar da juventude indígena sobre pandemia de COVID-19

Ivanízia Ruiz Guimarães⁴¹

Em 2020, o Grupo PET Litoral Indígena completou sua primeira década de existência. Sediado no Laboratório de Interculturalidade e Diversidade/LaID do Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná/UFPR, sua equipe reúne docentes e estudantes pertencentes a diversos povos indígenas e que cursam diferentes áreas profissionais e acadêmicas no ensino superior da UFPR. Os desafios do PET Litoral Indígena em tempos de pandemia: Na segunda quinzena do mês de março de 2020, o avanço da pandemia de COVID-19 surpreendeu a sociedade brasileira com a transformação da vida social sem precedentes na contemporaneidade. Inicialmente, produzimos indicadores que nos dessem um panorama da situação dos próprios estudantes indígenas da UFPR. Onde e como estavam? Quais suas dificuldades imediatas? Ainda no mês de março de 2020, esse primeiro conjunto de dados foi disponibilizado para as unidades administrativas da UFPR, visando a qualificar o acolhimento, acompanhamento e assistência universitária a estudantes indígenas durante a quarentena, considerando a suspensão do calendário letivo. A partir de maio de 2020, nos debruçamos sobre o desafio da inclusão indígena frente a gradual retomada das atividades de pesquisa, extensão e ensino na modalidade remota. As desigualdades sociais, neste caso, se refletiram nas dificuldades de acesso às tecnologias digitais, originando um Programa de Inclusão Digital elaborado coletivamente e com participação de diversas instâncias da UFPR, incluindo o PET. Esse conjunto de estratégias possibilitou um primeiro plano de análise acerca da situação pandêmica nos povos indígenas, identificando fragilidades na efetivação de políticas públicas de atenção à saúde indígena, territórios, assistência social, cultura e educação, entre outras.

Palavras-chave: Saúde. Avanços e retrocessos no acesso à saúde indígena.

⁴¹ Bolsista do Grupo PET Litoral Indígena/MEC, acadêmica no curso de Direito da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Povo Tikuna. E-mail: ruiz.gui.iva@gmail.com

A morte, silenciosa do espírito, na construção do Estado Nação Brasil: etnocídio e genocídio nas raízes do Brasil

Victória Satiro de Sousa Martins⁴²

Introdução: A ótica colonial sobre a população originária é vendida para o mundo há mais de quinhentos anos, através dos veículos de comunicação, documentos estatais, mídias, literatura e produções científicas. Essa visão etnocêntrica, auxilia na cristalização do estereótipo do que é “ser” indígena, ilustrado ao longo da nossa história. A estória criada para justificar os roubos e os massacres contribui na construção de uma imagem negativa desses grupos para a sociedade, até os dias atuais. As categorias dos censos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para classificar cor/raça, foram criadas e remodeladas de acordo com seu contexto histórico e interesses políticos. Essas divisões já passaram por nomenclaturas como Parda, Mestiça, Cabocla, Indígena e são constantemente alteradas ou retiradas dos censos demográficos. **Objetivos:** A partir da análise das classificações utilizadas pelo IBGE para caracterizar a população “brasileira”, esse trabalho tem como objetivo analisar criticamente a forma como o Estado Nacional concebe e representa as populações originárias. **Metodologia:** Com base nas descrições dos censos, análise da transição de metodologia de classificação do IBGE, conjuntura política, formulação de políticas públicas, leis e cartas que descreviam o Brasil para coroa, a pesquisa se propõe a investigar como o Estado promoveu o apagamento da população originária Brasileira. **Resultados:** Essas ações, são bem estruturadas, e devem ser tratadas como um projeto político de extermínio a população nativa que resultam em um déficit nas formulações de políticas públicas, perpetuação de estereótipos nas artes, nas produções científicas sobre raça no Brasil (com uma grande lacuna sobre a população étnica), além da falta de dados para poder debater violência e desigualdade racial/social no Brasil. **Considerações finais:** A análise da construção das categorias do IBGE e suas remodelações são fundamentais para dialogar com autores africanos, negros, indígenas e indigenistas, para revelar as violências veladas desde 1500. O apagamento ocasionado, por causa dessas formulações, impactam diretamente nos debates sobre cotas raciais, retomada da população indígena classificada como parda, presença indígena nas favelas/ocupações/cidades, desemprego, COVID-19 e principalmente, na falta de formulação de políticas públicas para essa população fora dos territórios demarcados.

Palavras-chave: Etnocídio. Indígenas. Retomada. Censos Populacionais. IBGE. Colonização.

⁴² Formada pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) em Ciências Sociais. Pesquisadora não indígena. E-mail: ufscar.satiro@gmail.com. São Paulo - SP.

Desigualdade de acesso na saúde: uma reflexão acerca do subsistema de atenção à saúde indígena SASI/SUS na pandemia do COVID-19

Sarlene Moreira da Silca⁴³

Com a propagação da pandemia o surgimento da doença respiratória causada pelo coronavírus SARS-Cov-2 a desigualdade social de acesso aos serviços de saúde escancarou nas comunidades periféricas da Amazônia brasileira, devido à baixa escassez de serviço à saúde. Os povos indígenas que vivem em contexto urbano foram afetados com a invisibilidade provocada pela subnotificação e exclusão de assistência ofertada pela Secretaria Especial de Saúde Indígena SESAI/MS, com a ausência de insumos básicos como, leitos hospitalares, fornecimento de oxigênio, plano de imunização nacional de vacinação e da realização de testes rápidos. A lei Arouca 9.836/99 que criou o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no Sistema único de Saúde/SUS preconiza especificamente o atendimento aos indígenas que vivem nos territórios indígena abrangido pelos Distritos Sanitários Especiais Indígena e que estão cadastrados no Sistema de Atenção à Saúde Indígena-SIASI, corroborando para a desigualdade de acesso aos serviços de saúde. Os povos indígenas que vivem em diferentes contextos em situação de vulnerabilidade social, não estão menos expostos a situação de risco e contaminação pelo COVID-19, não foram incluídos do plano de contingência desenvolvido pela SESAI, que foi enfática em afirmar que só tem responsabilidade em realizar atendimento dos povos indígenas aldeados. Dessa forma o presente resumo objetiva refletir a Política Nacional de Atenção à Saúde PNASPI e o SASI/SUS propondo o aperfeiçoamento dessa política para garantir o atendimento integral à saúde a todos os povos, à luz a do projeto de lei 1142/20 que propôs medidas urgente de apoio aos povos indígenas em razão do novo coronavírus (COVID-19). A metodologia baseou-se em pesquisa qualitativa de cunho bibliográfico, um estudo analítico a partir de pesquisas documentais impressas como, livros, artigos, relatórios e teses, sobretudo, documentos legais do qual se desenvolveu o conhecimento científico. O resultado que se pretende alcançar é contribuir com o conhecimento científico incidindo para o aperfeiçoamento da PNASPI e do SASI/Sus incluindo em sua política o atendimento a todos os indígenas independente de sua localidade. A situação desses povos atingidos pela pandemia é fundamental para a construção de políticas emergenciais e de longo prazo para o controle de patologias da COVID-19 garantindo os direitos humanos de forma equânime. É nítido o impacto que a COVID-19 causou a vida da população brasileira vitimados pelo vírus,

⁴³ Professora do Curso de Gestão em Saúde Coletiva Indígena Instituto Insikiran de Formação Superior Indígena Universidade Federal de Roraima (UFRR). Povo Macuxi. E-mail: Sarlene.moreira@ufr.br. Boa Vista - RR.

nesse processo os povos indígenas foram inviabilizados pelo poder público, pois, não entraram na contabilidade oficial de notificação este estudo contribui para que haja novas discussões e proposições no que diz respeito ao aperfeiçoamento da PNASPI para que a política contemple todos os povos indígena no serviço oferecidos pelo SASI/SUS de forma integral e não somente em tempo de pandemia.

Palavras-chave: Saúde indígena. Desigualdade. Covid-19.

O impacto da pandemia da COVID-19 nos territórios indígenas

Igor No Sá Inácio⁴⁴
Madalena Kuitá⁴⁵

A pandemia do novo coronavírus enfatizou desigualdades já existentes no Brasil e o seu impacto nos grupos em situação mais vulnerável foi maior. Este trabalho, assim, explora o tema da saúde dentro das terras indígenas, buscando visar os efeitos da pandemia da covid-19 nas aldeias indígenas, o contexto de pressões aos povos indígenas e, por fim, abordando sobre saúde indígena e a evolução de óbitos. Como metodologia, houve uma pesquisa bibliográfica que destacou que a transmissão da covid-19 em território nacional, ao longo dos meses, resultou em acelerado crescimento da proporção da população indígena em situação de alto risco tanto em zonas urbanas quanto em zonas rurais. Atingindo, inclusive, a área de ocupação de povos isolados e de recente contato. Como resultado, encontramos que atualmente a pandemia afetou mais da metade dos 305 povos indígenas, com cerca de 800 óbitos e mais de 40 mil casos confirmados. Além disso, os óbitos de indígenas parecem revestidos de uma dupla capa de invisibilidade: não são percebidos como importantes o suficiente para mobilizar a sociedade e não reflete a realidade das aldeias, impactadas pela covid-19, uma vez que sabemos que há uma ligação clara entre a conservação ambiental e o bem estar das pessoas que vivem a fazer a gestão de seus territórios. Para concluir, desde os primeiros alertas da disseminação da COVID-19 em território nacional, diversas comunidades indígenas têm adotado estratégias de alta proteção, como isolamento voluntário, a circulação de pessoas das aldeias para o centro urbano, a produção de materiais educativos e organização de campanhas para garantir a segurança das famílias indígenas.

Palavras-chave: Territórios indígenas. COVID-19. Saúde.

⁴⁴ Acadêmico de Enfermagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Povo Kaingang. E-mail: igorinacio2110@gmail.com. Ponta Grossa-PR.

⁴⁵ Acadêmica de Enfermagem da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Não informou o pertencimento étnico. E-mail: kuitaoliveira10@gmail.com. Ponta Grossa - PR.

Hospitalizações de crianças indígenas por causas evitáveis no estado de Roraima

Jainne Gomes de Melo⁴⁶

Introdução: Este trabalho corresponde ao produto do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde da Universidade Federal de Roraima, cuja pesquisa alicerçou-se no entendimento de que as condições de saúde dos povos indígenas permanecem pouco conhecidas e que os estudos que documentam esse quadro ainda são escassos. Pertencente ao povo Taurepang, convivo com as problemáticas existentes na saúde indígena, os seus reflexos negativos sobre as comunidades e suas consequências nos indicadores de saúde e qualidade de vida da população indígena de Roraima. **Objetivos:** Descrever as causas de Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária de crianças indígenas menores de quatorze anos no estado de Roraima entre os anos de 2009 e 2019. **Metodologia:** As Internações por Condições Sensíveis à Atenção Primária foram classificadas por grupos de causas contidos na Lista Brasileira de ICSAP, a partir dos registros de causas de internação na Autorização de Internação Hospitalar (AIH), os dados foram acessados do Sistema de Informação Hospitalar (SIH/SUS), disponibilizados pelo Ministério da Saúde (MS) por meio do Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde – DATASUS. **Resultados:** Houve 8.099 hospitalizações por CSAP em crianças < 14 anos, correspondente na categoria indígena da variável cor ou raça. As crianças do grupo etário < 1 ano apresentaram as maiores tendências de internações, independente do ano estudado, o sexo masculino foi o mais acometido e constatou-se que as Pneumonias bacterianas apresentaram a maior frequência de internações, acompanhadas das Gastroenterites Infecciosas e Complicações. **Considerações finais:** A análise demonstra que existem insuficiências de cobertura e efetividade da rede de Atenção Primária na Saúde Indígena de Roraima, que merece ser investigada a partir de outras metodologias avaliativas e corrigidas através de mudança do modelo assistencial existente, a fim de minimizar as internações por causas “reduzíveis por ações de promoção à saúde vinculadas a ações adequadas de atenção à saúde”.

Palavras-chave: Morbidade Hospitalar. Povos indígenas. Internações evitáveis.

⁴⁶ Graduada em Gestão em Saúde Coletiva Indígena, pela Universidade Federal de Roraima (UFRR); mestre em Ciência da Saúde, pelo Programa de Pós-graduação em Ciência da Saúde da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Povo Taurepange. E-mail: ynesampa@gmail.com. Boa Vista - Roraima.

Avanços e desafios na implantação da medicina tradicional indígena durante a pandemia de COVID-19

Gabriel de Braga Lima⁴⁷

Introdução: Este estudo tem como objetivo discutir os avanços que a saúde indígena teve durante a pandemia de COVID-19 e os desafios que foram enfrentados para que a medicina tradicional indígena fosse aplicada em pacientes com COVID-19 sem gerar riscos para a população indígena da área. **Objetivos:** Este resumo tem como objetivo mostrar como foi feito o atendimento de populações indígenas durante a pandemia de COVID-19 e os desafios de usar a medicina tradicional indígena mesmo com os riscos que a população pode ter durante a aplicação da medicina tradicional indígena em pacientes com COVID-19. **Metodologia:** Foi realizada uma busca na plataforma SCIELO com as palavras chaves “medicina indígena”, “COVID-19”, “saúde indígena”. Foram encontrados 15 trabalhos que após feita uma classificação pela leitura dos títulos e ou dos resumos foram escolhidos 4 trabalhos finais com dados mais centrados no tema. **Resultados:** A partir de uma pesquisa exploratória usando a palavra-chave “medicina indígena” combinada respectivamente com cada uma das palavras chave “saúde indígena”, “COVID-19”, foram encontrados 4 artigos referentes ao uso do medicina tradicional indígena durante a pandemia de COVID-19. Dentre estes trabalhos, dois artigos apontaram que os povos indígenas procuravam as unidades de saúde para atendimento de programas de atenção à saúde, tratamentos para casos que não conseguem resolver e para conversar. Essas motivações fundamentaram a discussão do processo de indigenização do enfrentamento da pandemia do COVID-19 em terras indígenas. Os artigos também mostraram que o uso da pajelança e plantas medicinais também era autorizado pelos médicos e enfermeiros a serem aplicados em pacientes com COVID-19 com os devidos cuidados para que o vírus não fosse espalhado para o restante da comunidade. Um dos maiores desafios foi a compreensão dos significados atribuídos por cada povo indígena a COVID-19 e de seu particular modo de vida na gestão de medidas de saúde durante a pandemia e o tratamento de indígenas com sintomas graves de COVID-19 fora da aldeia que necessitava de diálogos com as lideranças e garantia de respeito a cultura indígena de cuidado com a saúde. **Considerações finais:** A pandemia de COVID-19 foi um grande desafio a ser enfrentado pela saúde indígena, o diálogo com as lideranças e a comunidade foi de extrema importância para que o acesso e a procura do atendimento de indígenas com sintomas fossem realizados com total respeito pela medicina tradicional, saberes ancestrais e a pajelança mesclada com a “medicina do branco” assim evitando mais óbitos e maior procura da comunidade pelo atendimento.

Palavras-chave: Territórios indígenas. COVID-19. Saúde.

⁴⁷ Acadêmico de Odontologia da Universidade Federal do Pará (UFPA). Povo Baré. E-mail: bragagabriel685@gmail.com. Belém-PA.

O levantamento do atendimento odontológico do povo Pankararu: a estrutura do serviço básico de saúde

Guilherme Manoel Silva Oliveira⁴⁸
Andréa Siqueira Carvalho⁴⁹

Introdução: O povo indígena Pankararu está localizado nos municípios de Tacaratu, Jatobá e Petrolândia. É considerada a segunda maior população de povos indígenas do estado de Pernambuco, com mais de 7.500 indígenas. O presente trabalho pretende levantar a estrutura do atendimento básico de saúde odontológica do Povo Pankararu. **Objetivos:** Levantar dados sobre a estrutura do atendimento odontológico na Aldeia Brejo dos Padres, Povo Pankararu – PE, e analisar a atual situação deste serviço básico de saúde, apontando quais aspectos ainda precisam ser melhorados. **Metodologia:** O levantamento da estrutura do atendimento básico de saúde odontológica foi realizado a partir de revisão bibliográfica e consultas à SESAI (Secretaria Especial de Saúde Indígena) e aos DSEI (Distritos Sanitários Especiais Indígenas). Os dados levantados pretendem contribuir para o levantamento dos aspectos epidemiológicos, culturais e econômicos do passado e do presente. Junto a isso, foi realizada uma entrevista semiestruturada com a atual auxiliar de saúde bucal da aldeia Pankararu para levantamento de dados do atual cenário e quais pontos que ainda precisam ser melhorados. **Resultados:** Atualmente, a SESAI conta com aproximadamente 469 cirurgiões-dentistas e 357 consultórios fixos completos no Brasil. A aldeia Pankararu mantém em atividade dois profissionais cirurgiões-dentistas, dois auxiliares de saúde bucal e sete consultórios odontológicos, distribuídos nas aldeias: Brejo dos Padres, Serrinha, Tapera, Saco dos Barros, Espinheiro, Bem Querer de Cima e Caldeirão. O funcionamento dessa estrutura acontece todos os dias, embora exista um cronograma que a equipe multidisciplinar segue para esses atendimentos. A partir da entrevista, foi possível constatar que os principais pontos a serem melhorados são: aumento da frequência dos atendimentos odontológicos e aumento do número de profissionais nos postos de tratamento. **Considerações finais:** Há um atendimento odontológico estruturado junto às aldeias do povo Pankararu, embora a estrutura atual não seja suficiente para atender a toda a população Pankararu. Além disso, o fato de haver um cronograma reduz a oferta diária de tratamentos, prejudicando a qualidade do serviço ofertado.

Palavras-chave: Atenção primária de saúde. Povos indígenas. Saúde indígena. Saúde bucal.

⁴⁸ Acadêmico de Odontologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Povo Pankararu. E-mail: guilhermepankararu@ufmg.com. Belo Horizonte – MG.

⁴⁹ Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pesquisadora não indígena. E-mail: andreacarvalho@ufmg.br. Belo Horizonte – MG.

Perfil epidemiológico dos indígenas acolhidos pelo telessaúde do Ambulatório de Saúde Indígena do Hospital Universitário de Brasília em tempos de COVID-19


Alisson Cleomar dos Santos⁵⁰

Introdução: O Ambulatório de Saúde Indígena do Hospital Universitário de Brasília recebe, encaminha e acompanha pacientes indígenas referenciados pelo sistema de saúde indígena. Em tempos pandêmicos, o ambulatório inicia a experiência do teleatendimento via telessaúde, que poderia ofertar atendimento a distância aos povos, evitando o seu deslocamento e exposição. Portanto, o objetivo deste estudo foi caracterizar o perfil epidemiológico dos indígenas acolhidos no telessaúde Indígena do Ambulatório de Saúde Indígena do HUB durante a pandemia de COVID-19. **Metodologia:** Foi realizado um estudo transversal, retrospectivo, com aspecto descritivo, acerca do perfil epidemiológico dos indígenas acolhidos pelo Telessaúde Indígena do Ambulatório de Saúde Indígena do Hospital Universitário de Brasília (ASI/HUB) na pandemia de COVID-19. Com acesso a 318 prontuários dos pacientes, foram coletadas as seguintes variáveis, importantes para essa investigação: data, nome, idade, sexo, etnia, DSEI, queixa, hipótese diagnóstica, comorbidades e condutas. Os dados foram coletados no sistema de prontuários eletrônicos do HUB. Foram incluídos neste estudo prontuários de pacientes indígenas que tenham solicitado atendimento pelo programa Telessaúde/ASI, no período de 27/07/2020 a 24/05/2021. **Resultados:** Os primeiros resultados nos mostram que houve uma maior procura feminina por atendimento, cerca de 55,97%. A faixa etária mais presente foi de 19-29 anos com 27,99% e 40 a 49 anos com 19,81%. A etnia que mais buscou atendimento foi a Tukano com 15,09% e o pertencimento maior foi ao DSEI do Xingú com 20,44% da amostra. No momento do atendimento 39,81% da amostra em um universo de 206 prontuários, relataram algum sinal ou sintoma da COVID-19, e em um universo de 86 atendimentos que relataram possuir comorbidade, 18,07% dessas eram relacionadas a doenças do aparelho circulatório. As principais condutas da equipe no momento do atendimento foi de orientar com 22,98% e encaminhar o paciente para novas investigações com 22,98%. Dos 82 pacientes que relatavam sinal ou sintoma de COVID 19, 60,98% eram do sexo masculino, com idades entre 50-59 anos com 39,02% da amostra e 40 a 49 com 32,05%. Principal etnia foi a Tukano com 24,39% e principalmente do DSEI Xingu com quase 34,15%. **Conclusão:** Os dados mostram uma maior procura feminina, que pode ser relacionada ao papel da mulher indígena no cuidado. A faixa etária presente foi a de adultos ativos. A etnia Tukano

⁵⁰ Acadêmico de Medicina da Universidade de Brasília (UnB), membro do Ambulatório de Saúde Indígena do Hospital Universitário de Brasília (ASI/HUB). Povo Pankararu. E-mail: alissonpankararu@gmail.com. Brasília - DF.

é uma das mais presentes em Brasília, portanto, acessam mais o ASI. O DSEI do Xingu abriga diversos povos, o que explicaria sua maior procura. Embora a COVID-19 tenha sido a principal queixa apresentada, a saúde mental aparece com alto índice, justificado pelas perdas de lideranças e a impossibilidade das práticas tradicionais. Em relação às comorbidades, a hipótese é que a introdução de maus hábitos potencializou o risco. As condutas adotadas estavam em consonância com os protocolos estabelecidos para a COVID. Os homens apresentaram mais sintomas de COVID o que se justifica com os papéis de lutas desempenhados por eles. Por fim, esse trabalho cumpre com seu objetivo e possibilita a criação de políticas públicas voltadas a esse povo e entende como limitação a escassez de dados na literatura.

Palavras-chave: Saúde indígena. COVID-19. Ambulatório de saúde indígena. Telemedicina. Perfil de saúde.



Área temática 7:

Terra nossa casa,
nossa mãe: retomada e
soberania alimentar
nos territórios
originários

Uso de plantas não convencionais na alimentação do povo Terena

Ariovaldo Massi¹
Renata Sebastiani²

Introdução: Plantas não convencionais (PANC) são aquelas que não estão no dia-a-dia da alimentação não indígena. De forma geral, a alimentação da humanidade é pouco diversificada e de baixo valor nutricional. Ainda sim, várias plantas da alimentação brasileira já eram usadas por povos indígenas, tais como o milho e a mandioca. Muitos povos indígenas têm alimentação enriquecida por plantas do seu entorno, mas não conhecidas pelo restante do país, sendo consideradas PANC. **Objetivos:** Destacar algumas PANC consumidas pelo Povo Terena. **Metodologia:** Este trabalho é um relato do primeiro autor, do povo Terena. **Resultados:** O povo Terena, desde sua origem e conhecimento tradicional, é reconhecido pela produção de roças. Para manter sua sobrevivência, considerando o tempo de produção de roças, o povo Terena já vem acompanhando períodos de frutificação das frutas do Pantanal e do Cerrado, típicos do Mato Grosso do Sul, onde vive este povo. Com orientações dos anciões, quando não é período de plantio ou de chuvas, as famílias buscam sustento na mata, coletando palmito (ano todo) e frutos de macaúba (agosto), além de frutas como guavira (novembro a janeiro), jatobá (agosto a setembro), barú (agosto) e ingás (outubro). Dentre estes alimentos destaca-se a macaúba (*Acrocomia aculeata* (Jacq.) Lodd. ex Mart. (Arecaceae)). Seu palmito pode ser cozido ou refogado, acompanhado por carne de caça, ou refogado com farinha (farofa), além de servir de alimentação in natura para animais de criação. Os frutos da macaúba são torrados e deixados guardados por semanas, consumidos nos dias de trabalhos nas roças. Para retirada do palmito existem técnicas específicas, pois existem muitos espinhos em suas folhas. Esta retirada requer o corte total da palmeira, mas o manejo é feito de forma sustentável, assim como todos os recursos retirados da mata. O manejo é feito ao redor da planta matriz, que muitas vezes não produz frutos saborosos e por isso seu palmito é retirado. Esta retirada ocorre após formação do banco de sementes ao seu redor, mantido para formar novas palmeiras, as quais algumas fornecerão frutos e outras o palmito (quando atingem cerca de um 1,5 metros de altura). Quando se escolhe uma área para fazer roça, mantém-se também o banco de sementes de macaúba para seu manejo. **Considerações Finais:** Tudo que o povo Terena retira da mata é usado para seu sustento, não havendo assim PANC. Na verdade, o que é PANC para não indígenas, já faz parte da cultura de povos indígenas. Pela sua proximidade com a natureza, o povo Terena tem muito conhecimento sobre alimentos que podem beneficiar não só seu povo, mas todo o Brasil.

Palavras-chave: Frutas nativas do Brasil, Macaúba, PANC.

¹ Acadêmico de Agroecologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Terena. E-mail: ariovaldomassi@hotmail.com. Araras - SP

² Docente da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora não indígena. E-mail: sebastiani@ufscar.br. Araras - SP

Análise físico-química da composição nutricional do fuá e do emi, alimentos típicos da culinário do povo Kaingang pertencentes à terra indígena Nonoai – RS

Gislaine Vieira da Silva³

Esta pesquisa refere-se ao desenvolvimento de dois alimentos típicos da etnia Kaingang: fua e emi, originários da Terra Indígena de Nonoai, RS. O objetivo deste estudo é determinar a composição nutricional físico – química deste prato, a partir da determinação de umidade e cinzas, proteína bruta, lipídios totais, carboidratos e fibras, em comparação com pratos comuns não indígenas, hortaliças folhosas e pão de broa branca. Também foi realizado um levantamento na literatura especializada da área, sobre o valor nutricional de hortaliças folhosas (BOTREL et al, 2020), avaliação qualitativa de farinha de trigo tradicional (DIAS et al. 2014), contemplando a alimentação dos Kaingang (OLIVEIRA, 2009). A pesquisa evidenciou: umidade 17%, cinzas: 2%, proteínas: 4%, lipídios: 9% e carboidrato 67 Kcal do emiI; e do fuá umidade 67%, cinzas: 2%, proteínas: 8%, lipídios: 5% e carboidrato 18 Kcal. A pesquisa encontra-se em desenvolvimento, todos os dados laboratoriais já foram coletados e analisados preliminarmente, restando refinar as análises e desenvolver correlações com a contextualização histórica e cultural desses alimentos para o povo Kaingang.

Palavras-chave: Povo Anacé. Medicina tradicional. Remoção. Reconstrução.

³ Acadêmica de Nutrição da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Povo Kaingang. E-mail: vieira.90590@gmail.com. Curitiba – PR.

Avaliação histórica dos impactos ambientais e culturais para o povo Tumbalalá em decorrência do desmatamento no território

Maria Aparecida da Cruz Xavier⁴

Introdução: O povo Tumbalalá está localizado entre os municípios de Abaré e Curaçá na Bahia, às margens do Rio São Francisco, em uma região da Caatinga, um bioma endêmico do semiárido brasileiro. Possui uma vegetação caducifólia e é rico em espécies importantes para a garantia da soberania alimentar e tradição cultural do povo Tumbalalá. Alguns exemplos são: a Jurema (*Mimosa acustipula*) e o Caroá (*Neoglaziova burlemarxii*), espécies consideradas sagradas pelo povo, e usadas como matéria prima para os rituais e artesanato; o Umbuzeiro (*Spondias tubelosa* L.), a Cabeça de Frade (*Melocactus zehntneri*) e o fruto do Mandacaru (*Cereus jamacaru*), utilizados como alimentos típicos da região em determinadas épocas do ano; além do Juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), Aroeira (*Schinus terebinthifolius*), Angico (*Mimosa hebecarpa*), Pau Ferro (*Astronium balansae*) dentre outras espécies vegetais utilizadas na medicina tradicional Tumbalalá. No entanto, há muitos anos vem se observando as perdas de espécies vegetais e animais que existiam dentro do território, que atualmente estão em risco de extinção em decorrência principalmente do desmatamento desordenado. Assim, este estudo parte da inquietação de uma estudante indígena Tumbalalá que ao longo do tempo vem fazendo observações visuais e reflexões pertinentes acerca das perdas da vegetação resultantes das ações cometidas nos últimos tempos e que vem se agravando cada vez mais, podendo trazer consequências irreparáveis para a cultura e tradição do seu povo futuramente. **Objetivos:** Identificar as principais causas e avaliar os impactos ambientais e culturais provocados pelo desmatamento dentro do território Tumbalalá. **Metodologia:** Será realizado uma análise quantitativa e qualitativa tomando como base de dados imagens de satélite através de plataformas digitais como o Map Biomas dos últimos 10 anos das áreas que historicamente compõem o território Tumbalalá, considerando principalmente os pontos sagrados para o povo e a utilização de materiais bibliográficos com estudos anteriores sobre o povo e desmatamentos em territórios indígenas. **Resultados:** espera-se que a partir deste estudo, obtenha-se uma visão mais ampla das problemáticas causadas pelo desmatamento, fornecendo um embasamento para buscar alternativas de combate e redução das perdas ambientais que foram acontecendo ao longo dos anos e que afeta culturalmente o povo indígena Tumbalalá. **Considerações Finais:** Fazer o acompanhamento do desmatamento dentro dos território

⁴ Acadêmica do curso de Agronomia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Povo Tumbalalá. E-mail: macxavier14@gmail.com. Feira de Santana - BA.

indígenas é fundamental para denunciar e intensificar as medidas de proteção e conservação dos territórios indígenas, sejam eles demarcados ou não, como caso do território Tumbalalá, uma vez que, historicamente os povos indígenas são os principais responsáveis pela preservação e conservação da biodiversidade brasileira.

Palavras-chave: Território indígena. Análise histórica. Desmatamento.

Caminhando de mãos dadas: as técnicas de caça dos territórios indígenas e quilombolas do Baixo Amazonas

Gabriela Monique Godinho Sousa⁵

Elaine dos Santos Pinto⁶

Myrian Sá Leitão-Barboza⁷

Gabriela Prestes Carneiro⁸

O presente trabalho tem como foco documentar e comparar conhecimentos indígenas e quilombolas referente à caça. Os locais escolhidos para esta atividade foram a comunidade indígena de Vila Franca, localizada às margens do Rio Arapiuns e a comunidade quilombola de Murumurutuba, ambas localizadas no município de Santarém-Pará. O objetivo foi investigar as práticas de caça: quais são as principais espécies caçadas atualmente? Quais são etapas da caça e quais as técnicas, armadilhas e armas utilizadas de apreensão de cada animal? Há diferenças nas práticas dessas duas comunidades? Para alcançar tais objetivos, nós realizamos entrevistas com moradores e fizemos registros fotográficos dos animais e das armadilhas. Nós levantamos que a caça já se inicia antes de entrar na mata. Os caçadores pedem licença e proteção para os donos da floresta pois acredita-se que ela é protegida por seres encantados. Durante a perseguição, precisam usar algumas ferramentas de captura como armas de fogo e armadilhas fabricadas com recursos naturais. Tanto indígenas quanto quilombolas buscam preservar e manter uma conexão de respeito e equilíbrio com a floresta pois, segundo eles, é mantendo essa troca de reciprocidade que se tem uma mata saudável e uma vida sustentável. Enquanto estudantes indígena e quilombola percebemos, através desta pesquisa, que as atividades de caça estão inseridas em um mundo de importantes relações, abrangendo os meios cosmológicos e ecológicos entre humano e animal.

Palavras-chave: Técnicas de caça. Territórios quilombolas e indígenas.

⁵ Acadêmica de Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Povo Arapiun. E-mail: gabrielamonique775@gmail.com. Santarém - PA.

⁶ Acadêmica de Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Pesquisadora não indígena. E-mail: elaineapolo2018@gmail.com. Santarém - PA.

⁷ Etnobióloga e docente do curso de Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Pesquisadora não indígena. E-mail: myrian.barboza@ufopa.edu.br. Santarém-PA.

⁸ Arqueóloga e docente do curso de Arqueologia da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). Povo Guarani. E-mail: gabi_prestes@hotmail.com. Santarém-PA.

Mangueirinha: a reserva das araucárias no mundo

Ariel Cipriano⁹

Os Kaingang de Mangueirinha, Terra Indígena localizada no Paraná, coexistem com as araucárias há cerca de 3.000 mil anos, produzindo com elas, territórios e florestas. No entanto, no século XX, o processo na Terra Indígena de Mangueirinha foi marcado pela grilagem e pela exploração da floresta, mas contudo, a resistência provocada pela aliança ancestral entre os humanos e as araucárias permitiu que, tanto a floresta com araucárias como o território da Terra Indígena de Mangueirinha, resistissem aos avanços coloniais. Assim, este presente trabalho visa mostrar como é importante a preservação da mata nativa de Mangueirinha- PR, localizada no sudoeste do estado do Paraná, que tem atualmente a maior reserva de araucárias do mundo. Como metodologia, se fará buscas teóricas, de fotos para a comprovação do tema deste trabalho, e também os fatos e conhecimentos pessoais dos Indígenas, residentes e integrantes da Reserva Indígena TI de Mangueirinha-PR. Entre os resultados, serão apresentadas as narrativas e as estratégias de preservação da floresta de araucárias pelos Kaingangs e os significados deste processo de preservação para toda a comunidade. Se pode concluir, desta forma, que é fundamental a preservação das araucárias para a cultura e o povo Kaingang.

Palavras-chave: Terra Indígena de Mangueirinha. Araucárias. Kaingangs.

⁹ Acadêmico de Direito da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Povo Kaingang. E-mail: ciprianoariel687@gmail.com. Ponta Grossa - PR.

Noções de territorialidade, identidade e pertencimento para os indígenas Tumbalalá

Açucena Marinheiro da Silva¹⁰
Fabiana dos Santos¹¹
Marijane dos Santos¹²

No ano de 1500, existiam aproximadamente 1.700 povos indígenas, com uma população estimada em cinco milhões de pessoas. Desses povos, sobreviveram ao longo processo de genocídio e extermínio durante a invasão, apenas 235, falantes de 180 línguas. No último Censo 2010, existem cerca de 897 mil indígenas, 517 vivem em seus territórios pertencentes a 305, falantes de 274 línguas indígenas. (IBGE, 2010). Entretanto, a maioria de nós povos Originários não falamos a língua mãe, marca deixada pela colonização. A luta pela garantia dos direitos dos povos indígenas não é tão recente. Desde a invasão dos europeus nas terras hoje conhecidas como Brasil vivemos em luta constante, buscando através dos nossos movimentos resolver questões socioambientais, humanitárias, educação, saúde e sobretudo territoriais. Nós, indígenas Tumbalalá, vivemos às margens do Rio São Francisco entre os municípios de Abaré e Curaçá no Estado da Bahia, divisa com Pernambuco. Ainda não temos nosso território demarcado, assim, temos uma grande influência de não indígenas dentro dos nossos aldeamentos, interferindo diretamente nos hábitos de vivências enquanto indígenas Tumbalalá, seja na alimentação, espiritualidade, trabalho e principalmente nos rituais e cultura em geral, que fazem parte da nossa identidade. Nós Tumbalalá fomos reconhecidos apenas em 2001, no entanto ainda lutamos para a homologação e demarcação do nosso Território sagrado. O nosso território vem sofrendo perseguição desde os processos de colonização e até os dias atuais, a construção da barragem de Sobradinho, Transposição do Rio São Francisco, desmatamento e queimadas na caatinga, e usinas nucleares são alguns dos ataques diretos de extermínio para com o nosso povo e nosso Território sagrado que é o nosso bem maior. (MARINHEIRO, 2012). A luta pela demarcação de nossos territórios e garantias das nossas terras, de acordo com nossas particularidades e especificidades assegurados por direito na constituição de 1988 é constante. Art.123, CF. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. Nós Tumbalalá construímos a nossa identidade e pertencimento através da nossa conexão com os nossos encantados, com a terra e tudo


¹⁰ Acadêmica de Direito da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Povo Tumbalalá. E-mail: acucenamarinheiro@outlook.com

¹¹ Acadêmica de Letras com Espanhol da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Povo Tumbalalá. E-mail: Fabiana.fatum@gmail.com

¹² Acadêmica de Psicologia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Povo Tumbalalá. E-mail: marijane.12santos@hotmail.com

que dela pertence, os rios, as plantas, o ar, os ventos e a natureza que é a Mãe de toda a Terra. Contudo, as violentas opressões sofridas estão cada vez mais, querendo apagar o nosso pertencimento, identidade e cultura. Assim, é importante entender a visão que perpetua na nossa essência, a noção de indígena Tumbalalá. Nessa perspectiva, a conexão de nós Tumbalalá com a natureza e com nosso território e contexto cultural é o que nos mantém de pé, é o que nos sustenta tanto fisicamente, psicologicamente e principalmente espiritualmente. Se manter em união é uma das definições para uma visão ecossistêmica nesse contexto, pois existe uma conjunção muito forte com a natureza e temos a terra como fonte de sobrevivência e a maior luta é a demarcação de seus territórios.

Palavras-chave: Territorialidade. Tumbalalá. Sagrado.



Área temática 8:

Diásporas indígenas: mobilizações e deslocamentos pelo Brasil e pelo mundo

Mapeamento dos povos indígenas que viveram e vivem no interior paulista

Aline Hipananiro Apolinário José¹

João Paulo Ribeiro²

José Lotúmolo Júnior³

Luciana Maria dos Santos⁴

Luzia Sigoli Fernandes Costa⁵

Marta Marubo Comapa⁶

Esta é uma pesquisa interdisciplinar que tem por objetivo compreender e produzir material didático e ilustrado sobre a localização dos povos indígenas no Brasil e regiões adjacentes, tendo como ponto inicial de pesquisa o interior paulista. A pesquisa será de caráter exploratório e terá como base levantamentos bibliográficos sobre o início da ocupação territorial do interior paulista para identificação das populações que ali habitavam antes da constituição das sesmarias e das instalações das fazendas de gado, de cana e, principalmente, de café. Este material preencherá lacuna para a construção da história do interior paulista, principalmente a partir da destinação das terras de sesmarias. Terá como resultado a produção de material didático, ilustrado, sobre a territorialidade indígena, de seu modo de viver e compreender o espaço. O material terá cunho pedagógico para atividades de extensão em escolas e espaços de divulgação de conhecimento. Os saberes indígenas são referenciais metodológicos para compreender os vestígios que existem na atualidade neste território do interior paulista, e esses mesmos saberes apresentam um outro modo de olhar e de representar em mapas. Os mapas ilustrados como visão indígena de uma territorialidade, da vivência entre povos e entidades geográficas. As serras e os rios e o modo de vivência indígena com essas entidades geográficas e seres vivos é também referência teórica, ponto de vista. Desse modo, traz contribuição epistemológica para o debate científico. Sob esse alicerce teórico, será consultado material historiográfico como documentos e relatos de viajantes, topônimos (nomes dos lugares), mapas da região, etnografias, obras de botânica e zoologia dos biomas cerrado e mata atlântica. Dada a amplitude, convencionou-se iniciar o estudo pelo Estado de São Paulo e adotar os rios como elementos orientadores dos “fluxos” e surgimento das aldeias e como elementos “fixos”. Para o início da pesquisa os

¹ Acadêmica em Engenharia Agrônoma da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Baniwa. E-mail: aline.jose@estudante.ufscar.br. Araras - SP.

² Doutorando em Linguística da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Guarani. E-mail: jpr.joaopauloribeiro@gmail.com. São Carlos-SP.

³ Doutorando em Ciência, Tecnologia e Sociedade da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisador não indígena. E-mail: jolotuljunior@gmail.com. São Carlos - SP.

⁴ Acadêmica em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais – Português da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Pankararu. E-mail: lucianams@estudante.ufscar.br. São Carlos - SP.

⁵ Tutora do PET Conexões Indígenas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Pesquisadora não indígena. E-mail: luziasigoli@ufscar.br. São Carlos - SP.

⁶ Acadêmica em Tradução e Interpretação de Língua Brasileira de Sinais – Português da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Povo Marubo. E-mail: martacomapa@estudante.ufscar.br. São Carlos - SP.

principais rios serão Jacaré Guaçu, Jacaré Pepira, Rio do Peixe, Mogi-Guaçu, Rio Piracicaba, Rio Corumbataí, Rio Pardo, Rio Batalha e outros. A médio e longo prazos, como um rio cai em outro, que cai em outro e, assim, sucessivamente, este estudo se ampliará para o Brasil, regiões fronteiriças e países vizinhos, o que permitirá a preparação de material pedagógico mais completo e abrangente para apoio às atividades de educadores em geral e de extensão do PET Conexões de Saberes Indígenas, realizadas em escolas e outros espaços.

Palavras-chave: Territorialidades indígenas no interior paulista. Modos de documentação e representação. História dos povos indígenas.

Povos originários: entre a diáspora e a identidade social

Yuri da Silva Aguiar⁷

Janayna Victória Araújo dos Santos Silva⁸

Ao longo dos anos de formação do Brasil, os povos originários foram submetidos a um sistemático processo de violência, imanente, em definitivo, de uma pretensão colonial genocida. Consubstancia-se, portanto, que as invasões europeias e a exploração dos territórios e povos ameríndios devem ser analisadas nos termos da imposição de um holocausto, não associando essa afirmação à ocorrência de fato pontual, mas sim, extrapolando seu sentido aos processos de subjulgação dos povos indígenas em cada período histórico deste continente, de tal forma que persiste, de maneira continuada, ainda nos dias atuais. O Estado, à luz do conceito de necropolítica, prenuncia a existência de um estado de exceção, evidenciando sua capacidade enquanto detentor da soberania, de decidir sobre a permissibilidade de viver ou imposição da morte sobre os sujeitos, aqui, em especial, os Povos Originários. Essa construção de soberania, principalmente no contexto brasileiro, demonstra a concretude de uma força que se legitima não apenas ao determinar a mortalidade, mas, fundamentalmente, ao evidenciar a vida de certos grupos sociais como manifestação do poder. Um poder que se caracteriza por sua capacidade de exercer o juízo discricionário para a imposição de mazelas ou concessão de privilégios. Em face dos conflitos, incitados pelo Estado em razão de sua subalternização aos interesses da burguesia ou meramente provocados pelos intentos do poder econômico, fluxos migratórios e movimentos de readaptação das populações indígenas tomaram forma como resultado inevitável da luta para a manutenção da subsistência. As diásporas, além de representarem a capacidade das nações originárias de se (re)organizarem, demonstram, em suma, a lógica de conformação das identidades sociais e sua interação com o espaço. Tal qual explicitado por Stuart Hall, sob a ótica das diásporas, as identidades dos indivíduos se tornam múltiplas, evidenciando o potencial de complementaridade dos elementos constitutivos das subjetividades em oposição à ideia de sobreposição. O sujeito é concebido nos elementos integrantes da realidade que o circunda, sentido fundamental, portanto, da compreensão de que a construção da identidade corresponde a um processo vivo, transitório e contínuo. Em conformidade ao exposto, destaca-se que a identidade é modelada na configuração social, de modo que as interações sociais oriundas deste registro social corporificam e expandem a experiência do indivíduo, adicionando, na gênese da cosmovisão tradicional deste, adequações ou rejeições dos elementos exteriores ao seu habitus social. Dessa forma, a mudança do

⁷ Acadêmico de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Povo Pataxó. E-mail: pakaypataxo123@outlook.com.

⁸ Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisadora não indígena. E-mail: janav.araujo@hotmail.com.

espaço ou a interação de um grupo em relação aos demais não inviabiliza a distintividade de uma coletividade, apenas colabora para a incorporação de componentes sógnicos de outras realidades no âmago de sua tradição de origem, mantendo-a, ainda assim, inquestionavelmente particular.

Palavras-chave: Povos Originários. Diásporas. Identidade. Subjetividade.

Madrinha Alice e os Kajé: diáspora indígena no sertão da Bahia

Edelvito Almeida do Nascimento⁹

Marcello Moreira¹⁰

Introdução: O presente texto é parte de uma investigação mais ampla, que se desenvolve no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, acerca das memórias relacionadas ao sacerdócio e práticas de cura da mulher indígena conhecida em seu município (Maracás-BA) como Madrinha Alice. **Objetivos:** Embora o objetivo do estudo como um todo seja mais amplo, neste texto, pretende-se abordar a autodenominação indígena da família de Madrinha Alice (1926-1998), evidenciando, sobretudo, as migrações por que seus membros tiveram de se submeter desde, pelo menos, as duas primeiras décadas do Século XX. **Metodologia:** A metodologia utilizada na coleta dos dados para a feitura do presente texto (bem como na pesquisa, como um todo) é a da história oral. **Resultados:** As narrativas familiares acerca de Madrinha Alice dão conta que a sua mãe, Maria Kajé, teria nascido no ano de 1888, entre os indígenas que habitavam a região do rio Paraguaçu (sobretudo das proximidades do município de Rui Barbosa). Embora esse núcleo familiar se autodenomina-se Kajé, de acordo com o Cacique Juvenal Payayá, pela localidade de origem, tudo leva a crer que essa família pertencia ao seu povo: os Payayá. As narrativas familiares incluem as histórias de fuga, assimilação, sedentarização etc. Mas também está relacionada aos hábitos e saberes da matriarca Maria Kajé (chamada também, por suas netas, de Dindinha). Luzia Ferreira (filha biológica de Madrinha Alice) afirma que, em virtude de perseguições, ameaças e invasões, a família de sua avó teria sido obrigada a abandonar o território e, inclusive, substituir o nome Kajé (pelo qual eram chamados) por Sampaio. Passaram, assim, a viver na localidade rural então chamada de Morros (hoje, cidade de Planaltino), onde Madrinha Alice teria nascido, em 1926. Adulta, ela se casou com Abnel Ferreira de Almeida e foi novamente movida à migração para a Zona Rural de Maracás-BA. Por volta da década de 1970, em virtude de uma série de problemas de saúde, ela teve que se reconectar com os saberes familiares e espirituais, tornando-se uma curandeira de renome na sua região. Porém, boa parte dos seus descendentes continuaram a saga de migrações forçadas (pela seca, pelo desemprego, pelo abandono do Estado). **Considerações Finais:** Embora uma parte da família de Madrinha Alice tenha se afastado de suas tradições sagradas e de suas práticas de cura, um número

⁹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGMLS/UESB), Campus de Vitória da Conquista-BA. Povo Payayá - Maraká. Email: nascimentoedelvito@gmail.com.

¹⁰ Co-autor e Orientador. Docente do Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGMLS/UESB), Campus de Vitória da Conquista-BA. Pesquisador não indígena. Email: moreiramarcello@gmail.com.

significativo de netos e bisnetos se esforçam para investigar a memória familiar e preservar o legado da matriarca, num esforço de retomada de sua etnicidade indígena. Embora seu patrimônio material tenha se degradado, as narrativas e saberes têm sido registrados e compartilhados com outros povos indígenas do interior da Bahia, sobretudo com os Payayá, num esforço de reconexão com o passado étnico e de restauração das relações e práticas perdidas com as migrações forçadas por mais de um século.

Palavras-chave: Kajé. Payayá. Diáspora. Madrinha Alice. Retomada.

“Índio” no contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro: Michael Baré, sua trajetória como artesão indígena, ex-morador em situação de rua até a universidade

Michael J. Q. de Oliveira Baré¹¹

Introdução: Este trabalho trata dos aspectos da vida de um remanescente de povos amazônicos, no contexto urbano da cidade do Rio de Janeiro. Sua trajetória como artesão indígena, ex-morador em situação de rua, até a universidade e sua formação voltada para a causa indígena. **Objetivos:** explicar as dificuldades que os indígenas na cidade enfrentam para conseguir manter e fazer valer seus direitos conquistados com a C.F./88. Expor seus embates com a Guarda Municipal e sua guinada na vida com atitudes voltadas para a educação e não violência, que o conhecimento lhe proporcionou. Relatar experiências vivenciadas por um discente indígena pioneiro no sistema de cotas, durante sua permanência na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Metodologia:** Baseada na autobiografia do autor. **Resultados:** O Estado, de agressor, tornou-se colaborador proporcionando sua formação acadêmica com o sistema de cotas permitindo a apropriação dos saberes acadêmicos, sua análise, reflexão crítica, e formulação de nova metodologia epistemológica didático pedagógica denominada “Educação Amorosa de Aproximação”, e conceitos no que concerne à História e Cultura para o fomento da emancipação indígena por meio da educação. **Considerações finais:** sabe-se que as escolas públicas e privadas são obrigadas a tratar da História e Cultura afro-brasileira e indígena conforme a Lei 11.645/08. Este trabalho se constitui como um adendo a esta importante lei, modéstia parte, evidenciando uma luta entre opressor e oprimido, ou seja, uma luta de classes, mas que, no entanto, tal qual a fábula indígena que conta a história do jabuti e a onça, onde a inteligência e a sagacidade vencem a violência e a força, o supostamente feio e inferior, da sua guinada por meio do conhecimento, contribuindo com um “olhar dos vencidos”, e uma “uma escovada na História a contra pelo” como sinaliza Walter Benjamin (1940), e Michael Lowe(2010). Michael Baré atuou no Centro Cultural Indígena Aldeia Maracanã (2009-2013), onde foi seu laboratório para a implementação de seu projeto: A “Educação Amorosa de Aproximação”. Um exemplo de vida e resistência indígena.

Palavras-chave: Índio em contexto urbano. Aldeia Maracanã. Resistência indígena. Lei: 11.645/08.

¹¹ Graduado em História, licenciatura e bacharelado, pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); técnico em Arqueologia, estagiou no Instituto de Arqueologia Brasileira pelo PIBIC - UERJ; Povo Baré. Pós-Graduando no curso de Ensino de História (História Indígena), pelo Colégio Pedro II. Povo Baré. E-mail: anajearawak@gmail.com. Manaus - AM.

Ava Aty (assembléias) articulação e resistências dos Kaiowá e Guarani no sul de Mato Grosso do Sul

Gileandro Barbosa Pedro¹²

Introdução: Reunir-se em assembleia, *ava aty*, expressa uma instituição Kaiowá que faz parte do *ava reko*, desde tempos imemoriais, o que será discutido a partir de bibliografia histórica e etnográfica que trata do tema. Entretanto, a pesquisa se dedicará a descrever e analisar novas formas organizacionais, *aty guasu*, *kunhangue aty* e *aty jovem*, que surgiram entre os Kaiowá do MS a partir da década de 1980 como resposta ao cenário de confinamento imposto aos Kaiowá. Aqui recorreremos aos documentos de organizações indigenistas como FUNAI, Projeto Kaiowá Ñandeva e o Conselho Indigenista Missionário, bem como documentos produzidos pelos próprios Kaiowá e entrevistas com lideranças que fundaram ou participaram/participam ativamente dessas novas organizações indígenas. **Objetivos:** Analisar as diversas formas de *ava aty*, sendo que dos anos 1980 para cá aparecem 3 formas, *aty guasu*, *kuñangue* e *aty jovem* e discutir as diversas formas de diferenciação do *ava reko*, vivenciado nas famílias extensas e nos distintos *tekoha*. **Metodologia:** O surgimento dos movimentos *ava aty* demonstram a maneira como os Kaiowá se adaptam a partir da utilização da sua forma de ser e viver: o *ava reko*. A forma de percepção do mundo desses indígenas, corrobora para o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de dispositivos culturais para fortalecimento ou resistência frente às políticas que se dispõem a deteriorar a forma de ser e viver dos Kaiowá. Tais organizações podem ser entendidas como respostas adaptativas ao novo cenário histórico ao qual os Kaiowá foram submetidos, a partir do avanço das frentes de expansão econômica sobre os seus territórios de ocupação tradicional. Dentre as diversas formas de diferenciação do *ava reko*, encontramos no momento atual a *teko pyahu*, o modo de existência elaborado para dar respostas às transformações atuais na sociedade e no ambiente de vida das comunidades Kaiowá. As novas formas de *teko aty* surgidas a partir da década de 1980 fazem parte do *teko pyahu*, como estratégia organizacional para responder às demandas das comunidades por reconhecimento territorial, mas também para o acesso a políticas públicas nas áreas de educação, saúde, assistência social, sustentabilidade, entre outras, que são mais sintonizadas com o *ava reko*. As diversas formas de vivenciar o *ava reko* se remetem sempre a uma matriz inspiradora, constituída pelo *ava reko yma guare* –o modo de viver dos antigos, que como tempo primordial, tem validação transtemporal, ou seja, constitui a referência central para compor o *ava reko* em qualquer tempo e espaço. Desse modo, o *yma guare* não constitui um conjunto de regras fechadas, mas um sistema de referências para a conduta e para a

¹² Doutorando em História na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Povo Kaiowá. E-mail: gileandro.pedro@gmail.com.

ação, cuja mobilização se dá principalmente pelos cantos e rezas. Partindo do Nhe'ẽ (Palavra), Teko (forma de ser/viver), Tekoha (espaço/tempo de se viver). Essas três palavras-conceitos conectam a prática do ava reko com a matriz inspiradora do yma guare. **Considerações Finais:** Para esses grupos indígenas, os aty progressivamente foi sendo percebida como sendo uma forma de resistência, uma vez que a partir desses é que se possibilitou que esses indígenas efetivamente tivessem uma atenção por parte dos órgãos governamentais. Tais organizações podem ser entendidas como respostas adaptativas ao novo cenário histórico ao qual os Kaiowá foram submetidos, a partir do avanço das frentes de expansão econômica sobre os seus territórios de ocupação tradicional.

Palavras-chave: Kaiowá e Guarani. Organizações indígenas. Ava reko. Tekoha.

IX ENEI – Encontro Nacional de Estudantes Indígenas e Rituais de Resistência: ser indígena na universidade

Luciene Valério Rodrigues¹³

Tatiane Prado Arantes¹⁴

Vanessa da Silva Lopes¹⁵

Yurica Oliveira Galvão da Silva¹⁶

Érica Soares Assis¹⁷

Nelson Filice de Barros¹⁸

Introdução: Rituais de Resistência é o nome dado a uma série de filmagens realizada pelos acadêmicos indígenas da Unicamp que fazem parte do projeto intitulado “Projeto Ayuri” vinculado ao Laboratório de Práticas Alternativas, Complementares e Integrativas em Saúde (LAPACIS) da Unicamp, com o intuito de construir um documentário abordando temas relativos à saúde, doenças e cuidados na perspectiva dos estudantes indígenas, ingressantes pelo vestibular exclusivo a partir de 2019. No primeiro capítulo se aponta o processo de chegada na universidade, em outra cidade, e o impacto da pandemia sobre a vida acadêmica dos estudantes indígenas. **Objetivos:** O primeiro episódio da produção audiovisual busca mostrar a luta dos estudantes indígenas para permanência estudantil, com a finalidade de conscientizar a comunidade acadêmica, acerca do cotidiano e os entraves relacionados a permanência dos estudantes indígenas na Unicamp, além disso, busca promover uma ação elucidativa sobre as vivências dentro da universidade para que os novos ingressantes tenham conhecimento prévio sobre tal questão, assim como a intensificação dessas dificuldades durante o período de pandemia do Covid-19. **Metodologia:** Para realização da obra audiovisual foram realizadas entrevistas com oito acadêmicos e acadêmicas indígenas durante o segundo semestre de 2021 em variados locais, que vão da moradia estudantil da Unicamp, ao ATL (Acampamento terra Livre) em Brasília, os entrevistados relataram suas experiências de ser indígena dentro da universidade, bem como os desafios acentuados pela pandemia no contexto acadêmico, familiar e social. **Resultados:** A partir da produção audiovisual, pôde-se observar quão dificultoso é, a vida dos acadêmicos indígenas, desde a chegada

¹³ Acadêmica de Administração Pública da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Povo Kanamary. E-mail: l182856@dac.unicamp.br. Limeira - SP.

¹⁴ Acadêmica de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora não indígena. E-mail: t260931@dac.unicamp.br. Campinas-SP.

¹⁵ Acadêmica de Administração Pública da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Povo Baré. E-mail: v194595@dac.unicamp.br. Limeira-SP.

¹⁶ Acadêmica de Engenharia Elétrica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Povo Tukano. E-mail: y257546@dac.unicamp.br. Campinas-SP;

¹⁷ Mestranda em Clínica Médica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisadora não indígena. E-mail: e232132@dac.unicamp.br. Campinas - SP.

¹⁸ Professor titular do Curso de Medicina da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Pesquisador não indígena. E-mail: filice@fcm.unicamp.br. Campinas - SP

em uma nova cidade e os preconceitos do mundo acadêmico, além disso, a distância da família se torna um dos principais fatores de empecilhos a permanência dos estudantes. Para mais, pode-se observar que a luta estudantil pela permanência abrange todo o contexto nacional de políticas indigenistas. Por fim, constata-se que a pandemia intensificou os desafios já enfrentados pelos estudantes indígenas. **Conclusão ou Considerações Finais:** É fundamental a elaboração de produções audiovisuais como esta, elaborada pelos acadêmicxs indígenas da Unicamp, para se ter amplo conhecimento a respeito das barreiras encontradas no ensino superior indígena.

Palavras-chave: Resistência. Saúde Indígena. Permanência. Universidade. Acadêmicxs Indígenas.

O caminho de volta da universidade à comunidade: uma reflexão sobre a etnoparticipação e o etnojornalismo no projeto Nhandereko Eg Kanhró

Yago Junio dos Santos Queiroz¹⁹

Introdução: O presente trabalho analisa e reflete sobre a etnoparticipação do autor, enquanto estudante indígena numa visão que liga o olhar indígena, conhecimento acadêmico e comunicação (ou etnojornalismo), no projeto de extensão chamado “Entre os Saberes da Escola Indígena e da Universidade: A Comunicação Audiovisual Como Elemento de Expressão, Articulação e Fortalecimento da Organização dos Professores indígenas”, cujo nome indígena é Nhandereko Eg Kanhró que significa “nosso jeito” em Guarani e Kaingang. A pesquisa trata também do conceito de etnojornalismo. A construção se deu a partir da realização das atividades do projeto de extensão, desde o processo de seleção, passando pela autoformação conceitual, as visitas de apresentação do projeto para as terras indígenas, bem como a construção das oficinas e coleta do material audiovisual, e finalmente o processo de edição e a devolutiva. Além de refletir sobre a etnoparticipação no projeto de extensão Nhandereko Eg Kanhró, busca-se entender a importância do audiovisual para o fortalecimento cultural e identitário dos povos indígenas. Então a partir da etnoparticipação do autor nas atividades extensionistas que o levou para dentro do seu próprio território, possibilitando trabalhar a comunicação com seu próprio povo, podemos notar e concluir que através da etnocomunicação ou comunicação indígena como tem chamamos atualmente é possível auxiliar na preservação da cultura indígena, na luta pelos direitos indígenas que vem sendo ameaçados, além de instigar a comunidade a lutar por uma educação diferenciada que realmente atenda as especificidades da comunidade, bem como despertar para a necessidade de uma escola 100% indígena. Além disso, concluímos que o audiovisual e a comunicação indígena em si opera como articulador de sentidos, pois nos chama a atenção para problemáticas essenciais para o aprimoramento da educação escolar indígena, e como vimos no decorrer da pandemia também funciona como uma importante ferramenta de luta, prevenção e combate a doenças e ao desgoverno genocida.

Palavras-chave: Etnojornalismo. Audiovisual. Produção de sentidos. Educação escolar indígena.

¹⁹ Graduado em Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Povo Fulni-ô. E-mail: yagoqueiroz1104@gmail.com

